

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

TAYNNAN ROBERT DE OLIVEIRA BARROS

**POLÍTICA REPUBLICANA, RAÍZES COLONIAIS: UM ESTUDO SOBRE O
CORONELISMO DE ELÍSIO MAIA EM PÃO DE AÇÚCAR/AL
(1953-1994)**

Delmiro Gouveia/AL
2019

TAYNNAN ROBERT DE OLIVEIRA BARROS

**POLÍTICA REPUBLICANA, RAÍZES COLONIAIS: UM ESTUDO SOBRE O
CORONELISMO DE ELÍSIO MAIA EM PÃO DE AÇÚCAR/AL
(1953-1994)**

Trabalho de conclusão de curso com o objetivo de obtenção em título de licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.

Delmiro Gouveia/AL
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

B277p Barros, Taynnan Robert de Oliveira

Política republicana, raízes coloniais: um estudo sobre o coronelismo de Elísio Maia em Pão de Açúcar – AL (1953-1994) / Taynnan Robert de Oliveira Barros. – 2019.

111 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.

1. História – Alagoas. 2. Maia, Elísio da Silva, 1914-2001. 3. Coronelismo. 4. Política. 5. Oligarquias. 6. Pão de Açúcar – Alagoas. I. Título.

CDU: 981(813.5)

Folha de Aprovação

TAYNNAN ROBERT DE OLIVEIRA BARROS

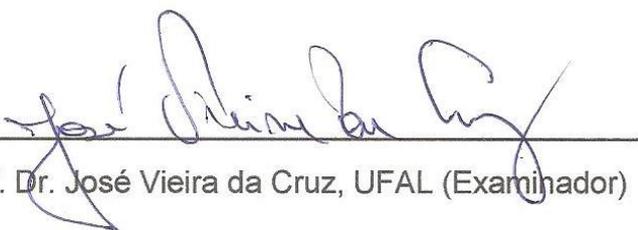
Política republicana, raízes coloniais: um estudo sobre o coronelismo de Elísio Maia em Pão de Açúcar/AL, 1953-1994

Monografia submetida ao corpo docente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão e aprovada em 29 de agosto de 2019.

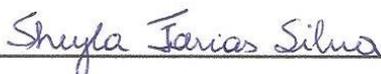


Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana, UFAL (Orientador)

Banca examinadora:



Prof. Dr. José Vieira da Cruz, UFAL (Examinador)



Prof.^a Ma. Sheyla Farias Silva, UFAL (Examinadora)

Aos meus pais, aos meus colegas acadêmicos,
ao meu orientador,
E aos verdadeiros amigos...
Companheiros leais para todas as lutas.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi investigar a política de Elísio da Silva Maia em Pão de Açúcar/AL e compreender os processos e fatos que caracterizam Elísio Maia como coronel. A pesquisa centrou-se entre os anos de 1953 e 1994, período em que a política de Elísio Maia foi atuante, ocupando o cargo de prefeito de 1953 a 1954 e entre 1983 e 1988, além dos mandatos de deputado estadual (1959 a 1970 e de 1991 a 1994), que lhe conferiram grande poder e influência na região de Pão de Açúcar e no próprio Estado de Alagoas. A partir da utilização de fontes diversas, como livros e artigos, bem como de entrevistas e documentos autênticos da época, os capítulos tratam da discussão conceitual que envolve as práticas coronelistas, como o clientelismo, o mandonismo e o próprio coronelismo; do contexto histórico do coronelismo, discutindo a origem e desenvolvimento do mesmo; da contextualização histórica da cidade de Pão de Açúcar e da trajetória política da família de Elísio Maia; e, por último, da discussão das práticas políticas de Elísio Maia em Pão de Açúcar e no Estado de Alagoas e dos acontecimentos que o envolvem.

Palavras-chave: Elísio Maia. Coronelismo. Oligarquias. Clientelismo. Pão de Açúcar.

ABSTRACT

The objective of this research was to investigate the policy of Elísio da Silva Maia in Pão de Açúcar / AL and to understand the processes and facts that characterize Elísio Maia as colonel. The research focused between 1953 and 1994, during which the policy of Elísio Maia was active, occupying the position of mayor from 1953 to 1954 and between 1983 and 1988, in addition to the mandates of state deputy (1959 to 1970 and from 1991 to 1994), which gave it great power and influence in the region of Pão de Açúcar and in the state of Alagoas itself. From the use of diverse sources, such as books and articles, as well as interviews and authentic documents of the time, the chapters deal with the conceptual discussion that involves coronelista practices, such as patronage, mandonism and coronelismo itself; the historical context of coronelismo, discussing its origin and development; the historical contextualization of the city of Pão de Açúcar and the political trajectory of the family of Elísio Maia; and, lastly, the discussion of the political practices of Elísio Maia in Pão de Açúcar and the state of Alagoas and the events that surround him.

Keywords: Elísio Maia. Coronelism. Oligarchies. Clientelism. Pão de Açúcar.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 CORONELISMO, CLIENTELISMO E MANDONISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ELÍSIO MAIA	11
2.1. O coronelismo e seus antagonismos de ideias	12
2.2. O contexto histórico do coronelismo	15
3 SÍNTESE DA HISTÓRIA DE PÃO DE AÇÚCAR E ASCENSÃO POLÍTICA DE ELÍSIO MAIA	28
3.1. História de Pão de Açúcar	28
3.2. A figura histórica de Elísio Maia	30
4 A MANIFESTAÇÃO DO SISTEMA CORONELISTA, E SUAS RELAÇÕES, NA FIGURA HISTÓRICA DE ELÍSIO MAIA: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	34
4.1. Os mecanismos de manutenção do poder utilizados por Elísio Maia	34
4.2. A manifestação do Estado opressor na figura de Elísio Maia	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possui como tema o coronelismo em Pão de Açúcar/AL, representado na figura de Elísio da Silva Maia, entre os anos de 1953 e 1994. O desenvolvimento da pesquisa está embasado nos processos históricos que levaram ao surgimento e evolução do coronelismo no Brasil. Partindo do período do Brasil colonial até a segunda metade do século XX, quando encontra sua decadência, dirigindo as atenções para a política de Elísio Maia e sua influência na região do alto sertão alagoano.

A pesquisa propõe responder se a política de Elísio Maia se caracterizou como coronelismo, analisando suas práticas políticas e os conceitos históricos que o envolvem.

Como revisão de literatura, utilizamos obras importantes para compreender o contexto histórico do coronelismo no Brasil, tais como, **Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)** de Eul-soo Pang (1979), que discute a origem e evolução histórica do coronelismo; **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**, de Victor Nunes Leal (1997), que compreende as características do sistema coronelista e de um coronel; **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual**, um artigo de José Murilo de Carvalho (1997), que analisa conceitos-chave para se compreender o sistema coronelista; **Concepções e práticas políticas no município de Pão de Açúcar-AL**, dissertação de mestrado de Jonas José de Matos Neto (2012), que discute as práticas coronelísticas de Elísio Maia sob uma roupagem cultural, envolvendo os costumes e as tradições do povo pãodeaçucarense; **A influência da trajetória política de Elísio Maia na concepção atual de Política de Pão de Açúcar-AL**, artigo de Jonas José de Matos Neto (2012), que compreende a trajetória política de Elísio Maia e seu impacto no fazer política de Pão de Açúcar; **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**, de Raymundo Faoro (2008), que analisa a política de dependência entre as forças federais, estaduais e municipais e como isso ajudou a fortalecer o coronelismo na República Velha; **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**, de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, uma breve discussão dos mecanismos internos que permitem a grande engrenagem do coronelismo funcionar; **O poder dos donos: planejamento e clientelismo**, de Marcel Burzstyn, que analisa os fatores que possibilitaram a grande influência dos senhores de terras locais, conferindo-lhes grande poder e importante base para o surgimento e desenvolvimento do coronelismo; **Pão de Açúcar: História e Efemérides**, de Aldemar de

Mendonça, uma contextualização histórica importante da história de Pão de Açúcar e da própria trajetória política da família de Elísio Maia para que possamos compreender como o mesmo alcançou o lugar de chefe da oligarquia local no alto sertão alagoano.

Esta pesquisa também utiliza fontes orais de moradores da cidade de Pão de Açúcar/AL que vivenciaram os anos em que Elísio Maia influenciou a política local e estadual, trazendo à baila importantes relatos dos acontecimentos que envolvem o chefe político pãodeaçucarense, enriquecendo o debate acerca do objeto de estudo. Os entrevistados são: José Roberto Almeida da Silva, de 75 anos de idade; Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva, de 63 anos de idade; e Pedro Lúcio Rocha, de 81 anos de idade.

A pesquisa contará ainda com documentos escritos e datilografados pelo próprio Elísio Maia, como bilhetes e cartas, além de trechos de jornais da época, como o **Jornal de Alagoas** e **Gazeta de Alagoas**, e imagens relacionadas ao contexto em que Elísio Maia predominou enquanto líder político, conforme anexos da pesquisa. Também utilizamos sites e websites.

O primeiro capítulo trata da discussão conceitual entre os termos: coronelismo, mandonismo e clientelismo, além de discutir o contexto histórico do coronelismo. No segundo capítulo trazemos à luz a discussão sobre a síntese histórica da cidade de Pão de Açúcar e a descendência política da família de Elísio Maia. O terceiro capítulo discute as práticas políticas de Elísio Maia e sua influência na região e no Estado de Alagoas. Também discute os crimes de mando e de pistolagem sob a direção de Elísio Maia, tanto na cidade como nas regiões adjacentes.

2 CORONELISMO, CLIENTELISMO E MANDONISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ELÍSIO MAIA

Consideramos os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo os mais adequados para a compreensão do contexto histórico em que Elísio Maia viveu e atuou. Dessa forma, é necessário trazer uma breve discussão a respeito dos conceitos citados.

Conforme José Murilo de Carvalho (1997), o coronelismo foi, muito mais do que a representação de um indivíduo em particular, um sistema político que possuiu estreitas relações que iam desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos e interesses recíprocos entre as partes.

O líder republicano, quando eleito para ser chefe da política estadual, em torno dele organizavam-se oligarquias locais, representadas nas figuras dos coronéis, gerando uma relação de reciprocidade entre o coronel e os seus dependentes, em que o primeiro concede recursos e possibilidades existenciais para o segundo (CARVALHO, 1997). Em troca, o povo garante sua lealdade, sobretudo eleitoral, ao chefe local, isto é, ao coronel, tendo em vista que

O coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo (CARVALHO, 1997, p. 2).

O mandonismo, sistema mais genérico do que o coronelismo, está pautado na figura individual do chefe, do mandão regional. Esse chefe regional possui poder sobre a população local através de determinado recurso estratégico como, por exemplo, a posse de terras. Esse poder sobre o povo, ocasionado pelo domínio de recursos estratégicos impede que as pessoas pertencentes àquela região tenham livre acesso ao mercado e a política. O mandonismo é, portanto, uma característica da política tradicional local (CARVALHO, 1997).

Segundo Victor Nunes Leal (1997), o coronelismo é parte do mandonismo e surge exatamente quando este último perde força e, para se estabelecer enquanto sistema, tende a recorrer ao governo para manter-se no poder, configurando-se em coronelismo.

O clientelismo é o uso de bens e benefícios públicos, como empregos e serviços, por exemplo, pelo político, afim de, em troca, receber apoio popular, sobretudo na forma de voto. O clientelismo é, pois, muito mais abrangente do que o coronelismo, pois o mesmo pode ser

identificado em diversas conjunturas políticas, sejam elas de caráter coronelistas ou não (CARVALHO, 1997).

Para Jonas José de Matos Neto (2012), o poder de Elísio Maia possui característica coronelista – devido a sua relação de dependência mútua frente ao Estado - e clientelista, tendo em vista que a utilização de recursos e a concessão de benefícios à população eram comuns, e fator determinante para que o coronel pudesse perpetuar seu poder no Alto Sertão Alagoano, como veremos ao longo desta pesquisa.

Prosseguiremos com a apresentação de algumas visões antagônicas em relação ao coronelismo, bem como, de algumas de suas principais características. Para essa discussão, dois autores se mostram fundamentais: Victor Nunes Leal (1997) e Eul-Soo Pang (1979).

2.1. O coronelismo e seus antagonismos de ideias

Conforme aponta Victor Nunes Leal (1997), a conjuntura econômica e sócio-política após implementação do federalismo no país no início da Primeira República, em substituição ao centralismo imperial e a posterior decadência do poder privado, com a Revolução de 1930, devido à mudança estrutural na economia, política e sociedade brasileira ocasionada pelos fortes processos de industrialização e urbanização que o país passava, forçou uma decadência da política dos fazendeiros coronéis locais, sobretudo nas regiões do interior do país, alterando as relações coronelistas, até então existentes, que envolviam tanto seus rivais políticos, quanto seus dependentes.

Para Leal (1997), embora o coronelismo ainda se mantivesse coexistindo na realidade brasileira, com as migrações constantes dos trabalhadores rurais para a cidade, sejam elas para as cidades do interior ou não, com a instalação de sistemas rodoviários e meios de comunicação, como o rádio, os trabalhadores passam a ter maior contato com a informação e novas oportunidades independentes das que o chefe local possibilitava, permitindo que essa porção da população se desvincule do sistema de dependência que ele possui com o patrão interiorano, pois

Nas cidades do interior já são numerosos os aparelhos receptores, e os trabalhadores rurais têm hoje maior possibilidade de contato com a sede urbana pelo uso bastante generalizado do transporte rodoviário. O rádio, aliás, já se vai introduzindo nas próprias fazendas: as baterias resolvem parcialmente o problema da energia. [...] A maior facilidade de arranjar emprego nas cidades e as notícias que a respeito lhes chegam de parentes e amigos aguçam o nomadismo da população rural — já habituada a mudar das zonas decadentes para as mais prósperas —, reduzindo o grau de sua dependência em relação ao proprietário da terra (LEAL, 1997, p. 57).

Mesmo que outras portas se abram para o trabalhador rural, quebrando um pouco a dinâmica de subalternidade em relação aos chefes locais, a influência destes no contexto social do coronelismo ainda é muito grande, o que viria a mudar o cenário de vez apenas durante a década de 1930 (LEAL, 1997).

Para Eul-Soo Pang (1979), foi apenas na década de 1970 que o coronelismo declinou, quando o país finalmente passa a alterar suas relações econômicas, sociais e políticas de forma mais impactante em alguns estados brasileiros subdesenvolvidos, implicando diretamente nas políticas dos coronéis locais.

Com o crescimento desigual da industrialização e da urbanização no país, o desenvolvimento das forças públicas estaduais, do exército nacional – transferindo o poder de polícia que os coronéis exerciam nas localidades para o Estado -, as regiões não agraciadas por esse desenvolvimento econômico, social e político ainda encontraram em sua conjuntura político-social a presença e atuação predominante dos coronéis à moda antiga, sobretudo nas regiões mais ao norte do país, cujo declínio real apenas se deu a partir da “década de 1970, à medida que a política baseada na família está sendo substituída por classes socioeconômicas e grupos voltados para interesses comuns, competindo pelo poder” (PANG, 1979, p. 63).

Outro choque de ideias entre os autores é o fato da relação do coronel com o latifúndio. Não que os muitos coronéis brasileiros não possuíssem uma larga extensão de terras, eles possuíam, mas isso não quer dizer que, necessariamente, fosse esse o fator determinante para termos um coronel em determinada localidade. Victor Nunes Leal (1997) vê a posse de terras como fator primordial para o surgimento e manutenção do sistema coronelista, enquanto que Eul-Soo Pang (1979) reconhece que a propriedade de terras seja importante para manter o status de coronel, mas não a considera como fator determinante para que alguém se torne coronel.

Para Leal (1997), o latifúndio assumia o papel basilar na estruturação do próprio coronelismo, trazendo, através de estudos realizados na época, a questão da terra como caminho exclusivo e primordial para o surgimento e manutenção do coronelismo. A grande concentração de terras nas mãos do coronel se dá, como no exemplo de São Paulo e em outros estados, por conta da produção em larga escala de produtos que no Brasil tiveram grande atenção, como é o caso do café. A agricultura extensiva brasileira desgasta o solo, e quando este já não possui os recursos para manter uma grande produção, como o café, toda a plantação é transferida para outro solo inicialmente fértil e até então virgem, deixando para

trás um solo esgotado e pobre que será ocupado por uma população rural mais modesta, instalando-se as pequenas propriedades. Conforme Victor Nunes Leal,

No seu deslocamento constante, a lavoura cafeeira irá deixando para trás terras cansadas e já imprestáveis para as grandes lavouras; essas terras depreciadas serão muitas vezes aproveitadas pelas categorias mais modestas da população rural que nelas se instalam com pequenas propriedades (1997, p. 46).

Paradoxalmente, apesar do aumento das pequenas propriedades no Brasil, a concentração da propriedade rural ainda permanece grande, como nos indica o autor:

Apesar do aumento numérico das pequenas propriedades no Brasil, a expressão percentual da concentração da propriedade rural não tem diminuído. Já notara o prof. Jorge Kingston, analisando o censo agrícola e zootécnico de São Paulo, de 1934, que, 'ao invés de uma distribuição mais racional da propriedade fundiária', se verificava "um agravamento da concentração agrária" (LEAL, 1997, p. 47).

Tal supremacia latifundiária pode ser observada através dos dados levantados pelo censo agrícola de 1940, dirigido pelo professor Costa Pinto, em que a amostra de dados, segundo Victor Nunes Leal, pode ser observada da forma que se segue:

Ainda é óbvio o domínio da grande propriedade, nos dias que correm, como foi comprovado pelo censo agrícola de 1940, cujos dados o prof. Costa Pinto interpretou em trabalho recentíssimo. [...] Admitindo-se, porém, com desvantagem, que assim seja, verifica-se que os pequenos e ínfimos proprietários (até 50 ha), representando cerca de três quartos dos donos de terras (74,83%), possuem apenas 11% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país. Da área restante (89%), apenas uma parte pequena (15,90%) pertence aos proprietários médios, tocando nada menos de 73,10% da área total aos grandes proprietários (de 200 ha e mais), que representam somente 7,80% do número total dos proprietários. Reunidos, os médios e os grandes proprietários representam pouco mais de um quarto dos donos de terras e suas propriedades cobrem quase nove décimos da área total dos estabelecimentos agrícolas (LEAL, 1997, p. 48 e 49).

Para Victor Nunes Leal, é evidente, há época do coronelismo, a situação precária dos pequenos proprietários, tendo em vista que, conforme exposto, o contingente de terras em seu domínio é ínfimo se comparado ao latifúndio que se encontra nas mãos de uma minoria concentradora de terras e, no contexto social, de poder. Como se não bastasse os solos que sobram para os pequenos proprietários, ainda passam por momentos de escassez de recursos e nutrientes, dificultando a sobrevivência dos que da terra necessitam tirar seu sustento, já que "essa precariedade é agravada pela pouca produtividade do solo nos casos em que o parcelamento da terra foi motivado pela decadência das fazendas" (LEAL, 1997, p. 49).

Para Eul-Soo Pang, o coronel, geralmente um político rico, autônomo e individualista, é enquadrado quase sempre como um latifundiário – é o que também aponta Victor Nunes Leal, em **Coronelismo, enxada e voto (1997)**. Segundo Pang, embora o coronel tenha carregado, tradicionalmente, em sua essência, a relação direta com o senhor de engenho, de

terras ou o grande fazendeiro regional, não necessariamente deveria ser esta a condição determinante para caracterizá-lo como coronel. O que deve caracterizá-lo como oligarca local é basicamente a sua capacidade de usar o seu poder político, econômico e social para trocar favores com seus dependentes, já que

A afirmação de que a propriedade a terra é condição *sine qua non* para aquisição e exercício de poder político constitui-se num exagero. Na realidade, durante a Primeira República, a posse de terras e os padrões de distribuição, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo. [...] Os padrões de distribuição de terras têm muito pouca relação com a estrutura e o funcionamento do coronelismo durante a Primeira República. [...] o sucesso de um coronel como oligarca local depende basicamente de sua habilidade em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos. Em primeiro lugar ele tinha que estruturar uma gama de promessas obsequiosas de modo que contentasse a maioria dos eleitores (PANG, 1979, p. 47).

O fator terra era importante para se conquistar poder na região, ambos os autores reconhecem, mas o que os diferencia é o fato de que, segundo Pang (1979), o que influencia o indivíduo em ser ou não um coronel será a sua capacidade de trocar sua influência e seu poderio econômico, social e político por favores, ou seja, votos.

Leal (1997) também reconhece que o coronel tinha como marca a capacidade de realizar essa troca de favores, entretanto, para ele, a questão da terra assume papel principal para que um indivíduo se torne o oligarca local, isto é, o coronel.

Por esta pesquisa ter como objeto de estudo o coronel Elísio Maia, cujo recorte temporal data de 1953 a 1994, tomaremos como base teórica para o contexto histórico do coronelismo a visão de Eul-Soo Pang, porque este considera que o declínio do coronelismo ocorreu apenas na década de 1970, enquanto que Victor Nunes Leal considera a decadência já na década de 1930. Deste autor, utilizaremos aquilo que for relacionado às características coronelistas personificadas na figura de Elísio da Silva Maia.

2.2. O contexto histórico do coronelismo

Para compreendermos todo o processo que envolve o coronelismo, é necessário a compreensão das relações socioeconômicas do Brasil. É preciso que se leve em consideração a característica centralizadora do Estado português quando veio a colonizar as terras brasileiras. Diferentemente do que ocorreu na colonização da América do Norte, onde a iniciativa privada obteve um lugar de destaque, o Brasil “é o resultado direto da ação do Estado português, governado desde a expulsão dos invasores mouros, no século XV, por um regime absolutista” (BURSZTYN, 2008, p. 38).

As bem-sucedidas extrações de produtos nas terras brasileiras, sobretudo a cana-de-açúcar no Nordeste, e posteriormente a mineração em Minas Gerais, permitiram uma expansão dos negócios que levou a um significativo crescimento da administração pública. Mesmo que a maior fonte de economia para Portugal, durante a colonização, tenha sido deslocado geograficamente para outras regiões, isso não afetou e não desequilibrou a estrutura dos poderes locais e suas forças sociais. Dessa forma, “os grupos dominantes na colônia, ainda que tenham se revezado na hegemonia em nível nacional, nunca tivera sua posição abalada nas esferas regional e, sobretudo, local” (BURSZTYN, 2008, p. 39).

Conforme Bursztyn (2008), o poder local durante o período colonial, se resume ao poder dos senhores de terras impossibilitando qualquer interferência do governo central em suas regiões, até porque ambos optaram por uma coexistência pacífica, resultando na omissão do poder público a nível local. Eis o momento em que surge a relação de interdependência do poder central com os poderes locais, permitindo que o sistema coronelista plante sua semente na conjuntura social, política e econômica brasileira, considerando que,

Em troca, o poder central podia contar, em geral, com o apoio do poder local. E é nesse contexto de gigantismo de um poder local, que muitas vezes não correspondia à sua importância nacional, que nasce e se desenvolve o coronelismo. A gestão do processo político local era, portanto, uma atribuição de fato dos grupos sociais que dominavam o panorama econômico (BURSZTYN, 2008, p. 40).

Essa relação entre poder local e poder central como resultado de um esforço recíproco, desenvolveu-se com o tempo, permitindo a solidificação de ambos.

Eul-Soo Pang (1979), também afirma que o coronelismo tem origem no período colonial, precisamente em finais do século XVIII. Segundo o autor, o ápice do sistema durou entre 1850 e 1950, sua decadência se daria 20 anos depois. O autor defende que o termo coronel não tem sua raiz na Guarda Nacional, ele provém de um posto militar que tem sua origem nas milícias coloniais de finais dos anos 1700, divergindo da visão de outros autores que irão atribuir a origem do coronelismo a própria Guarda Nacional, tendo em vista que

A raiz do coronelismo brasileiro encontra-se no período colonial, entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 e 1950. O termo “coronel” significa literalmente coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional (PANG, 1979, p. 19).

Embora o coronel fosse o comandante de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento em algum município, indivíduos pertencentes a outras classes como advogados, médicos, comerciantes, professores, industriais e padres, também possuíam o posto de coronel da guarda (PANG, 1979).

A essência do coronelismo não tem, portanto, relação direta e exclusiva com os coronéis da Guarda Nacional, mas sim com o *status quo* adquirido durante o regime monárquico e republicano, já que os membros pertencentes às classes superiores do país eram dotados de considerável poderio econômico e possuíam influências nas esferas políticas e sociais, resultando na legitimação desses indivíduos enquanto classe dominante, permitindo que os mesmos possuíssem o monopólio do poder com a titulação de coronel. Segundo Pang,

O cerne do coronelismo não tem relação com o papel dos comandantes da Guarda Nacional, mas sim com os aspectos sócio-políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes monárquicos e republicanos no Brasil. Em suma, o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas (PANG, 1979, p. 20).

O coronelismo surgiu durante um período de conflitos entre forças tradicionais e as que resultam das tensões sociais e econômicas. Somado a isso, há ainda um conjunto de mudanças no campo da política e economia, ocasionando num período de grande instabilidade. O coronelismo, enquanto sistema que carrega suas particularidades, surge como uma espécie de Estado informal no sertão. Como indica o autor, “O coronelismo surgiu exatamente nessa época de crise e instabilidade, para comandar a política local e regional, e frequentemente para funcionar como estado informal no sertão” (PANG, 1979, p. 21), alcançando seu período de amadurecimento durante a Primeira República (1889-1930).

Outro fator importante que explica a legitimação dos coronéis a nível regional, conforme Bursztyn (2008), é a característica paternalista dos mesmos, tendo em vista que tal característica permite uma dependência e subordinação dos trabalhadores e residentes locais em relação aos chefes locais no âmbito econômico e social. Pois, conforme o autor,

É a partir das relações paternalistas da sociedade patriarcal que a estrutura social rural se constitui. O paternalismo se torna um mecanismo ideológico e social fundamental para a contrabalançar o autoritarismo tanto do Estado quanto do patriarca local (BURSZTYN, 2008, p. 41).

A base patriarcal do coronelismo teve sua origem nos engenhos de açúcar, fazendas de café e gado. O português administrava seu lote de terras como senhor absoluto. O pequeno número de senhores de engenhos de açúcar e fazendas chefiava e dominava a população local que era seu dependente direto. De acordo com Pang, “Estruturalmente, o fazendeiro português administrava seu domínio como senhor absoluto. Essa classe de plantadores, apesar de pequena em número, dominava a população local dependente” (1979, p. 22).

Uma hierarquia de trabalhadores passou a ser gerada em prol do domínio do plantador. Trabalhadores como “feitor, mestre de açúcar [...] grande número de escravos negros e seus

filhos que, juntos, forneciam a base da fazenda, pois aravam, plantavam, colhiam e moíam a cana-de-açúcar”, encontravam-se numa relação de dependência com o fazendeiro local. Além disso, era comum o senhor de engenho empregar trabalhadores assalariados, como brancos pobres, artesãos contratados, entre outros. Terras também eram arrendadas e seus pertences, como os moinhos, eram alugados (PANG, 1979, p. 22).

Essas questões permitiram que se criasse uma relação patrão-dependente, garantindo ao plantador-patrão uma elevação de seu status social e econômico, garantindo o monopólio do poder no local. Essas questões permitiram que o paternalismo social fosse reforçado e que o mesmo utilizasse de sua força e influência econômica e social para a legitimação de suas ações como pertencentes a finalidades políticas de domínio público. É aí em que se encontra a origem colonial do coronelismo, pois,

Esse laço reforçou o paternalismo social, que o fazendeiro explorava habilmente com finalidades políticas, e usava rotineiramente para justificar exercício de poder no domínio público. Esse sistema de supremacia política de um só homem, cujo poder se baseava num *status* social e econômico privilegiado, é o antecedente colonial do coronelismo dos séculos XIX e XX (PANG, 1979, p. 22).

Além de os fazendeiros não permitirem que outras classes tivessem seu reconhecimento social e econômico conquistado, devido ao grande poder que estes adquiriram conforme a totalidade de terras passava para seus domínios, integrantes de outras classes aspiravam se tornar senhores de terra também, o que favorecia ascensão ainda maior dos fazendeiros e senhores de engenho, elevando o prestígio monopolizante da aristocracia rural (PANG, 1979).

O alvo político dos plantadores era o senado da câmara que se tornou a fonte do poder público para os plantadores, conforme indica o autor: “o senado da câmara, que era a principal corporação administrativa local, tornou-se a fonte de poder público para a elite dos plantadores” (PANG, 1979, p. 23). A falta de um Estado forte e centralizado permitiu que, durante a Monarquia e parte da República, o coronelismo surgisse e se desenvolvesse como única instituição de poder possível para a conjuntura social do momento, pois

Durante a monarquia e a república, o município continuou a servir de reduto do coronel-fazendeiro, que usava e abusava da região como se fosse seu domínio privado. A ausência de um Estado forte e centralizado, de 1850 a 1930, favoreceu o florescimento do coronelismo como sendo a única instituição viável de poder (PANG, 1979, p. 23).

Ao passo em que as famílias brasileiras iam se formando e se expandindo, à medida que a colonização se estabelecia através de laços consanguíneos ou não, como o clã que crescia ao incorporar novos membros e dependentes socioeconômicos à família por motivos

políticos, grupos rivais viram como inevitáveis os conflitos, daí o motivo de se formar grupos armados (PANG, 1979), cuja formação e envolvimento em crimes e questões locais pode ser observada nas palavras do autor:

Cada clã mantinha grupos armados, conhecidos como jagunços ou capangas, ambos os termos significando “rufião” no vernáculo regional. Esses homens eram recrutados entre a população dependente do clã. Esses exércitos feudais particulares lutavam por questões de terras, de águas, em disputas eleitorais, e frequentemente por crimes passionais (PANG, 1979, p. 24).

Esses conflitos originários da formação populacional do Brasil e do choque de interesses internos, resultado direto dos antagonismos presentes entre as classes socioeconômicas, causaram conflitos que ficaram marcados na história do Brasil, como a Guerra dos Mascates, no século XVIII, em que a classe de proprietários de terra e as classes mercantis digladiavam entre si (PANG, 1979).

As forças do exército colonial e imperial eram relativamente pequenas, além de apresentar significativa escassez de recursos e se encontravam em maior número nas cidades da costa, permitindo o desenvolvimento de um espaço para que os pequenos clãs locais e interioranos aplicassem sua própria lei e justiça. Essa justiça, que sempre se encontra em forma de violência, foi legitimada através do exercício de cargos públicos entre os membros dos clãs locais. Segundo Pang,

A legitimação da violência foi frequentemente obtida, pelos membros do clã, através do exercício de cargos públicos. [...] Em muitos municípios do interior, o estado não possuía meios de fazer cumprir a lei e o funcionamento da justiça; esses vazios foram rapidamente preenchidos pela Justiça de Salomão do patriarca e de seus exércitos particulares (PANG, 1979, p. 25).

As forças imperiais viram-se obrigadas a legitimar a violência proporcionada pelo poder dos fazendeiros do interior, garantindo que suas práticas atingissem um status legal, ou quase que legal, como unidades militares. Estando o mecanismo de violência do interior institucionalizado em finais do século XVIII, os principais plantadores do interior receberam o título militar de capitão-mor ou coronel, presenteando-os com um grande prestígio social e econômico na região (PANG, 1979).

O termo coronel passou a ser rotineiro e comum entre os brasileiros a partir do ano de 1831, quando D. Pedro I abdicou do trono de Imperador do Brasil em favor do seu filho de apenas cinco anos, D. Pedro II, modificando a forma de se fazer política no Estado. Um sentimento de hostilidade aos portugueses residentes no país passou a tomar conta do Brasil, a ponto de se exigir que o exército fosse formado com um número cada vez menor de portugueses (PANG, 1979).

Segundo Pang (1979), a redução do contingente luso no exército brasileiro fora atendida a partir da Regência Trina (1831-1835). Entretanto, para que as leis fossem cumpridas no país e a defesa nacional contra inimigos externos fosse mantida, viu-se necessário fundar a Guarda Nacional, formado por um exército de cidadãos brasileiros, com oficiais indicados pelos proprietários de terras. Em cada município a guarda conquistava o título de polícia local, tornando-se uma instituição de grande prestígio no sertão e no litoral, possibilitando que a população diretamente ligada e dependente do proprietário de terras, isto é, do patriarcado local, fosse escolhida para integrar a Guarda Nacional. Visto que,

Em cada município a guarda assumia as responsabilidades da polícia local, sob a supervisão do ministro da justiça imperial e das autoridades provinciais. Em lugar das milícias coloniais, a Guarda Nacional surgiu como uma instituição de prestígio no sertão e municípios do litoral, escolhendo seus membros entre a população dependente do fazendeiro patriarca (PANG, 1979, p. 26).

Para Raymundo Faoro, em **Os donos do poder** (2008), com a Proclamação da República (1889) e a posterior fase da República da Espada (1889-1894), dos presidentes Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, inicia-se o período da República Oligárquica, fase iniciada por seu primeiro presidente civil do Brasil: Prudente de Moraes, estendendo-se até 1930.

Nesse momento se inicia a política dos governadores, ou mesmo a política do café com leite, que envolve as principais cidades do eixo econômico e industrial do Brasil: São Paulo e Minas Gerais. Para a primeira o café, para a segunda o leite. O acordo político, conforme Faoro (2008), entre ambas as regiões para a alternância do governo central permitiam o fortalecimento de oligarquias rurais, possibilitando que o poder central do país ficasse concentrado nas mãos de uma enxuta elite oligárquica, ou seja, o poder ficava concentrado sempre nas mãos do mesmo eixo governamental: mineiros e paulistas.

Segundo Faoro (2008), a política de governadores permitia uma troca de favores entre o poder central e os seus coligados, isto é, o presidente e os governadores de cada Estado brasileiro, além dos próprios parlamentares. Os governadores apoiam o presidente, conseguindo mais eleitores para ele, enquanto que o presidente, por sua vez, garante maior governabilidade para os governadores, dando-lhes acesso aos recursos e aos privilégios da máquina estatal, permitindo que os governadores também criem um sistema de interdependência entre eles e os oligarcas locais, ou seja, os coronéis. Dessa forma,

Nesse comércio de favores, fixam-se compromissos bilaterais, entre governadores e presidente, abrangendo os parlamentares. Se o sistema garante a estabilidade do grupo dirigente estadual, oligarquizado nos partidos locais, e, dentro deles, nos grupos familiares, assegura a permanência dos deputados e senadores para um

convívio até que a morte os separe, salvo se um furacão lhes quebrar a continuidade (FAORO, 2008, p. 652).

O coronelismo se mostra como sistema fundamental para a manutenção da elite oligárquica no poder, seja a nível local, estadual ou federal, já que, criado os laços entre o governo federal e o governo estadual, e este, por sua vez, garantindo seu laço interno com as oligarquias locais, cria-se um sistema de interdependência retroalimentado entre os mesmos (FAORO, 2008). Conforme Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, em **Coronel, Coronéis** (2006),

Ao político das capitais que queria ser deputado, senador, governador, era muito atraente poder contar, quase que sem nenhum esforço, com os milhares de votos que lhe assegurava o coronel. Eram votos que lhe viam sem muito empenho, sem maiores contatos com os que era, unanimemente, seus eleitores – e que o apoiavam sem mesmo tê-lo conhecido, simplesmente por se tratar do candidato do coronel. São votos cedidos a deputados e senadores, às vezes em decorrência de um simples telegrama enviado ao coronel às vésperas do pleito, quando os chefes estaduais do partido percebiam, à última hora, a fragilidade dessa ou daquela candidatura de interesse. Votos teleguiados (2006, p. 60).

É nesse contexto em que a designação de títulos e de um posto de comando passa a ser uma preocupação partidária, tornando-se um excelente mecanismo de controle e manutenção do poder do partido político dominante, pois o controle da Guarda Nacional, ou seja, da polícia local, possibilitava ao partido o uso da força policial, fator fundamental nas eleições do Império e da República (PANG, 1979). Conforme o autor,

Não só a concessão de títulos tornou-se uma preocupação partidária, mas também a designação de um posto de comando tornou-se um importante trunfo político do partido dominante. Ao menos no papel, o controle das unidades da Guarda local assegurava ao partido o uso da força policial, um fator crucial nas eleições do império e da república (PANG, 1979, p. 28 e 29).

A titulação de coronel, ao passar a ser por indicação e por interesse político, era extremamente instável, ocorria sempre que seu partido estivesse no poder, durante o Império e a República. Passou a ser uma titulação distribuída rotineiramente, tornando-a vulgar e comum entre as autoridades indicadas pelos chefes partidários (PANG, 1979).

Segundo Eul-Soo Pang (1979), o termo coronel nas duas primeiras décadas do século XX, logo se tornou sinônimo de chefe político. O fazendeiro de gado ou um grande proprietário de terras possuía grande poder nos municípios do sertão e logo passaram a ser chamados de coronel, conferindo-lhe o status de chefe local e um excelente termômetro para o status de um indivíduo na comunidade, considerando que

Não era raro descobrir num município do sertão que o fazendeiro de gado mais poderoso era um coronel, o principal comerciante na cidade era tenente-coronel, o funcionário público era major, um dono de loja era capitão e o dono da hospedaria

era tenente. [...] As pessoas preferiam ser chamadas de coronel, em vez de “senhor”, uma designação mundana. “Senhor, coronel” e “Senhor, doutor” eram usados para realçar o respeito por um superior (PANG, 1979, p. 30).

Durante a Primeira República, para os políticos que distribuíam os cargos da Guarda Nacional, entre eles o de coronel, significava maior apoio político dos chefes políticos locais, garantindo-lhes uma ascensão política cada vez maior, seja a nível estadual ou federal (PANG, 1979). De acordo com o autor,

O Ministro da Justiça, sob cuja jurisdição a Guarda permaneceu até 1917, fazia distribuições rotineiras de cargos, a pedido de governadores, deputados federais, senadores, e outras pessoas com poder político. Em 1916, o Brasil tinha 231.044 oficiais em 8.778 brigadas. Só a Bahia tinha 420 brigadas [...] Entre 1902 e 1914, o governo federal distribuiu 11.369 postos entre os baianos. Em muitos casos, as pessoas passavam por uma série de promoções de um posto inferior para outro superior, frequentemente comprando a nomeação. [...] Dois anos depois, o Ministro da Guerra Calógeras observou que o Brasil tinha 44.242 oficiais da Guarda Nacional “em serviço ativo” (PANG, 1979, p. 30 e 31).

O município, menor unidade administrativa e legislativa do país, subdividia-se, por vezes, em um ou mais distritos e era o principal campo de atuação do chefe político local, o coronel. A partir daí o coronel, ao confrontar e se destacar frente a seus rivais locais, poderia sonhar com maiores aspirações, como um cargo de deputado, senador ou governador do Estado (PANG, 1979).

Os processos eletivos na Primeira República eram manchados por fraudes, um processo mentiroso. As juntas responsáveis pela execução do processo eleitoral eram formadas pelo juiz da Comarca nomeado pelo governador, por um juiz municipal eleito pelos munícipes e membros escolhidos dentro do eleitorado local. Os resultados das eleições eram ditados pelos membros dos conselhos e pelos intendentess locais, que faziam parte também das juntas responsáveis pela execução do processo eleitoral (PANG, 1979).

O uso da violência era prática comum entre os que aspiravam ao poder político, principalmente para evitar o registro de eleitores que apoiassem o candidato rival. Após a fase de registros, capangas dos clãs locais passavam a ser vistos com maior frequência na região, com a finalidade de intimidar os eleitores. Os juizes, muitas vezes, encontravam pretextos para se afastarem das sedes no período das eleições, permitindo que o governador nomeasse um suplente, geralmente indicado pelos coronéis locais, interessados nos rumos do processo eleitoral (PANG, 1979, p. 34).

Quando as eleições se tornavam mais acirradas e difíceis era comum o uso da violência ser maior. Mas, se nenhuma dessas ações surtisse efeito real para a eleição de determinado coronel, outros procedimentos eram tomados como a compra de votos e o

registro de eleitores não-qualificados (os analfabetos que não votavam na época e os mortos), ou mesmo importação de eleitores de outras regiões (PANG, 1979, p. 35).

A venda de votos encontrou seu início, no Brasil, durante a Primeira República. Era comum, principalmente nas duas primeiras décadas, ter distribuição de roupas novas, chapéus e sapatos nos períodos das eleições por parte dos candidatos a algum cargo político, para que os eleitores beneficiados pudessem retribuir a “boa vontade” do candidato por meio do voto. Essa troca de favores ditava o ritmo das eleições nacionais (PANG, 1979). Conforme o autor,

Duas décadas após o final da Primeira República, um oficial das Nações Unidas observou que muitos eleitores analfabetos jogavam na urna seus cupons de almoço, em vez da cédula que lhes era fornecida junto com o cupom de refeição pelo chefe político. A distribuição de roupas novas, sapatos, chapéus e outros bens essenciais era comum durante a campanha eleitoral (PANG, 1979, p. 36).

Em síntese, as eleições na Primeira República eram definidas pelos interesses dos coronéis e os que excediam os limites municipais, como o presidente e os governadores, tendo em vista que a facilitação, por meio de técnicas fraudulentas e de opressão, da eleição de determinado coronel era uma via de mão dupla, pois o coronel recebia apoio do governador/presidente para se eleger e, em troca, aquele conseguia eleitores para esses mesmos governadores/presidentes. Era a troca de favores que movimentava a máquina política durante a Primeira República (PANG, 1979, p. 36).

Segundo Eul-Soo Pang, a característica oligárquica da maioria dos coronéis brasileiros é a oligarquia familiar, em que a legitimidade desse grupo oligárquico, ou clã, se dava pela capacidade de distribuir favores aos seus membros e apoiadores. A vontade de se chegar ao poder era motivada pelo desejo de manter seu poderio econômico e social. Eram, sobretudo no sertão, fazendeiros e senhores de terras que tinham como membros diretos a “própria família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento e, às vezes, o povo dependente do ponto de vista socioeconômico” (PANG, 1979, p. 40).

A lealdade que o chefe da oligarquia familiar conseguia de seus eleitores era conquistada por meio da troca de favores, em que o coronel conseguia recursos suficientes para manter seus apoiadores leais frente a seus interesses governamentais, seja estadual ou federal (PANG, 1979). Segundo Pang,

O poder de extrair votos por parte da oligarquia familiar baseava-se, por sua vez, em sua habilidade em conquistar a lealdade social e política de seus dependentes. O chefe captava os recursos necessários para a sobrevivência de seus dependentes e agregados, servia de árbitro nas questões entre eles e intervinha junto ao governo para obter favores (PANG, 1979, p. 40 e 41).

Entre os anos de 1850 e 1950 algumas mudanças importantes ocorreram na estrutura social e política do país: as oportunidades eleitorais foram ampliadas, possibilitaram que outras classes, anteriormente menos presentes na esfera política do país, como os advogados, os funcionários públicos, oficiais militares, ou os padres entrassem para a política, forçando os então senhores de terras a competir com essa nova classe política emergente, sendo forçados a usar mais do que nunca os seus recursos privados para garantir os favores prometidos (PANG, 1979).

Outra questão importante é a de que justamente no sertão, mais precisamente no vale do São Francisco, onde estavam os coronéis mais autocráticos se encontravam algumas das maiores relações democráticas e abertas entre o fazendeiro e o seu dependente no Brasil, visto que o dependente do coronel recebia dele porções de terras para que pudesse cuidar do seu gado e roçado. O que ocorria de forma diferente nas regiões costeiras, pois nessas localidades o trabalhador era muito mal remunerado, mesmo nos anos iniciais do século XX, o que permitia o aumento da dependência entre este e o dono de terras. No sertão, tínhamos um regime mais democrático e aberto, enquanto que na zona costeira a característica de dependência era a de um sistema social fechado e autocrático (PANG, 1979).

Segundo Pang (1979), foi apenas a partir de 1930, com a presença de Getúlio Vargas no poder político federal, que o norte do país passou a ter alguma aceitação para com o Estado. Nas regiões correspondentes ao sul e ao centro do país o deslocamento de uma aceitação e dependência local para uma estadual já começara a ocorrer desde os primeiros anos do século XX.

A migração nas regiões centro-sul do país, do municipal para o estadual, se deu pela ascensão dos líderes do Partido Republicano (PR) - cujos líderes pertenciam as elites estaduais -, cuja origem se deu na década de 1870, mas se destacando apenas a partir da década de 1890, reorientando as relações dos chefes locais com as políticas e interesses estaduais, o que não ocorria com as regiões mais ao norte do país, ou nas regiões centro-oeste. Tendo em vista que as forças dessas oligarquias republicanas não incidiam tanta influência nos estados tanto quanto se via na região centro-sul (PANG, 1979). Conforme o autor,

Nesses estados (os do centro-sul), os PR serviam como meios duráveis e maleáveis de mediação de lutas entre os principais contendores pelo poder municipal e a monopolização de sua lealdade política. [...] No Norte e Centro-Oeste, entretanto, o movimento republicano não teve maior importância ou simplesmente não existiu. [...] Diversos esquemas econômicos, estaduais e federais, para subsidiar setores dominantes, como o café, transformaram, inúmeros coronéis do centro-sul em obedientes instrumentos políticos do PR. Em Pernambuco e na Bahia, formaram-se clubes republicanos antes de 1889, porém não se formaram em agremiações políticas de vulto. Quando um grupo oligárquico conseguia fundar um partido, não durava muito (PANG, 1979, p. 37-38 e 49).

Como consequência, os coronéis do sul - nas décadas de 1910 e 1920 em que a economia do café intensificou sua influência direta na política dos estados meridionais, estreitando-se os laços de dependência entre o poder regional e o estadual e um controle político maior do Partido Republicano em relação aos coronéis - sofriam muito mais pressão do poder público do que os coronéis do norte. O controle oligárquico do Partido Republicano ao incidir essa pressão sobre as pequenas oligarquias locais do Sul, remodelou as características dessas oligarquias internas, estrangulando-as, permitindo que o coronelismo no Sul fosse institucionalizado, fenômeno não ocorrido no norte do país (PANG, 1979).

Segundo Pang (1979), a não institucionalização do coronelismo setentrional ocorreu justamente pela ausência do Partido Republicano nessa região - e conseqüentemente de uma menor dinamização da economia e das reduzidas possibilidades sociais de acesso a meios distintos na política que possibilitassem o atendimento as necessidades particulares da população -, permitindo que o povo dessas regiões, dependentes diretos do chefe local, canalizasse sua lealdade apenas aos coronéis que, por sua vez, apoiava um grupo específico e restrito, numa franca troca de interesses. Segundo Pang,

O fato de não se terem desenvolvido partidos organizados na Bahia, no Ceará, em Goiás e em outros estados menos desenvolvidos da região é facilmente explicado pela ausência de atividades econômicas dinâmicas capazes de impulsionar o fluxo de capital e de trabalho de uma região para outra, ou da Europa para a América. [...] Os criadores de gado da Bahia e de Pernambuco continuaram a competir com a carne importada do Rio Grande do Sul e de outros lugares. Sem uma economia em desenvolvimento, não havia necessidade de expandir as estradas de ferro e as rodovias além dos limites da indústria de açúcar (PANG 1979, p. 49 e 50).

Esse subdesenvolvimento, ocorrido entre o sertão e as regiões costeiras dos estados do centro-norte do país impediram que o Partido Republicano influenciasse tais regiões, visto que o baixo desenvolvimento econômico nessas regiões permitiu a criação de grupos políticos fracionados, não possibilitando que qualquer partido surgisse na região como dominante, o que gerou nos estados do norte, nordeste e centro-oeste, portanto, um coronelismo distante de qualquer forma de institucionalização (PANG, 1979).

Conforme Pang (1979), pela falta de institucionalização nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, muitos coronéis chegavam a desafiar as forças policiais do próprio Estado com seu exército particular. Foi o que aconteceu em Fortaleza, quando

No Ceará em 1914, os exércitos pessoais do Padre Cícero e seus coronéis do Vale do Cariri atacaram Fortaleza e depuseram o governo de Franco Rabelo; em seu lugar, o Padre Cícero recolocou a oligarquia estadual liderada pelos Acioli (PANG, 1979, p. 51).

Quando o Partido Republicano tentava intervir nesses mesmos estados, dificilmente conseguia-se influenciar a política dos coronéis, podendo até humilhá-los, mas não derrotá-los, tendo em vista o coronelismo do Norte que não sofreu tanta influência do Partido Republicano, surgido e desenvolvido na Primeira República, como ocorreu no Sul do país. Os coronéis do Norte possuíam uma característica mais autônoma, própria e individualista (devendo ser julgadas, ao analisa-las, suas capacidades pessoais e não seu prestígio e influência frente aos partidos estaduais), enquanto que nos do Sul encontramos a característica das dependências destes com a estrutura partidária estadual dirigida pelos partidos republicanos de cada Estado (PANG, 1979).

Segundo Pang (1979), outro fator determinante para a manutenção do poderio político, econômico e social dos coronéis do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, sobretudo os que pertenciam à região do Vale do São Francisco, como os coronéis dos estados da Bahia, Minas, Goiás, Maranhão, Piauí e Pernambuco, eram as relações estaduais e interestaduais entre eles, tendo em vista que a proximidade do “Nilo brasileiro” (Rio São Francisco) facilitava tanto a atividade dos plantadores, criadores e comerciantes da região, como também a comunicação e migração de uma região para outra. Nas palavras do autor,

Muitas das principais famílias coronelistas da Bahia casaram seus filhos com filhos de famílias associadas no sul do Piauí, leste de Goiás, sul do Maranhão, oeste de Pernambuco e norte de Minas. Laços econômicos e uma rede de parentesco reforçaram as alianças políticas desses coronéis como grupos de ajuda mútua. [...] As alianças provenientes do principal centro de comércio, fossem elas formais ou informais, sempre constituíam uma ameaça às oligarquias da costa (PANG, 1979, p. 52 e 53).

Esses acordos e comunicações interestaduais e intraestaduais possuíam seu reconhecimento entre os governantes e autoridades, inclusive estaduais, já que, como exemplo, um coronel analfabeto, apesar das restrições constitucionais, do sul do Estado do Ceará foi eleito vice-governador, mas em seu benefício possuía uma massa de eleitores significativa que garantissem sua ascensão como político (PANG, 1979). A legitimidade do coronel, fortalecida por essas relações entre estados e regiões, gerava poder inquestionável, tendo em vista que

Um comerciante e depois coronel guerreiro, sem instrução, de Lavras Diamantinas, na Bahia, foi reconhecido pelo governo federal, em 1920, como líder absoluto de uma região que abrangia doze municípios, com pleno direito de manter sua força armada pessoal e o privilégio de nomear seus próprios deputados nos legislativos estaduais e federal (PANG, 1979, p. 53).

Segundo Pang (1979), um coronel de grande destaque na região Nordeste foi o padre Cícero Romão Batista, que exerceu maior influência no Vale do Cariri, na região de Juazeiro,

no Ceará. Além dos acordos entre os estados, o padre Cícero tinha mais um fator que lhe favorecia: a exploração da fé.

Com uma política de cuidar dos desamparados e famintos, em conjunto com a realização de milagres - como as hóstias que se transformavam em sangue dentro da boca de uma beata denominada de Maria -, e a exploração de mão de obra barata proveniente de seus fiéis seguidores, o padre Cícero tornou-se um dos maiores empresários - gerando diversos investimentos no Vale do Cariri - e coronéis do sertão nordestino, fortalecendo alianças com oligarcas locais, de forma que a influência na política a nível regional e estadual fosse tamanha que um pacto de coronéis, em 1911, fosse instituído pelo próprio padre, cuja existência e influência na região se deu até a década de 1930.

Segundo Pang, o coronelismo não se encerra em 1930, com a ascensão de Vargas, ele apenas se modifica. Com o país crescendo demograficamente, e a industrialização impactando diretamente na economia nacional, gerando o crescimento da urbanização, em conjunto com um sistema multipartidário em 1945, permitiram a modificação do coronelismo, e não sua extinção, tendo em vista que esses mesmos coronéis tornaram-se instituições intermediárias entre os diversos partidos que surgiram, remodelando-se durante as décadas de 1960 e 1970, como uma “nova elite partidária modificada” (PANG, 1979, p. 62).

Entre as definições de coronel que Soo-Pang discute: proprietário de terras, comerciante, industrial, padre, guerreiro, burocrata e chefe, o que melhor classifica Elísio Maia é o proprietário de terras. Esse coronel, segundo Pang (1979), é caracterizado como aquele poderoso chefe local que possui grandes quantidades de terras, possuindo autonomia em seus atos e exercendo influência política, social e econômica notória na localidade, sobretudo no sertão – local em que Elísio Maia viveu - que, conforme vimos, a influência de partidos maiores encontrava significativa dificuldade, possibilitando que o domínio individualista da oligarquia local se somasse ao uso da violência na resolução de conflitos.

3 SÍNTESE DA HISTÓRIA DE PÃO DE AÇÚCAR E ASCENSÃO POLÍTICA DE ELÍSIO MAIA

3.1. História de Pão de Açúcar

A origem mais remota da cidade de Pão de Açúcar, que possui uma população estimada para o ano de 2018 de 24.446 habitantes (IBGE, 2019), data do ano de 1611, quando D. João IV cedeu terras às margens do rio São Francisco aos índios Urumaris, localizando-se entre dois morros referenciais: o Morro do Cavalete e o Morro do Aranha, e se estende até a serra de Xitroá, totalizando quatro léguas de comprimento. O nome dado à região pelos Urumaris foi o de Jaciobá, que significa espelho da lua, conforme palavras de Aldemar de Mendonça: “Deram-lhe a denominação de Jaciobá que, em guarani significa ‘Espelho da Lua’. É que as noites de luar refletem no São Francisco um gigantesco fio de cristal” (1974, p. 10).

Devido a rivalidades tribais na região, os índios Chocós, residentes numa pequena ilha próxima a localidade das terras doadas por D. João IV, com a denominação de São Pedro, entraram em conflito com os Urumaris pela dominação do território Jaciobá. Os primeiros saíram vencedores do conflito e os índios Urumaris foram expulsos para outra porção de terras próxima àquela, numa região fronteira com o Estado de Alagoas e que hoje pertence a Sergipe (MENDONÇA, 1974).

A denominação de Pão de Açúcar calhou a vir apenas alguns anos depois, mas no mesmo século, no ano de 1660, no mês de setembro, quando por carta de sesmaria o português Lourenço José de Brito Correia obteve domínio das terras que hoje se encontra a cidade de Pão de Açúcar. Os domínios dessa terra pertenciam a Cristovam da Rocha, em 1634, proprietário da Ilha Grande, atual cidade de Penedo. O português, com finalidade de explorar a pecuária e o comércio, principalmente pelo porto de Penedo, fixou uma fazenda de gado com a denominação de Pão de Açúcar (MENDONÇA, 1974).

Em sentido etimológico, a escolha do nome Pão de Açúcar, deve-se ao fato de a casa grande localizar-se muito próxima ao morro do Cavalete, cuja configuração se assemelha a uma forma em que se utilizava para purgar e clarificar o açúcar (MENDONÇA, 1974).

Mendonça (1974) traz ainda em **Pão de açúcar: História e Efemérides**, uma fala do padre regional Medeiros Neto que sintetiza bem a formação da cidade de Pão de Açúcar: “Pão de Açúcar, pelo nome primitivo de Jaciobá, não foi menos do que um prolongamento de aldeia indígena, que, na época, dos currais, se diluiu, convertendo-se, então, em centro de criação dos mais prósperos” (p. 11).

Nos anos que se seguiram, a fazenda Pão de Açúcar fora vendida pelo proprietário Lourenço José de Brito Correia para Domingos José Magalhães, tendo sido sequestrada pelo juiz de ausentes. A partir de 1775 arrematações e arrendamentos anuais da região passaram a existir, e surgiram alguns arrendatários da região: João de Souza Botelho, Antônio José da Silva, coronel Luiz Dantas de Barros Leite e o capitão Salvador Rodrigues Delgado (MENDONÇA, 1974).

Em 1814, o ouvidor e provedor geral da Comarca das Alagoas, Antonio Batalha seguiu com uma demarcação das terras da fazenda Pão de Açúcar para ser posta em leilão em 26 de fevereiro de 1815, na vila de Penedo. A fazenda foi arrematada pelo padre José Domingos Delgado e seus irmãos, e devido a boa gestão a região pôde se desenvolver, permitindo um povoamento cada vez maior. Conforme Aldemar de Mendonça,

Concluída a demarcação, as terras da fazenda foram avaliadas pelos capitães João de Souza Vieira e Antonio da Silva Maia, no valor de dois contos e duzentos mil réis. Postas em leilão, no dia 26 de fevereiro de 1815, na vila de Penedo, do rio São Francisco, Comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco, foram arrematadas pelo padre José Domingos Delgado e seus irmãos, o capitão Salvador Rodrigues Delgado e Inácio Rodrigues Delgado, pelo preço de dois contos e quatrocentos e cinco mil réis, quantia paga em duas prestações. A boa Administração dos Delgado impulsionou o progresso da região e o seu conseqüente povoamento (1974, p. 11).

Ao desenvolvimento que se seguiu, durante o Brasil Imperial, nos dias 17 e 22 de outubro de 1859, a região de Pão de Açúcar, já com certo desenvolvimento e povoamento superior a de uma simples fazenda, foi visitada pelo imperador do Brasil, Dom Pedro II, quando este se dirigia para as cachoeiras de Paulo Afonso, rendendo uma menção elogiosa à região no Anuário do Museu Imperial de 1949, conforme palavras do autor: “O anuário do Museu Imperial, de 1949 publica o diário particular de Sua Majestade, onde faz elogiosa referência à vila, usando textualmente a expressão: ‘A vista de Pão de Açúcar é bonita’” (MENDONÇA, 1974, p. 11).

Frente ao desenvolvimento e aos bons serviços administrativos prestados pelo padre José Domingos Delgado e sua família, em 3 de março de 1854 a antiga fazenda Pão de Açúcar pôde se tornar vila, e em 18 de junho de 1877 fora elevada à categoria de cidade, embora o primeiro prefeito viesse a tomar posse apenas em 13 de maio de 1892: Miguel de

Novaes e Mello, sendo o município, antes da posse do primeiro prefeito, administrado pelo conselho de vereadores (MENDONÇA, 1974).

3.2. A figura histórica de Elísio Maia

A trajetória política de Elísio da Silva Maia é marcada de muitos momentos importantes para a cidade de Pão de Açúcar, mas antes é preciso que discutamos quais os movimentos e processos sociopolíticos permitiram que Elísio Maia se tornasse uma liderança na região. Segundo Aldemar de Mendonça (1974, p. 70), Elísio da Silva Maia nasceu em 12 de junho de 1914, nessa época sua família possuía grande influência na localidade, tendo em vista que seu pai, José da Silva Maia, conhecido como coronel Lamego, conseguira tomar posse como prefeito da cidade em 7 de janeiro de 1917, com mandato até 7 de janeiro de 1923.

Os crimes de pistolagem ou de mando envolvem a família de Elísio Maia desde cedo. Seu pai, coronel Lamego, foi assassinado com um golpe de machado na cabeça em 1924, desferido, supostamente, por seu desafeto José Clarismundo de Campos, conhecido como Zé Gago. Segundo Aldemar de Mendonça (1974), o coronel Lamego possuía grande influência política e social há época na região - devido ao seu domínio de terras e suas atividades industriais -, e por isso poderia contrair algumas inimizades, inclusive com o seu próprio filho, José Maia Filho, irmão de Elísio da Silva Maia.

Muito tempo após a morte do coronel Lamego, nunca se chegou a um consenso sobre quem de fato o havia matado, alguns acreditando, inclusive, que a morte do pai fora ocasionada pelo seu próprio filho, José Maia Filho. Mesmo que este tenha tentado matar o suspeito de assassinar seu pai (Zé Gago). Como podemos observar no relato,

Às vinte horas do dia 24 de maio de 1924, seu filho José Maia Filho, acompanhado de José Trejo, Marcelino de Tal, João de Algodão, Passarinho e José Teixeira foi a cadeia pública, onde se encontrava, preso, José Clarismundo de Campos (Zé Gago) indiciado como assassino do coronel Lamego. Zé Gago saiu ferido, sendo medicado e retirado para a cidade de Penedo (MENDONÇA, 1974, p. 74).

Segundo Aldemar de Mendonça (1974), o que pesava em relação às suspeitas de assassinato sobre o filho do próprio coronel Lamego eram suas ações, tendo em vista que José Maia Filho agia com truculência e violência contra quem o desagradasse. Essas ações, além do envolvimento com capangas, como era o caso de Passarinho, não eram aprovadas pelo seu pai, como traz o autor:

Na véspera do crime, o Cel. Lamego, industrial que era, havia recebido da firma Peixoto & Cia., de Penedo a quantia de trinta e tantos contos de reis [...] “Passarinho”, capanga de Zé Maia, chegou a fazenda Traíras e daqui permaneceu durante todo o dia em que se deu o crime, o que não era costume. A mando de Zé Maia foi buscar dinheiro na casa do Cel. Lamego tendo este declarado que Zé Maia não podia manter capangas, com isto contrariando o desejo de Zé Maia e do próprio “Passarinho”. Ao receber o recado do pai, Zé Maia dissera: “Um dia a casa cai; veremos quem vai se aproveitar do dinheiro”. Zé Maia, ao chegar à residência do pai moribundo, antes de tudo, foi diretamente exigir da madrastra, a chave do cofre, de onde retirou todo o dinheiro ou grande parte dele. Fez prender Zé Gago, e na prisão alvejou-o no braço, errando, assim, o tiro dado à queima roupa, ele que atirava admiravelmente (MENDONÇA 1974, p. 76).

Suspeitas à parte, interessa é entender que o ambiente em que Elísio Maia cresceu o ajudou a tornar-se o personagem que foi: homem de bens materiais, proprietário de terras, influenciador político e social – herança de sua família de industriais e fazendeiros -, envolvimento com crimes passionais, de pistolagem (MENDONÇA, 1974). Para alguns, herói, para outros, vilão, conforme observamos em Jonas de Matos Neto:

Ter sido prefeito de Pão de Açúcar por dois mandatos, além de deputado, indica como Elísio Maia esteve presente por muitos anos na vida política da região do alto sertão de Alagoas, fazendo jus à linhagem tradicional de políticos da qual foi fruto [...] ainda que os casos de violência chamem a atenção, destaco que eles não são capazes de explicar por si só o domínio de um político durante tantos anos, muito menos limitar as suas práticas. Enfatizo também que boa parte desses relatos de violência descritos por adversários políticos, quando é representado por pessoa por ele beneficiada, principalmente de recurso material limitado, passa a ter um sentido moral, com justificativas baseadas na honra, e reforçado pela máxima local de que “um homem desonrado é um homem morto” (2012, p. 35).

Elísio Maia fora uma importante figura política tanto a nível municipal, quanto estadual, com dois mandatos de prefeito e algumas legislaturas de deputado estadual. Foi prefeito de 1953 a 1954 e entre 1983 e 1988. Exerceu mandatos de deputado estadual de 1959 a 1970, e de 1991 a 1994 (NETO, 2012, p. 12).

Assumiu o primeiro mandato como prefeito em 23 de janeiro de 1953 pelo PSD, com eleição vencida no ano anterior, ao vencer a oposição política do governador do Estado de Alagoas, Arnon de Melo, logo após seu parente João da Silva Maia (Janjão) falecer no exercício do cargo de prefeito da cidade em 26 de janeiro de 1952 (NETO, 2012).

Em meio a disputas políticas entre o prefeito de Pão de Açúcar, Elísio Maia (PSD), e o governador do Estado, Arnon de Melo (UDN), Joaquim Rezende –proprietário de terras na região -, que havia sido prefeito pela UDN na cidade antes de Elísio Maia, é nomeado como delegado da polícia da localidade, gerando conflitos internos entre ambos (NETO, 2012).

Como exemplo de conflito entre as personalidades (Joaquim Rezende e Elísio Maia), nessa mesma época Elísio Maia ordena que se construa um mata-burro localizado no acesso

ao povoado Alecrim, que era uma espécie de obstáculo construída por traves paralelas entre si, acopladas ao solo, que impedem a passagem de animas, sobretudo quadrúpedes. Tal decisão não agrada a população - tendo em vista que a força animal era extremamente importante para aquela época, tanto no que diz respeito ao deslocamento de mercadorias, quanto no que se refere ao meio de transporte pessoal -, permitindo que, a informação da construção do mata-burro chegasse aos ouvidos do delegado Joaquim Rezende, que, na sua qualidade de autoridade, ordena que o obstáculo seja retirado (NETO, 2012).

Segundo Neto (2012), após esse episódio – ratificado pelos entrevistados Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva (2019) e Pedro Lúcio Rocha (2019), Elísio Maia sente-se um homem humilhado e desonrado. E isso levou o delegado da cidade a ser assassinado pelo irmão de Elísio Maia, Luís Maia, e alguns outros companheiros seus:

Em 28 de agosto de 1954, na vila de São José da Tapera, às 16 horas foi assassinado o Sr. Joaquim Rezende, Delegado de Polícia deste município. O fato ocorreu num sábado, dia de feira, quando a justiça, eleitoral fazia a entrega de títulos eleitorais. Posteriormente os srs. Elísio Maia e seu irmão Luiz Maia foram julgados pela justiça, sendo ambos absolvidos (MENDONÇA, 1974, p. 100).

Não eram apenas os atos de violência que se destacavam durante os anos em que Elísio Maia esteve no poder. Não seria possível um político permanecer tantos anos à frente de um município ou com forte representação estadual apenas realizando atos opressores. A máquina estatal funcionava a plenos vapores com o intuito de conceder favores, doações de recursos e bens para o povo, de forma que a ausência material presente na vida do povo sertanejo fosse amenizada. Segundo Neto,

As concessões de benefícios – um mecanismo sempre utilizado na esfera diária de pessoas em comunidades carentes, sucedidas para superar a ausência material e que quando negados geram desconfianças – são o que parecem aproximar Elísio Maia do status de grande político. [...] Esses favores, àqueles que necessitam de dinheiro e bens materiais, ou de conhecimento em outras esferas – que por certo são trocas – ao ultrapassarem o modo como suas solicitações são realizadas, lhe conferem singularidade e importância. [...] Destarte, Elísio Maia fazendo uso da máquina municipal e de sua riqueza particular, desenvolveu essas habilidades, alcançou um expressivo apoio popular revelado em votos nos períodos de eleições e perpetuou seu poder até a morte (2012, p. 6).

Sobre essas concessões, tão importantes para a manutenção do poder de Elísio Maia por tantos anos, observamos o relato de José Roberto Almeida da Silva (2018) que até mesmo as pessoas contrárias a política de Elísio Maia eram aceitas pelo chefe local, numa demonstração, segundo o entrevistado, de generosidade para com o povo pobre de Pão de Açúcar, já que o cidadão pãodeaçucareense não possuía outra solução senão se aliar a Elísio Maia para fugir de sua paupérrima condição existencial.

Essas concessões criavam um forte laço povo-coronel, gerando admiração por parte do povo em relação ao seu chefe, já que tais concessões permitiam que a difícil vida interiorana encontrasse um momento de alívio frente aos obstáculos existenciais diários, favorecendo a permanência de Elísio Maia no poder por tantos anos.

4 A MANIFESTAÇÃO DO SISTEMA CORONELISTA, E SUAS RELAÇÕES, NA FIGURA HISTÓRICA DE ELÍSIO MAIA: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Quando se entrevista alguém que já foi favorecido por ações de Elísio Maia os elogios são os melhores possíveis, ele sempre passa a ser relatado como aquele político prestador, bondoso, que possuía apreço pelos pobres e mais necessitados, era o salvador do povo. Entretanto, quando o relato parte de alguém que fora oposição, a moeda mostra o seu outro lado e Elísio Maia passa a ser mais vilão que herói. Torna-se o político violento, autoritário e causador da desgraça regional. Conforme aponta Neto:

Quando o narrador é uma das pessoas beneficiadas ou que teve familiares atendidos de alguma forma pelo político, uma verdadeira adoração ao personagem aparece e uma expressa gratidão ganha vitalidade. [...] A gratidão passada de pai para filho, ultrapassa a esfera dessa relação íntima e alcança pessoas dos mais diversos vínculos como uma espécie de reconhecimento. [...] boa parte desses relatos de violência descritos por adversários políticos, quando é representado por pessoa por ele beneficiada, principalmente recurso material limitado, passa a ter um sentido moral, com justificativas baseadas na honra, e reforçado pela máxima local de que “um homem desonrado é um homem morto” (2012, p. 31 e 35).

4.1. Os mecanismos de manutenção do poder utilizados por Elísio Maia

Pão de Açúcar, cidade do sertão alagoano, cujo atual prefeito é Flávio Almeida da Silva Junior, possuía, em 2016, a renda mensal média dos trabalhadores formais de 1,8 salários mínimos (IBGE, 2019). Apresenta nos dias de hoje um cenário urbano pacato, em que, durante a noite, é comum encontrar os moradores em frente às calçadas dos vizinhos e das praças para conversar sobre casos da vida cotidiana. Durante o dia exercem atividades em lugares diversos, como escolas, hospital, mercadinhos, feira livre, entre outras atividades (NETO, 2012, p. 30).

Nos locais de socialização da cidade, como bares, escolas, restaurantes e na frente das igrejas, a política sempre aparece como um dos temas centrais nessas rodas de conversa, entre homens e mulheres, em que discussões a favor ou contra personalidades políticas da cidade surgem, seja do presente ou do passado (NETO, 2012 p. 30), em que o consenso entre os moradores é encontrado apenas

No momento de definir as qualidades do “bom político”, exposto nos adjetivos “bondoso, atencioso, desapegado aos bens materiais” e que revela um ideal de

homem que está a serviço das pessoas em particular, que ouve as necessidades da população e distribui bens materiais ou de serviços. Esse modelo de líder não acumula para si e nem, em hipótese alguma, é avarento. Avareza na comunidade é sinônimo de fracasso (NETO, 2012, p. 30 e 31).

Nesse contexto, conforme Neto (2012, p.31), irá surgir o nome de Elísio da Silva Maia. É fácil perceber, na visão de alguns moradores da cidade, que Elísio Maia apresentava as características de um político bondoso, prestador de serviços e distribuidor de bens materiais, isto é, possuía o perfil do “bom político” citado, como podemos observar no depoimento de José Roberto Almeida da Silva – vereador em alguns anos em que Elísio Maia esteve no poder. Ao ser questionado em relação ao que Elísio Maia representava para ele, o entrevistado relata:

Ele (sic) foi um político que tava (sic) junto com todo mundo, porque o pessoal da oposição, que era oposição a ele radical mesmo [...] Que sempre, você sabe que ninguém é líder todo, sempre tem a oposição (sic) [...] E aquelas pessoas que ficava contra ele, que criticava, que protestava mesmo (sic), quando entrava numa dificuldade, que procurava a turma que combinava com eles na oposição, aí eles fechava os olhos pra (sic) pessoa, dizia que não tinha condições, que não queria se envolver nem com isso e nem com aquilo, aí a família ia à procura de Elísio Maia, assujeitava a quebrar a aqueles, aqueles (sic) tabus antigos de adversários e a solução era ele, aí procurava ele. Aí ele resolvia o problema, e então aquelas pessoas se mudavam pra (sic) ele (SILVA, 2018).

Acrescenta: “as pessoa se mudava (sic), achava que num (sic) tinha futuro fazer oposição a ele [...] Ajudava mesmo, e entrava ne (sic) qualquer problema” (SILVA, 2018).

Esses trechos retirados da entrevista de Silva (2018), que afirma ter sido ajudado por Elísio Maia, nos mostra uma característica que se apresenta fundamental na personalidade de um coronel: o clientelismo.

O clientelismo vai se apresentar, para quase todos os grandes coronéis que passaram pelas terras brasileiras, como uma característica fundamental e que dará sustentação para o firmamento e a manutenção do poder político dos chefes locais, já que para Victor Nunes Leal (1997, p. 43), o coronel era um homem rico, se comparado a realidade local, e as condições de moradia dos roceiros e da população do interior apresentavam um profundo antagonismo, se comparado a realidade vivida pelo coronel, por seus familiares, amigos e aliados. As práticas de subsistência que restavam aos demais fazendeiros da região - nas terras pertencentes a estes coronéis - formavam um estado de pobreza e ignorância extremadas na população, de forma que tais fazendeiros se tornavam reféns de sua própria realidade, isto é, da dependência ininterrupta do coronel, pois

Quem já andou pelo interior há de ter observado a falta de conforto em que vive a maioria dos nossos fazendeiros. [...] o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura,

comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades (LEAL, 1997, p. 43).

A condição social superior do coronel, em comparação com os demais fazendeiros e moradores do interior, deve-se a sua privilegiada situação econômica, que lhe permite um reconhecimento político na localidade, favorecendo a política do voto de cabresto, visto que

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras (LEAL, 1997, p. 42).

A situação em que os moradores interioranos se encontravam não lhes guiava para o caminho da revolta, tendo em vista que se lhe era privado maior conforto e condição de vida, também se punha obstáculos para que não despertassem da sua mesquinha situação social. O morador rural, na maioria das vezes, era analfabeto, não lia revistas, tampouco jornais, que pudessem despertar algum ar revoltoso em seus espíritos (LEAL, 1997, p. 44).

Na verdade, era na figura do coronel que o fazendeiro via a salvação. Antes mesmo de considerar o coronel como vilão da condição precária dos roceiros, era nele que enxergavam o homem bom e único ser capaz de manter sua sobrevivência, e era nos roceiros que o coronel via a melhor forma de se manter no poder, através dos votos de cabresto. Segundo Leal,

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural (LEAL, 1997, p. 44).

Esse estado de inferioridade em seu *status quo* e de sujeição da população de Pão de Açúcar às práticas coronelistas de Elísio Maia, mantido pela ausência do Estado e pelas ações locais dos coronéis ao longo dos anos, como discutido nos capítulos anteriores, é comprovada pela entrevista de Silva (2018) em que se refere à pobreza de Pão de Açúcar, ainda na segunda metade do século passado: “O cara fazia crítica a ele, fazia tudo, mas ele era quem chegava. Era... a pobreza, a pobreza (sic) de Pão de Açúcar, quando ele passava pra (sic) prefeitura, acompanhava aquela procissão, viu?” (SILVA, 2018). Ao ser questionado sobre em como era a relação dele para com o povo, responde que era uma relação amistosa e protetora.

Em outras entrevistas, que comprovam o poder de Elísio Maia, uma delas realizada em 29 de junho de 2019, com Pedro Lúcio Rocha, morador de Pão de Açúcar, ex-vereador da cidade e integrante do sindicato dos trabalhadores da região, que ao ser questionado sobre a possibilidade de Elísio Maia possuir terras e bens diversos, afirmou que muitas das terras que o coronel possuía eram tomadas. Nas palavras do entrevistado:

Eu lembro que ele, naquele tempo ele tinha as terras, que chamava terra do Estado, aí o cara, ele chegava e ele ficava dos Torrões até Tapera. E todo, pessoas que tinha propriedade pequena ele tomou tudo. Ele dizia: “ó, eu vou pegar aqui, mas você pode ficar trabalhando e não paga nada”, então ele... Aí quando fala dos sem-terra, ah, o sem-terra invade terra, não, não é bem por aí, porque quem começou a invadir foram os coronéis. [...] os sem-terra invade e entram lá e ganham a terra, aí o povo diz: “mas o cara tomou”, ele não tomou a terra, quem tomou o cara foi o cara antes, o cara antes já havia tomada essa propriedade do pobre (ROCHA, 2019).

A questão da terra demonstra o poder que o sistema de interdependência do coronelismo gerava para a realidade local, tendo em vista que o coronel toma para si o que antes não lhe pertencia com o intuito de gerar cada vez mais poder e influência. O povo, pela falta de compreensão de sua própria realidade e da baixa existência material, vê no coronel o único e salvador, devendo para ele votos e lealdade pelos serviços prestados, ainda que seus bens fossem usurpados.

Além das terras que possuía, Elísio Maia era proprietário de duas fábricas de algodão, segundo entrevista realizada em 9 de fevereiro de 2019, com o ex-vereador e morador de Pão de Açúcar, que ratifica o poder do coronel, Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva: “Tinha uma fábrica de algodão [...] uma indústria de beneficiamento de algodão [...] aqui tinham três funcionando na época [...] E uma das fábricas das grandes, das maiores que tinha aqui, era dele” (SILVA, 2019).

A conversão de influência na região em votos é, para o coronel, o maior benefício que ele pode retirar de seus esforços, já que quanto maior for seu eleitorado, maiores são as chances de se manter e se perpetuar no poder por anos. A característica de ser um homem prestativo, caridoso – o que demonstra a característica do clientelismo – também é confirmada pelo depoimento de Pedro Lúcio Rocha, quando relata que

Agora, também ele era aquele cara que dava, pagava... O povo era pobre naquele tempo, muito pobre, e caixão, “me dê o caixão pra (sic) eu enterrar o meu filho, pra (sic) eu enterrar o meu parente”, isso ele fazia, né? [...] Que adoecia, ele dava o medicamento, [...] O camarada naquele tempo não tinha muita aprovação de professor, ele nomeava, é [...] alguma moça professora, bastava ter o curso primário naquela época, né? Ele nomeava e se tornou um cara extremamente forte, até que pegou o apelido de coronel, e ele não gostava de ser chamado de coronel. Uma vez o cara disse “coronel Elísio”, ele num (sic) gostava não, era um cara caridoso (ROCHA, 2019).

Depoimento ratificado por Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva (2019), segundo ele,

Ele fazia de tudo pra (sic) lhe atender. Se você tivesse uma necessidade, se você tivesse um pedido, ele fazia de tudo pra (sic) atender primeiro, até primeiro, privilegiava o, os (sic) adversários políticos, vamos dizer assim né? (sic) Como uma forma de trazer essas pessoas pra (sic) lado dele. Então, eu acho que essa característica dele, é [...] outra coisa, ele num é (sic) [...] um homem assim [...] Apesar de ter um patrimônio muito grande, mas ele nunca se preocupou em ser rico, ele distribuía muita coisa para as pessoas. Era muito difícil a pessoa procurar seu Elísio pra (sic) atender uma necessidade pra (sic) ele dar um não. Né? (sic), eu acho que, eu pelo menos nunca vi ele dar um não a ninguém (SILVA, 2019).

Para Leal (1997, p. 63-64), o coronel, em grande medida, agarrava-se ao governo estadual com o intuito de extrair os recursos necessários para suprir as necessidades da população com os recursos estatais, visto que a parcela da população residente no meio rural é dependente direto do chefe local. O governo estadual tem ciência disso e não pode ter outro contato se não por intermédio do próprio coronel, o que torna impossível a relação do governo estadual com a população rural sem a presença do coronel.

O sistema coronelista é um jogo de interesses entre o poder público e o privado, como observamos em Victor Nunes Leal: “o ‘coronelismo’ é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 1997, p. 40). O poder coronelista no Brasil nem sempre se deu por motivos de se ter um grande proprietário de terras, embora facilitasse a manutenção e expansão do poder, é o caso de Elísio Maia.

A relação entre governo estadual e coronel é de reciprocidade. O coronel possui interesse em estreitar seus laços com o governo estadual porque poderá gozar de maior autoridade pública e o governo do Estado - dotado da força do erário público e dos recursos estaduais -, por sua vez, possuirá em suas mãos uma quantidade mais expressiva de eleitores, proporcionando uma fiel manutenção no poder para ambas as partes – coronel e governo estadual. Conforme Victor Nunes Leal,

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (LEAL, 1997, p. 64).

O autor acrescenta: “Sem a liderança do coronel — firmada na estrutura agrária do país —, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do coronel ficaria sensivelmente diminuída” (LEAL, 1997, p. 64). A

reciprocidade entre as partes retroalimenta a base do sistema coronelista, personificada na figura do próprio coronel.

Era necessária que a situação de interdependência do povo para com o coronel na cidade de Pão de Açúcar se mantivesse, pois, uma vez que a pobreza estivesse instalada mais o povo necessitava da ajuda do chefe local e este, por sua vez, mais fortalecido politicamente estaria, e o sistema coronelista continuaria. Conforme Silva: “o povo achava era que Elísio Maia era a solução dos problemas” (2018).

A interferência pessoal de Elísio Maia na vida cotidiana da população pãodeaçucarense não se dava apenas no sentido de sanar a fome do povo, mas também servia como um elemento conciliador das tensões e relações sociais na cidade. Silva lembra que

O proprietário fazia uma cerca, o outro achava de querer (sic) invadir a área dele um pouco, derrubava aquela cerca, um exemplo que tô (sic) dando [...] Aí era negócio para se acabarem na bala do, do, de qualquer jeito (sic). [...] tinha muitas família valente (sic) naquela época. Aí era se acabar na bala (sic), ou de qualquer jeito porque o caba (sic) derrubou minha cerca, me desmoralizou, aí alguém da família que tinha mais experiência, né? Falava com Seu Elísio, Seu Elísio mandava chamar os dois. Seu Elísio aqui era delegado era, era, era governador, era tudo (SILVA, 2018).

O entrevistado ainda acrescenta:

Ele conseguia controlar aquela confusão. “Você conta comigo”, aí o cara (sic) só em contar com Seu Elísio pra ele já era alguma coisa (sic). [...] Você vai contar comigo, você vai ceder, e você vai cedendo de um lado, o outro do outro, aí o caba (sic) dizia: “E a cerca que ele derrubou, como é?”. Aí seu Elísio, né: “Eu conserto, eu conserto” [...] Agora quero que vocês saiam daqui abraçados, que um vizinho é irmão do outro e um depende do outro e num (sic) pode ser assim não”. Aí controlava os ânimos. [...] E acabava com aquela intriga todinha. É por isso que eu digo que o povo tinha ele como salvador da região. Salvador da pátria (SILVA, 2018).

Percebe-se que Elísio Maia tentava, antes de recorrer aos meios legais para resolver alguma desavença ou impasse entre as partes, remediar determinado problema com os envolvidos, de forma que o meio termo da situação e o bom senso fossem alcançados para que assim as partes não se sentissem prejudicadas e se tornassem satisfeitas com o acordo firmado (NETO, 2012, p. 36).

Para Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva, Elísio Maia sempre fora “uma grande liderança política” e “um homem, assim, que eu aprendi a respeitar e a seguir alguns exemplos dele no trato com as pessoas, inclusive” (SILVA, 2019). A figura de líder quase sempre é relatada pelos entrevistados com um certo saudosismo e admiração por poder relatar determinado acontecimento. Para Jonas Matos Neto,

A figura do líder aparece entre narrativas contadas de forma espontânea, sucedidas num tempo impreciso e relatadas por pessoas que embora tenham suas histórias afetadas por ele, na maioria dos casos, não participavam diretamente da ação. Muitas

histórias são contadas de forma ritualística. O sujeito que descreve chama a atenção de quem ouve para o caráter admirável da narrativa: “rapaz, eu não esqueço nunca”, “gostaria de falar uma coisa” (2012, p. 31).

O sentimento de gratidão perceptível nos depoimentos propaga-se pela sociedade garantindo um sentimento coletivo. O individual cede espaço para o coletivo, transformando o agradecimento em adoração à figura de Elísio Maia. Até mesmo o termo “Seu Elísio”, demonstra essa admiração que o povo possui para com o coronel (NETO, 2012, p.31).

Além das concessões de benefícios, a “grande liderança” (SILVA, 2019) “tende a adquirir um caráter de imortalidade e oferece um modelo de ordem social baseado em características familiares que constitui uma sensação de que ele é natural e eterno” (NETO, 2012, p. 35). Dessa forma, essa sensação de que Elísio Maia é a personificação da cultura de um povo, essa imortalidade social, serve para facilitar a dominação de um povo, que não se dá apenas pela força, mas também por uma dominação ideológica de forma que não se mantenha perceptível pelos dominados. Para Neto, “Elísio era reconhecido como um chefe que se inseriu em todas as esferas da vida do cidadão pãodeaçucarense” (2012, p. 35).

Essa informalidade e intervenção na dinâmica social pãodeaçucarense também pode ser observada através de um bilhete - anexo 6 - cedido por José Roberto Almeida da Silva, e escrito pelo Elísio Maia, em 14 de setembro de 1988: “Amigo, Drº Mario, estou encaminhando para este hospital esta portadora que deseja fazer um exame de raio x no cazo (sic) se fôr (sic) necessário”.

O caráter não formal de suas ações revela que tais atitudes apresentam um tom autoritário, tão característico no coronelismo, já que se por um lado Elísio Maia solucionava os problemas com maior presteza, driblando a burocracia que os acordos políticos e os contratos sociais exigem, por outro, documentos como esse demonstram o poder e a influência que possuía na região, pois através de uma ordem da liderança política da região espera-se a pronta realização de seu pedido.

Outro exemplo que demonstra como Elísio Maia preferia sempre resolver os impasses do dia a dia primeiro da forma informal e pacífica, garantindo-lhe a admiração enquanto líder, e apenas depois, caso não lograsse êxito com a primeira opção, apelaria para a formalidade, é o relato de Silva (2019), ao ser questionado onde Elísio Maia residia e se estava sempre presente na vida pública da cidade:

Ele tava (sic) na fazenda, fazenda torrões, que se tornava uma extensão do gabinete dele, porque todo mundo poderia ir pra (sic) lá, e ele recebia todo mundo. [...] Né, Ele num (sic) tinha [...] negócio de gabinete pra (sic) ele era só formalidade. Ele atendia o povo onde ele tivesse. Né? (sic) E não gostava de estar fora daqui. Ele gostava de estar aqui na cidade (SILVA, 2019).

“Seu Elísio” era como o povo se referia ao chefe político de Pão de Açúcar, era para muitos, o amigo do povo, o salvador da pátria, o que demonstra a relação de dependência que o povo possuía, dependência esta que, ao ter os problemas imediatos da população minimizados, permitia um sentimento de empatia e de proximidade entre o povo pobre e o coronel rico, que servia como um remédio à paupérrima situação existencial da população.

Essa ideia de que Elísio Maia era o salvador da pátria e amigo do povo era defendida pelo próprio chefe local, o que nos demonstra como a dependência do povo para com o coronel estava tradicionalmente enraizada. Conforme Silva (2019), ao observar uma entrevista dada por Elísio Maia em que fora questionado se era um coronel, ele respondeu:

Não, não me chame disso que eu não gosto, eu não sou coronel, eu nunca fui polícia, nem comprei patente, eu não sou coronel, eu sou amigo do povo, eu gosto do povo, eu não sou, não sou (sic) coronel, sou político, sou uma autoridade e quero respeitar e ser respeitado como autoridade política que eu sou, agora coronel eu não sou não. Ele não gostava (SILVA, 2019).

Como a característica de liderança é fundamental para a formação de um coronel, mesmo que Elísio Maia tenha conquistado a condição de coronel por meio da descendência, do casamento, da riqueza ou de alguma amizade influente, sem tal característica sua política estaria enfrentando riscos sempre que o coronel se lançasse à campanha eleitoral, conforme aponta Victor Nunes Leal:

Como as chefias locais são muitas vezes adquiridas pelo acaso do nascimento, do matrimônio ou de alguma amizade protetora, em todos esses casos, quando faltassem ao chefe qualidades positivas de liderança, a sua sorte política estaria por um fio em cada novo pleito que se travasse (LEAL, 1997, p. 77).

Em relação a Elísio Maia, Mendonça (1974) aponta em **Pão de açúcar: História e Efemérides**, a descendência familiar do chefe pãodeaçucarense, em que já estava inserido no contexto político regional. Seus antecessores eram lideranças e políticos importantes na localidade, partindo desde cargos políticos de vereador ou de prefeito. Entretanto, o depoimento de Pedro Lúcio Rocha revela que Elísio Maia, além dessa descendência familiar, pode ter tido uma amizade protetora (LEAL, 1997) que lhe permitiu chegar onde chegou. Para Pedro Lúcio Rocha (2019), Elísio Maia ascendeu no meio político construindo antes uma presença na vida do povo com o cargo de delegado de polícia.

Segundo o entrevistado, Elísio Maia, enquanto jovem, era envolvido em confusão e estava sempre presente em festas. Com isso, a mãe Dona Maroquinha, decidiu falar com Augusto Machado, importante liderança política, pedindo para que pudesse fazer algo por seu filho, dando-lhe algum emprego para que Elísio Maia pudesse se afastar dos problemas

diários que causava na cidade. Augusto Machado decidiu nomear Elísio Maia no cargo responsável por controlar qualquer forma de desordem: delegado de polícia. Segundo Rocha, Augusto Machado disse a Elísio Maia: “Você agora é o delegado, tem um bocado de pessoa que cria confusão mais você, mas de agora por diante você é o delegado e vai acabar com essa zuada (sic), não quero mais confusão e você vai trabalhar desarmado, não quero você como delegado armado” (2019).

Após esse episódio, relata o entrevistado, Elísio Maia tornou-se um homem transformado, prendendo os que antes lhe faziam companhia nas “badernas” diárias, conforme depoimento:

Com isso ele foi criando prestígio, foi crescendo no centro da sociedade e quando terminou o mandato de delegado, ele já era um cara completamente transformado, deixou de fazer baderna, passou a ser um cara respeitado, aí quando ele deixou de ser delegado, aí o Augusto Machado botou ele pra (sic) ser candidato a vereador. Ele foi vereador e como vereador ele era o cara mais votado na época [...] Era um cara que fazia favor, ajudava a população e se tornou um cara descente e foi criando um nome, era um cara respeitador e, quando havia problema, era um cara forte, ele ia em cima, resolvia o problema de qualquer forma, e aí dentro dessa caminhada ele se tornou um cara extremamente respeitado (ROCHA, 2019).

Ambas as características: descendência familiar (MENDONÇA, 1974) e amizade protetora (LEAL, 1997) construíram o alicerce para que Elísio Maia se tornasse a liderança política que se tornou ao longo da segunda metade do século passado. Conforme Leal (1997, p. 76), os motivos pelos quais levam a população rural a apoiar determinado chefe político local devem-se a diversos fatores, como os de ordem pessoal, pela tradição ou pela situação econômica. Dessa forma, para Leal,

Por motivos de ordem pessoal (maior vocação, capacidade ou habilidade); pela tradição (permanência da chefia na mesma família); pela situação econômica (propriedades mais ricas, com maior número de eleitores, ou maiores disponibilidades para gastos eleitorais) etc. (LEAL, 1997, p. 76).

A influência de Elísio Maia se estendia também no que diz respeito à indicação e distribuição de emprego para a população, seja quando era prefeito da cidade de Pão de Açúcar (1953-1954 e 1983-1988), ou quando estava no cargo de deputado estadual de Alagoas (1959-1970 e 1991-1994), ou quando não estava em algum cargo político, mas possuía influência na região. Conforme Silva,

O governo respeitava ele porque ele era a liderança, o governador respeitava. Então ele, (sic) os empregos daqui de Pão de Açúcar, pelo menos daqui, e ele ajudava de qualquer região, num (sic) tinha essa [...] Mas, ói (sic), empregava fiscal de renda, é um exemplo que eu tô dando (sic) [...] Fiscal de renda do estado, a região dele, o, a (sic) quem ele ajudava a cidade, os prefeitos era ele que (sic) indicava [...] Era ele que indicava os prefeitos (sic) da região. Teve daqui até juiz de direito que foi ele que nomeou, arranjou, (inaudível) mas ele conseguiu, porque era família e o cara merecia, então ele conseguia. [...] Tinha a mão dele. Até isso ele fazia. Aqui quem

mandava era Seu Elísio mesmo. Era por isso que ele tinha também muito inimigo, porque os contrário (sic) também botava pra “arrombar”, então ele tinha inimizado, é claro (2018).

Essa influência que rompe com os limites municipais – sobretudo no que diz respeito a indicação de cargos - é ratificada por Giuseppe Silva. Este afirma que,

Boa parte da população de Pão de Açúcar foi empregada por ele. Seu Elísio era um homem assim, ele tinha poder, ele tinha consciência do poder que tinha, poder político, e ele usava esse poder, né? (sic) Pra você ter uma ideia, na época eram, se não me engano sete desembargadores aqui em Alagoas e cinco dos desembargadores do Estado de Alagoas tinham sido nomeados por influência direta dele, né? (sic) Então ele tinha esse poder, tinha conhecimento desse poder, ele usava desse poder. Ele não aceitava um “não” como resposta pra (sic) quando ele via uma pessoa em, em, em (sic) situação complicada (SILVA, 2019).

Como pôde ser observada, a interferência do chefe local chega a ser tamanha que influencia não só as indicações dos cargos estaduais, mas, igualmente, os cargos federais, pois a União, assim como os estados por ter firmado seu compromisso com a situação estadual, tende a aceitar indicações e pedidos dos próprios políticos residentes nos estados:

Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. [...] para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. [...] A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias (cujos quadros de pessoal têm sido muito ampliados), porque também é praxe do governo da União, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos estados” (LEAL, 1997, p. 65).

Mesmo que o chefe local possua influência para além dos limites municipais, os recursos provenientes de municípios sempre foram escassos, o que dificultava a gestão e a realização de obras públicas essenciais (LEAL, 1997, p. 65). Se não fosse a intervenção do Estado nos municípios, a liderança do coronel certamente não poderia ser mantida.

Os próprios estados, mesmo que estivessem em situação superior aos municípios, não apresentavam uma quantidade de recursos digna de uma intervenção estatal adequada para as municipalidades. É por isso que o Estado tem que pôr na balança quais os favores de utilidade pública irão atender. Os amigos políticos sempre terão as preferências dos estados, por isso a importância das alianças (LEAL, 1997, p. 66). Elísio Maia costumava ser aliado político do poder estadual – compondo o poder estatal quando era deputado estadual. Sempre fora respeitado por parte das forças estaduais, o que permitia facilidade para a manutenção do seu poder.

Esses acordos políticos entre chefe político local e estadual eram usados de forma estratégica por Elísio Maia: “ele podia ficar contra [o governador], mas quando ganhava a eleição ele ficava do lado do governador que era pra (sic) ser protegido, né?” (ROCHA,

2019), já que “o primeiro dever do chefe local é alcançar a vitória, o que significa obter para sua corrente o apoio da situação estadual” (LEAL, 1997, p. 62).

Outra estratégia utilizada por Elísio Maia era a indicação de lideranças frente à câmara de vereadores, indicando aliados para ocuparem os cargos de presidente, vice-presidente, secretários e suplentes, lhe permitindo maior governabilidade dentro do município, como podemos observar no documento cedido por José Roberto Almeida da Silva (anexo 8), em que Elísio Maia indica os nomes que devem ocupar os cargos citados: presidente, Marcondes; vice-presidente, o próprio entrevistado, José Roberto; primeiro secretário, Javan, e o segundo, Deca; e o primeiro e o segundo suplentes seriam Antônio Jorcelino e João Gomes Alves Souza, respectivamente.

Essa era uma das estratégias que colaboravam com a manutenção do poder de Elísio Maia, e ajuda a compreender como o mesmo conseguiu permanecer tantos anos no poder. Essa característica da busca do apoio político do governador por parte de Elísio Maia, é discutida por Victor Nunes Leal (1997, p. 61), pois, embora durante o período de campanha os ânimos estejam agitados, durante o intervalo entre uma eleição e outra o clima tende a ficar mais ameno, chegando próximo de uma reconciliação. É nessa fase em que acordos políticos, impossíveis de acontecer durante a campanha eleitoral, tendem a surgir, sejam acordos direcionados a representantes locais ou, em maior escala, ao próprio governo estadual.

Quando aliado político, o próprio Estado é o responsável por fornecer as condições necessárias para que as ações dos coronéis possam ser realizadas, se configurando em favores concedidos de cima para baixo (Estado – coronel), podendo favorecer determinadas questões da sociedade (LEAL, 1997, p. 64-65). Por isso, a necessidade que Elísio Maia via em realizar acordos com o chefe estadual, pois uma vez que o chefe local mantivesse aliança com a liderança estadual, mais fácil seriam as concessões de favores do Estado para com o município, favorecendo a manutenção do sistema coronelista.

Essa condição de inferioridade de recursos que os municípios possuem em relação aos estados, além da subalternidade política que lhe é natural, conforme os preceitos constitucionais, indica-nos que são fatores que contribuem “relevantemente, para manter o ‘coronelismo’, na sua expressão governista” (LEAL, 1997, p. 66).

Nem todos os municípios se enquadram na situação de aliados políticos dos estados, como, por vezes, o município de Pão de Açúcar poderia não se enquadrar enquanto aliado político do governo em que Elísio Maia esteve à frente do poder local. Podem estar na situação de opositor do governo. Entretanto, tal situação é degradante para manutenção dos

chefes políticos locais no poder, pois os municípios dependem dos estados para possuir condições de realizar atos essenciais para a sobrevivência municipal (LEAL, 1997, p. 68-69).

O comum é que os municípios tentem conquistar o apoio dos governos estaduais para que possam sair da situação oposicionista desconfortável, conforme o apoio que Elísio Maia buscou em relação ao poder estadual. Só fica na oposição quem não pôde ficar com o governo, pois segundo Leal:

A situação de oposicionista, no âmbito municipal, é tão desconfortável que a regra é ficar na oposição somente quem não pôde ficar com o governo. Segundo já tem sido observado, as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo do Estado; não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar (LEAL, 1997, p. 69).

O interesse estatal é o de apoiar o lado em que possui a maior chance de vitória, isto é, a corrente majoritária, porque se a maioria do eleitorado, há época do coronelismo, reside no meio rural, é mais seguro para uma candidatura estatal que se apoie àquela corrente que possui a maior preferência do eleitorado rural, pois

O que mais interessa é ter nas eleições estaduais e federais, que se seguirem, maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência. Apoiar a corrente local majoritária é, pois, o meio mais seguro de obter esse resultado, inclusive porque a posse do governo municipal representa, para ela e para o governo estadual, um fator positivo nas eleições, balança em que tanto pesam o dinheiro público e os benefícios de procedência oficial (LEAL, 1997, p. 69).

Para o governo estadual, conclui Leal: “carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar”; para os chefes políticos locais: “incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais” (LEAL, 1997, p. 70). Temos um complexo sistema de reciprocidade em que um alimenta o outro, e ambos retroalimentam o coronelismo.

Nos assuntos que lhe interesse, independente da vontade popular majoritária, o Estado poderá proferir atribuição privativas de acordo com a oposição municipal, e não com o governo municipal oposicionista, pois

As atribuições privativas do Estado referentes ao município (especialmente nomeações) passarão a ser exercidas não de acordo com o governo municipal oposicionista, mas segundo as indicações da oposição municipal governista. Fica, assim, ao inteiro critério do governo estadual respeitar, ou não, as preferências da maioria do eleitorado local, no que entende com os assuntos do seu peculiar interesse (LEAL, 1997, p. 72).

O regime representativo se enquadra numa autêntica mistificação, tendo em vista que se o governo municipal é aliado ao governo estadual, as chances de se ter uma administração mais satisfatória são maximizadas, o que leva uma gama maior de eleitores a apoiar o partido governista local, o que nos permite compreender que

Em tais circunstâncias, mesmo as eleições municipais mais livres e regulares funcionarão, frequentemente, como simples chancela de prévias nomeações governamentais. Autêntica mistificação do regime representativo (LEAL, 1997, p. 73).

Mesmo que os coronéis tentem custear suas próprias despesas eleitorais é o Estado o principal financiador de suas campanhas eleitorais e da manutenção dos mesmos chefes políticos no poder, como podemos observar nas palavras de Victor Nunes Leal:

São os cofres públicos que costumam socorrer os candidatos e os chefes locais governistas nessa angustiada emergência. Os auxílios são dados, algumas vezes, em dinheiro de contado, ou pelo pagamento direto de serviços e utilidades. Outras vezes, o auxílio é indireto, através de contratos, que deixem boa margem de lucros, ou pela cessão de edifícios, transporte, oficinas gráficas, material de propaganda etc. [...] O Estado e, eventualmente, a União e as entidades autárquicas também costumam contribuir com fundos ou serviços, para uso exclusivo — é claro — dos candidatos governistas (LEAL, 1997, p. 66 e 67).

Essa aparente decadência da política interiorana - que pode ser compreendida como uma insana e corrupta forma de administrar o governo municipal -, aponta Victor Nunes Leal (1997, p. 59), transfigurada em coronelismo, não pode ser vista como um fator pessoal, embora algumas características pessoais de uma determinada figura possa contribuir para a manutenção do sistema coronelista – no caso de Elísio Maia essa característica pode ser vista como a da forte liderança regional, em que o mesmo traz para si o apoio, muitas vezes, até mesmo da oposição, tornando-se quase que unânime na região -, tendo em vista que a maioria dos políticos federais e estaduais começou no município e apresentaram a mesma insanidade política que se encontra nos coronéis. O problema transcende a linha pessoal, pois vincula-se à estrutura econômica e social brasileira, como ratifica Leal:

Os políticos “estaduais” e “federais” — com exceções, é claro — começaram no município, onde ostentavam a mesma impura falta de idealismo que mais tarde, quando se acham na oposição, costumam atribuir aos chefes locais. O problema não é, portanto, de ordem pessoal, se bem que os fatores ligados à personalidade de cada um possam apresentar, neste ou naquele caso, características mais acentuadas: ele está profundamente vinculado à nossa estrutura econômica e social (1997, p. 59).

As ações do chefe político pãodeaçucarense permitiram a manutenção da baixa condição existencial da população, mesmo que, aparentemente, o povo enxergue suas ações como heroicas e salvadoras. A questão é o sistema e não qualquer característica que o coronel

possa apresentar, embora algumas características – como a de líder – possa contribuir para a manutenção do poder.

O obscurantismo das práticas coronelistas é observado nas ações em que o chefe político local se move para favorecer amigos e aliados ou desfavorecer adversários políticos. Na política só existe a vergonha de perder, não importa o que se faça para alcançar a vitória, mesmo que muitas vezes tais ações beirem o ilícito (LEAL, 1997, p. 60). Os favores e os ajeitados proporcionados pelos chefes políticos locais aos seus amigos e aliados, ou seja, a prática do filhotismo, contribui para que o pleno exercício da administração municipal encontre barreiras que ultrapassam a pessoalidade dos indivíduos, conforme podemos observar em Victor Nunes Leal:

Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. A definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque, em política, no seu critério, “só há uma vergonha: perder”. Por isso mesmo, o filhotismo tanto contribui para desorganizar a administração municipal (1997, p. 60).

Além do despreparo dos profissionais que se inserem no funcionalismo público – o que era comum nas indicações públicas de Elísio Maia enquanto esteve no poder - pela via do filhotismo, há a utilização indevida de bens e serviços do setor público para que os adversários políticos possam ser derrotados (LEAL, 1997, p. 61).

Em relação às obras públicas realizadas enquanto chefe local, Silva (2018) revela um acontecimento que demonstra a força política que Elísio Maia possuía. Ao ser perguntado se o coronel realizava muitas obras públicas, Silva respondeu que Elísio Maia realizava muitas e que a cidade cresceu bastante enquanto ele esteve a frente da prefeitura de Pão de Açúcar, pois, o mesmo “ajeitava, agradava, mas ele não se importava também de arrumar a questão pra fazer o que era certo”, enquanto que “os prefeito de hoje são tudo moroso (sic), num quer arrumar a questão” (SILVA, 2018).

José Roberto Almeida da Silva (2018) cita o exemplo de uma escola muito importante para a cidade, que formou diversos moradores: Escola Estadual Bráulio Cavalcante. Afirmou que a escola estava muito mal localizada, pois se encontrava na curva da avenida da cidade, e “os aluno num podia (sic) sair na porta da escola que era estrada” (SILVA, 2018), o que levou Elísio Maia a fazer a escola em outro local, mas sem o apoio da comunidade escolar, pois, segundo o entrevistado,

Os alunos, antigos alunos fizeram aqui uma caravana e foram falar com o governador em Maceió, porque eles queria (sic) manter a tradição deles, da escola [...] Aí, foram a Maceió. Viajaram pra impedir que Seu Elísio derrubasse a escola. Mas, ele tava (sic) certo, num (sic) era possível a escola ali [...] Porque ela foi feita

antigamente quando a cidade era pequena, quando tinha movimento, não tinha nada e ela passou a um ponto que não podia ficar localizada ali [...] Pegou uma propriedade lá e fez uma escola linda pra (sic) substituir. Mas aí, foram denunciar... Aí, chegou as pessoas (sic) lá na prefeitura: “Seu Elísio” – aqueles caras que fica (sic) levando e trazendo – [...] “Seu Elísio saiu uma equipe daqui pra (sic) Maceió, pra (sic) denunciar a escola, pra num (sic) tirar a escola”. A escola já tava (sic) até desocupada. Aí, Elísio: “foi?” “Foi”. “Manda chamar Zé de ‘Sivirino’ ali”, que era secretário dele. Aí: “Sivirino, junte os trabalhador (sic) agora mesmo e derrube a escola” (Risada). Quer dizer, era um homem assim, que ele tinha ação. [...] Quer dizer, eles foram denunciar e ele pra (sic) num ficar com aquela conversinha proibindo a obra... Ele derrubou logo (SILVA, 2018).

O entrevistado Silva (2018) apresentava entusiasmo ao expor esse episódio. Para ele, eram atitudes assim que tornava Elísio Maia o grande político que foi: homem de atitude, de ação, líder, que não poderia ter suas ações questionadas, homem de palavra: afirmou que iria mudar a escola, mas quando soube que seus planos estavam sendo questionados tratou logo de destruir um patrimônio importante para a comunidade pãodeaçucarense, numa demonstração que Elísio Maia quando fala, acontece, já que “a regra é honrar o compromisso que no município se firma de homem para homem, e a quebra de sua palavra repugna tanto ao chefe local quanto o exaspera a traição de companheiros” (LEAL, 1997, p. 61-62).

A palavra dada de “homem para homem” é tão importante para o contexto social pãodeaçucarense que o chefe político pode desfazer acordos e alianças políticas se não houver a devida consideração da palavra prometida, pois assim as relações pessoais eram moldadas, influenciando a vivência social e política (LEAL, 1997, p. 62). Como percebemos no depoimento de Silva: “se ele desse a palavra a você (falou enquanto batia na mesa), podia chover canivete, ele não queria nem saber, ele passava por cima de tudo” (2019). De fato, passou por cima da vontade da comunidade escolar, exemplo de autoritarismo e violência.

4.2. A manifestação do Estado opressor na figura de Elísio Maia

Todas as estratégias que Elísio Maia utilizava o ajudaram a permanecer influente na região por quatro décadas (1953–1994), mascarando ações violentas que realizava durante o período em que esteve à frente do município e do próprio estado de Alagoas. A ajuda mútua, entre coronel e povo, em que o primeiro concede favores e atende pedidos e em troca o povo lhe cede o voto, permitiram a manutenção do poder de Elísio Maia por tanto tempo na região, tendo em vista que a ajuda imediata ao eleitor garante a sua pronta satisfação em relação à liderança local, possibilitando um aval para que as ações opressoras e violentas fossem realizadas, já que a regra é “para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 1997, p. 61).

O julgamento moral das ações violentas de Elísio Maia é variável. Sempre que se questiona sobre suas atitudes violentas, percebe-se que o relato pode ser mais duro ou mais brando, dependendo do grau de beneficiamento que o indivíduo obteve, ou mesmo do nível de conhecimento de sua própria realidade, quanto menor, no campo ideológico, mais fácil é de se apoiar atitudes arbitrárias por parte das autoridades políticas.

Para além das individualidades, há que se considerar o fator coletivo e cultural que abrange um maior número de indivíduos e molda o comportamento social. Nesse sentido, ao analisarmos a entrevista de Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva (2019), ao ser questionado sobre a possibilidade de Elísio Maia ter realizado atos violentos a resposta é sempre a de que nunca presenciou nada nesse sentido e que a única coisa que ele tem notícia

Foi um episódio que teve uma das filhas dele que foi sequestrada em Maceió, no Shopping, e sofreu torturas violentíssimas, e comenta-se [...] que ele determinou algumas retaliações contra aquele pessoal [...], parece que foram três ou quatro, não me lembro bem (SILVA, 2019).

Acrescenta que “a gente não podia esperar um comportamento [diferente] de um chefe político daquela época” (SILVA, 2019). Dessa forma, o sentido da violência no bojo social pãodeaçucarense pode ser justificado de acordo com os motivos que levaram ao cometimento de tal ato, que pode ser visto como uma ação justa e honrosa, tendo em vista que “sobre alguns crimes há quase uma unanimidade no sentido de sua valorização” (NETO, 2012, p. 51). Quando a violência encontra justificativa dentro da cultura, quando se atribui aos atos violentos um sentido justo, honroso e corajoso, a mesma se apresenta como uma atitude passível de admiração, assumindo um tom saudosista, pois “para boa parte do povo, a agressão, desde que seja dirigida e justificada pela cultura, pode ser socialmente benéfica, no entanto, quando são operacionalizadas para ‘solucionar questões de ganância e inveja’ são julgadas ilegítimas socialmente” (NETO, 2012, p. 52).

Quanto maior o poder do indivíduo maior será a sua capacidade de provocar a admiração ou a repulsa das pessoas por parte de suas ações. Nos depoimentos é notória a característica do homem caridoso e bondoso com o povo que Elísio Maia assume. Mesmo entre aqueles que o criticam essa característica se mantém. Isso se assume em muito pelo indivíduo ter sido beneficiado – ou algum parente, ou amigo próximo – por alguma ação. Além do fato de ter sido ajudado, a falta de compreensão de sua própria realidade muitas vezes leva esse mesmo indivíduo a acreditar que determinadas ações coronelistas são tidas como o único caminho aceitável para uma realidade tão sofrível, sem notar, no entanto, que sua própria condição existencial é resultado direto das ações dos próprios chefes locais.

Essa falta de desenvolvimento do pensamento crítico do indivíduo na segunda metade do século passado na região de Pão de Açúcar que, se melhor trabalhado, formariam uma percepção de sua própria realidade é observada quando se limita o acesso a instituições que possuem, entre outros papéis, a função desenvolver a postura crítica do indivíduo: a escola, pois

O único lugar aqui que tinha escola no interior era, no interior (sic) só tinha Meirus, que lá tinha um vereador que se chamava Paulo João da Rua [...] antes o professor ia lá e ensinava em uma escolinha de fazenda, né? [...] Fazia uma sala e a professora ia pra (sic) lá, e ainda ficava devendo favor a ele, né? (ROCHA, 2019).

Além de o chefe local construir seu nome em cima de seu curral eleitoral, ainda realizava ações que limitavam o desenvolvimento educacional da sociedade, já que a educação era coisa para poucos, para privilegiados, pois, segundo Rocha, “naquele tempo só quem estudava era filho de grande fazendeiro, filho de pobre não estudava” (2019).

Essa difusão da escola, para Pedro Lúcia Rocha, foi em muito por conta das ações da oposição, que o próprio entrevistado fazia parte, a Elísio Maia, tendo em vista que,

Eu sempre trabalhei muito [...] no trabalho de apoio do governo da juventude, a gente é, puxava pra (sic) dentro do campo, abria espaço pra (sic) eles estudar (sic), que eles não tinham. Naquele tempo só quem estudava era filho de grande fazendeiro, filho de pobre não estudava, aí a gente começou a puxar os filhos dos agricultores pra (sic) estudar na cidade que eles não estudavam, né? Não tinha direito, aí já a gente da oposição começou a fazer isso, né? [...] Os primeiros transportes que começou a trazer alunos pra (sic) escola, pra (sic) estudar na cidade foi projeto meu (ROCHA, 2019).

Isso também se configura como um ato de violência. Elevamos o conceito de violência para além do fator físico da palavra, pois entendemos que limitar direitos básicos para a população, como a educação, é um processo violento.

Esses atos além de limitar um avanço maior da capacidade educacional da população, facilitam a dependência povo-coronel, e ainda contribuem para que o aparelhamento coronelista se mantenha firme, pois mesmo que as instituições estatais fossem colocadas à disposição do povo elas poderiam ser utilizadas para perpetuar o poder do coronel, já que os cargos ocupados pelos profissionais muitas vezes eram indicações desse chefe local, o que resulta em um favor para o indicado a ser cobrado posteriormente que, na lógica do coronelismo, se resume ao voto. Como Pedro Lúcio Rocha ratifica: “fazia uma sala e a professora ia pra (sic) lá, e ainda ficava devendo favor a ele, né?” (ROCHA, 2019).

Essas cobranças de voto poderiam vir por meio de cartas que eram enviadas para os eleitores pãodeaçucarenses com a intenção de pedir votos, lembrando sempre do apoio que o

chefe sempre dera àquele indivíduo e/ou família, como uma cobrança por seu favor prestado anteriormente (anexos 10 e 11).

O poder de Elísio Maia era utilizado para conquistar votos através de sua capacidade de conseguir apoio político, com o intuito de aumentar o corpo de aliados de seu governo, e possuir maiores chances de conquistar votos para ele, facilitando sua governabilidade. O entrevistado José Roberto Almeida da Silva (2018) traz à luz um depoimento em que afirma ter sido oposição a Elísio Maia, mas depois teve que mudar para o grupo político deste por ter sido acusado “de determinado problema” - que não se sentiu confortável em revelar -, que culminou até em perseguição e, “Pegaram a me perseguir, tinha noite que cercavam até minha casa, ficavam arrodando lá no Meirus, minha casa” (SILVA, 2018).

José Roberto Almeida da Silva não morreu, relata, por conta da existência de um primo seu, conhecido por João de Mariave - que era o único da família dele a ser do lado político de Elísio Maia -, que decidiu buscar ajuda com o chefe local e o mesmo ordenou que a polícia fosse dormir na residência do entrevistado. Segundo Silva,

Aí, Seu Elísio chegou, mandou me chamar, eu informei os negócio (sic) que tavam (sic) arrodando lá, e Seu Elísio mandou a polícia dormir na minha casa, em Meirus, todas as noites. [...] A polícia se deslocava de Pão de Açúcar, ficava sem polícia pra (sic) ir me proteger lá no (sic) Meirus (SILVA, 2018).

Pode-se perceber a estratégia utilizada por Elísio Maia, em que era mais benéfico trazer para si aliados políticos do que deixá-los como inimigos, pois seu lado político tornava-se mais fortalecido. Foi o que ocorreu com Silva (2018), tendo em vista que ainda acrescenta: “aí eu não tive como negar o apoio a um homem desse, porque se os outros queria (sic) me dar fim e ele me protegeu, eu não podia negar [...] aí eu vi que a realidade era ficar do lado de Seu Elísio, foi por isso que eu passei pra (sic) o lado dele” (SILVA, 2018).

Em outro exemplo, no depoimento de Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva (2019), podemos perceber a capacidade de articulação política que vão desde o sentido micro até o sentido macro, ou seja, que partem da vida regional e chegam até o patamar estadual, quando Elísio Maia decidiu defender um amigo seu chamado Lamenha Filho, que por sua vez era inimigo político do, também, amigo de Elísio Maia, Muniz Falcão, governador do estado de Alagoas. Giuseppe Silva relatou que Elísio Maia,

Foi lá no palácio e disse: “ói, Muniz, tô sabendo assim, assim, assim e assim, que você quer mandar matar Lamenha, só que tem uma coisa, a partir de hoje, se você mandar os pistoleiros que você tem atirar em Lamenha, vão me matar também, porque agora todo dia eu vou levar Lamenha lá no Engenho e vou buscar, todo dia”. E ele, terminava a sessão da assembleia, terminava de resolver as coisas direito,

pegava Lamenha lá no carro dele e levava no Engenho. De manhãzinha ia buscar (Risos) (SILVA, 2019).

Esses acontecimentos comprovam a influência política que Elísio Maia possuía que tinha como ponto de partida a cidade Pão de Açúcar e se estendia por todo o estado de Alagoas. Esse nada mais é que um exemplo de como o sistema coronelista presente no alto sertão alagoano na segunda metade do século passado, personificado na figura de Elísio Maia, possuía a capacidade de modificar a dinâmica social, seja para aumentar ou diminuir a violência, mas qualquer que seja a atitude tomada pelo mesmo ela vem sempre para fortalecê-lo enquanto chefe político, pois a cada atitude tomada seu nome permanece em evidência e quase sempre o coronel pãodeaçucarense é visto como um homem justo, honroso e corajoso.

Para José Roberto Almeida da Silva, Elísio Maia possuía seus capangas (anexo 9), mas antes de tudo era para garantir a sua própria segurança do que mesmo para fazer algum mal a outrem por mero interesse político, pois os capangas, segundo o entrevistado, eram

A segurança dele. [...] Mas ele num (sic) andava agredindo a ninguém. Tinha o segurança porque eles tinham os adversário (sic) e ele era o grande líder, também tinha grandes pessoas despeitadas também, e ele (sic) num podia ficar só, porque se não ele era pego também. Naquele tempo quem era família agressiva num (sic) era só a dele. Naquele tempo, os homens tinha (sic) aquele negócio de ser, aquele (sic) orgulho, né, de ser valente, de ser respeitado, né? Então ele num (sic) era maluco pra (sic) ficar também, né, sem segurança (SILVA, 2018).

Essa defesa da política de Elísio Maia fica clara que é comum para aqueles que foram beneficiados por Elísio Maia. Como visto, o entrevistado relata um episódio que para ele lhe traz grande admiração pelo chefe local, visto que poderia não ter sobrevivido para fazer esse relato. Mas, para outro pode ter sido um caso menor, que não esteja ligado à decisão de quem vive ou morre, como uma indicação a algum cargo político, nomeação de cargos públicos ou ajudas diárias, como remédios, ambulâncias, o que vai garantir um público leal e cativo.

Como exemplo do apoio que Elísio Maia possuía no interior da sociedade pãodeaçucarense, José Roberto Almeida da Silva (2018) cita um episódio que envolve três indivíduos: Aniceto, que segundo o mesmo foi quem matou Lampião, Luiz Rezende, inimigo político de Elísio Maia, e Zé Pintado. Segundo o depoimento, Aniceto passou em frente à casa de Elísio Maia (sem o entrevistado revelar o motivo), atirou a mando de Luiz Rezende e correu. Aniceto se escondeu em um local chamado “Santa Cruz”, a 3 km de Pão de Açúcar. Encontrou pelo caminho Zé Pintado, que recebeu o pedido de Aniceto para contar a Luiz Rezende que estava na Santa Cruz, esperando o possível suporte deste para que, então, pudesse fugir. Zé Pintado levou o recado, mas “errou” o destinatário: ao invés de entregar o

recado a Luiz Rezende, entregou a Elísio Maia revelando onde estava o indivíduo que havia atirado em frente à sua casa. Segundo o entrevistado, Zé Pintado disse

“Seu Elísio, o homi (sic) que atirou aqui na sua porta mandou um recado por mim pra (sic) dar a Luiz Rezende”. Aí Seu Elísio Mandou chamar Luiz Maia e a turma dele invadiram (sic) a “Santa Quitéria” (?), um tiroteio danado, Aniceto correu de pé por dentro dos mato (sic), passou em “Lagoa de Pedra”, aqueles lugar tudo (sic), todo rasgado... (inaudível) “da peste”; o rapaz que andava mais (sic) ele amanheceu dentro de uma poça d’água, baleado, e assim sucessivamente. Cê (sic) vê que ele tinha intrigas pesadas (SILVA, 2018).

As ações do coronel tomam um tom de dramaticidade e de sofrimento para aqueles que fizeram oposição a ele ou que sofreram algum golpe em suas vidas. Entre os três entrevistados, o único que fora oposição a Elísio Maia foi Pedro Lúcio Rocha, que também afirma já ter feito parte do mesmo grupo político de Elísio Maia, mas depois teve que sair por conta de questões políticas internas do próprio partido, tornando-se oposição.

A oposição de Pedro Lúcio Rocha exigia muita atenção para não ser assassinado pela força política de Elísio Maia, já que segundo o entrevistado: “Fui muito perseguido pelos capangas dele”. O fato de não ter sido assassinado, conta o entrevistado, se deu em muito por ter participado do grupo político do coronel anteriormente e ter compreendido quais as técnicas de assassinato e perseguição política os capangas e o próprio Elísio Maia utilizavam, pois Pedro Lúcio Rocha “fazia uma oposição qualificada” (ROCHA, 2019), e compara a sua cautela a de um policial:

Quando você vai enfrentar o bandido, você conhece a estratégia do bandido, aí como você conhece a estratégia do bandido, é difícil o bandido lhe pegar, foi o que acontecia comigo, eu conheci a estratégia dele, aí como eu conhecia a estratégia dele, ele não me pegava, porque ele mesmo não vinha, mas mandava os capangas, os cabas dizia... Eu sabia das voltas dele (ROCHA, 2019).

Para Rocha (2019), essas perseguições políticas e os consequentes assassinatos ocorriam quando o indivíduo não possuía grande força política. Por isso, o domínio na região, pois se dificilmente havia alguém a altura de Elísio Maia mais fácil era para ele realizar a política coronelista a seu modo. Dessa forma, os crimes contra “políticos fracos” (ROCHA, 2019), ou contra qualquer indivíduo que lhe desagradasse aconteciam aos montes.

Como exemplo dessas mortes, Rocha (2019) cita Wellington, Manoel Severo, João de Mércia, Décio Pinóia, Zé Pinóia, entre outros. Todos mortos, segundo o depoimento, por estarem envolvidos com questões políticas. Uns assassinados por terem interesse em ascender enquanto político, outros por expressarem sua opinião. Conforme o entrevistado, Wellington que era advogado e João de Mércia, vereador, foram mortos, em 1984, por estarem envolvidos em questões que envolvem os processos políticos. O primeiro tentando fazer parte

da política da região e o segundo já era vereador e fazia oposição a Elísio Maia, cuja matéria do **Jornal de Alagoas** das mortes de Wellington e João de Mércia (anexo 4). As mortes, segundo depoimento, ocorreram por conta de críticas à gestão de Elísio Maia realizadas por Wellington. Era,

Um cara inteligente, e começou a fazer oposição contra a violência, contra o crime. E aí quando Wellington começou a crescer pra (sic) querer ser político, aí veio de novo outra fuxicada da Tapera, e nessa fuxicada aí o Elísio Maia mandou, através do Hermes (?) Maia, e os capangas, matarem Wellington, e mataram João de Mércia, que era vereador que fazia oposição, e daí começou a governar pelo crime, era violento (ROCHA, 2019).

As mortes de Décio e Zé Pinóia ocorreram por expressarem suas opiniões sobre a pessoa de Elísio Maia e a sua gestão, ou por afirmarem que iriam matar o próprio coronel. Revela o entrevistado que:

Tinha um cara chamado (?) José Pinóia, que era lá de, de Meirus, era aquele cara que, que (sic), conversador, né? E tinha Décio Pinóia que, que era irmão de Zé Pinóia, e o Décio era um cara valente, né? Mas caiu na besteira, veio de Sergipe pra cá, de dizer que ia vingar a morte do parente, né? Aí ele mandou matar Décio, os caba (sic) se juntaram, mataram Décio e mataram Zé Pinóia que era irmão do Décio, né? Aí nesse período foi que transformou (inaudível) o Meirus por conta da matança deles. [...] diversas pessoas foram assassinadas (ROCHA, 2019).

Um mecanismo chave para a manutenção do poder do coronel é o uso da violência. A violência pode ser vista como um resultado de um desenvolvimento do poder regional das elites interioranas no Brasil, passado de geração em geração, conforme discutido em **Coronelismos e Oligarquias (1979)** de Eul-Soo Pang. Elísio Maia é mais um exemplo disso. A utilização da violência lhe conferiu uma fama de homem honroso ou perigoso, a depender do índice de influência de Elísio Maia na vida do indivíduo, embora todos concordem que o mesmo fora um homem poderoso que mandava e desmandava na região, já que “aquele que pode fazer o bem se torna mais poderoso quando está em condições de fazer o mal” (LEAL, 1997, p. 67).

A luta eleitoral possui, portanto, duas vertentes: o acolhimento ao aliado e a hostilidade ao adversário – caracterizando na perseguição ao rival político -, resultando nas práticas de mandonismo, conforme aponta o autor:

A outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau”. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade. Além disso, como é óbvio, sistemática recusa de favores, que os adversários, em regra geral, se sentiriam humilhados de pedir (LEAL, 1997, p. 61).

Essa violência quase sempre está representada na figura dos capangas. Segundo Victor Nunes Leal (1997, p. 67), um papel fundamental de manutenção dos chefes locais no poder –

muitas vezes caracterizado pelo uso da violência -, financiado pelo poder estatal, é do delegado e do subdelegado de polícia, ou dos próprios capangas. Segundo depoimento de Rocha (2019), os capangas de Elísio Maia chegaram a possuírem mais poder do que a polícia, visto que quando questionado se o coronel era muito protegido por seus capangas, o entrevistado respondeu que

Era protegido e nessas caminhadas ele acabou matando muita gente, né? [...] ele tinha uma postura interessante, em que os caba (sic) bebia, fazia zuada (sic), a polícia prendia, aí o político (?) pedia a ele e ele soltava, quem mandava na polícia era ele. E teve um determinado tempo que até os capangas dele mandava mais do que a polícia. [...] o capanga (sic) chegava lá “pega fulano, solta fulano”, e aí os capangas dominaram o tempo de mando dele (ROCHA, 2019).

Essa característica lembra a influência dos exércitos particulares dos primeiros clãs de famílias do período colonial no Brasil, em que as forças do Estado se encontravam distantes da influência dos chefes locais (Pang, 1979). De fato, era o que acontecia em Pão de Açúcar na segunda metade do século passado. Mesmo havendo policiais na cidade e região, os mesmos não possuíam a força necessária para contrapor a força de Elísio Maia, a mando do coronel, os indivíduos poderiam ser presos ou soltos a qualquer momento.

Esse poder de Elísio Maia em Pão de Açúcar se estendia para regiões adjacentes, conforme Pedro Lúcio Rocha (2019), que vivenciou de perto a trajetória política de Elísio Maia: “a história dele eu sei de cor e salteado” (ROCHA, 2019). Segundo o mesmo, o coronel pãodeaçucarense obteve influência e apoio direto da Ditadura Militar entre os anos de 1964 e 1985. Com toda a certeza essas mortes não possuiriam tanta legitimidade e aceitação perante as forças estatais se o próprio coronel não se aliasse ao governo da época.

Como uma demonstração de seu poder, Elísio Maia conseguia driblar os crimes que geraram maiores repercussões, os assassinatos de Wellington e João de Mércia, em 1984, ou de Joaquim Rezende, em 1954 (descrito no capítulo anterior). Ambos, casos ocorridos em São José da Tapera não resultaram em consequências para o chefe da oligarquia local, tendo em vista seu poder de influência a nível local e estadual. Segundo Silva,

Quando aconteceu aquela chacina, a famosa chacina de Tapera, né? (sic) Ele foi indiciado nesse processo, porque o, as (sic) pessoas que foram vítimas eram adversárias políticas lá em São José da Tapera, um município onde tinha também grande influência política. [...] dias depois ele, ele (sic) realmente passou uns dias recolhido, sessenta dias se não me engano, recolhido, o vice-prefeito assumiu, mas depois nunca se provou que ele tivesse esse tipo de envolvimento (2019).

Silva (2019) relata que Elísio Maia havia sido absolvido pelo suposto crime por não haver comprovação suficiente de seu envolvimento nas mortes em São de José da Tapera, de

Wellington e João de Mércia. Entretanto, no depoimento de Rocha (2019), vemos uma visão diferente da que Giuseppe Silva havia comentado em relação ao caso:

Quando ele matou Wellington, mais o João de Mércia, ele teve preso um dia, o governador era do lado dele, aí, mas aí vinha a pressão da oposição e aí o governador mandou decretar a prisão dele domiciliar, em casa, aí a polícia veio fazer a guarda na casa dele, né? (ROCHA, 2019)

Pedro Lúcio Rocha (2019) acrescenta que o chefe local chegou a ir para o júri, mas foi absolvido. Dessa forma, percebemos as visões antagônicas dos dois entrevistados, o último que fazia parte da oposição afirma que o apoio recebido pelo governador foi decisivo para a absolvição, embora culpado, e o primeiro, aliado do coronel, afirma que o chefe da oligarquia local não foi preso por não possuírem provas suficientes para prendê-lo. Percebemos como as visões em relação às práticas de Elísio Maia encontram sua variabilidade, oscilando entre as visões de seus aliados (mais benéfica para o coronel) e de seus opositores (mais degradante para o coronel). Em um fato ambos entram em convergência: a influência do chefe da oligarquia regional que se estendia pelo território alagoano.

Para Rocha, “A ditadura militar foi quem deu muito suporte a ele [...] toda a força dele foi no tempo da ditadura [...] ele não era tão violento, mas com a ditadura militar ele se tornou mais forte, ele matou muita gente” (2019). Segundo Leal, esse apoio do regime militar para com Elísio Maia é resultado direto da tentativa de manutenção do poder do chefe local que é financiada diretamente pelo poder estatal (1997, p. 67). Conforme o autor, “carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município” (LEAL, 1997, p. 70), e em troca os chefes políticos locais devem total apoio aos candidatos nas eleições estaduais e federais. Dessa forma, uma vez firmado acordo entre as partes, as arbitrariedades no governo de Elísio Maia podem e devem prosseguir normalmente.

Embora o apoio da Ditadura Militar tenha sido importante para o poder de Elísio Maia, inicialmente o mesmo não fazia parte do grupo político do regime militar. Após pressões do regime militar com: a cassação de seu mandato de Deputado Estadual em 1968, por fazer parte da oposição, da implementação do bipartidarismo e da instalação do AI-5, conforme Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva (2019), Elísio Maia cedeu às pressões e aceitou fazer parte do grupo político militar. Conforme Pedro Lúcio Rocha (2019), era interessante para o regime militar possuir alguém importante como Elísio Maia do seu lado, tendo em vista a sua influência na região. Para Elísio Maia era importante o apoio da Ditadura Militar porque poderia prosseguir governando como bem entendesse. Segundo Pedro Lúcio Rocha,

A ditadura queria se manter, mas aqui perdia, aqui, Tapera [...] Batalha, essa região toda onde ele mandava, os candidatos da ditadura nunca ganhava (sic) a eleição, aí a ditadura o jeito que achou foi ameaçar, ou você vem pra (sic) o lado da ditadura [...] Ou você vai ser preso. Aí ele aderiu à ditadura. Eu até lembro, e ele já cassado, como político, eu lembro que ele disse assim: “Eu vou ter que assinar a ficha dessa peste, vou ter, porque se não preso num (sic) tenho mais jeito”. Aí, é, bom, ficou dessa forma, assinou a ficha, tornou-se aliado do comando militar (2019).

O depoimento segue,

Quando a ditadura chamou ele, ele que sabia dos crimes que eles praticavam, é, e pressionou ele, aí disse; “olha, você só fica com prestígio em Pão de Açúcar se você ficar do lado da ‘Revolução’, aí ele ficou”. E daí eu lembro, cheguei a perguntar a ele, aí ele: “Essa peste”, é... cassaram inclusive o mandato dele, teve uma hora que cassaram o deputado, aí quando ele foi cassado o mandato de deputado, aí o governador tinha sido indicado pelo General Luís Filho (?) da ditadura: “Seu Elísio, ói, eu gosto de você e você só tem um caminho, se você não se aliar a ‘Revolução’, você vai ser preso em Fernando de Noronha” (ROCHA, 2019).

Pedro Lúcio Rocha (2019) lembra que disse a Elísio Maia, quando ainda era seu aliado político, em finais da década de sessenta, que a solução dele seria fugir se não aceitasse a imposição da Ditadura Militar, mas ele optou por aderir por não saber ler e com certeza não conseguiria sobreviver no exterior. Quando Elísio Maia “aceitou participar do governo da ditadura e quando entrou no governo da ditadura militar, aí eles mataram, enterraram, desenterravam, fazia o que bem entendia e ficava, ficou (sic) por isso mesmo” (ROCHA, 2019).

Para Leal (1997, p. 70), essa condição de inferioridade do município frente ao governo estadual ou federal insere no bojo coronelista uma autonomia extralegal do coronel, que se representa na carta branca que o governo estadual outorga para os chefes locais. Foi por meio desta carta branca que as autoridades estatais permitiram o passe livre para a realização de práticas violentas de Elísio Maia e outras arbitrariedades, fortalecendo o sistema dependente do coronelismo. O sistema coronelista transcende o regime militar, pois encontra em si um mecanismo sistematizado que possui suas raízes no Brasil colônia. É fato que, conforme Pedro Lúcio Rocha (2019), a Ditadura Militar serviu para maximizar o impacto das arbitrariedades do coronel configuradas em assassinatos e perseguições políticas a oposição.

A autonomia extralegal cerceia a autonomia legal do município, pois os governantes estaduais, por meio dos chefes locais, farão as concessões ou proibições naquilo que lhe convier, eliminando o interesse e direito do eleitorado. “Será uma dádiva do poder” (LEAL, 1997, p. 72).

A violência estrutural do sistema coronelista representado na figura de Elísio Maia encontrou sua legitimação na “vista grossa”, caracterizada pela “carta branca” cedida pelo

Estado, pois se a força estadual fechava os olhos para as arbitrariedades municipais, era papel do chefe local fornecer apoio ao governo nas eleições estaduais e federais, já que

Os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos dos estados nas eleições estaduais e federais. [...] O preço caro, pago pelo Estado em troca do apoio eleitoral dos chefes locais, era, portanto, uma condição objetiva para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual. (LEAL, 1997, p. 74)

Essa troca de interesses entre poder local e estadual permitiu que Elísio Maia se tornasse o governante que foi, seja por meio de concessões políticas, favores ou utilizando-se do clientelismo para favorecer seu curral eleitoral; ou mesmo tomando atitudes mais truculentas e violentas. Para uns, a violência será vista como resultado da necessidade de se defender das possíveis investidas violentas de terceiros (opinião dos entrevistados José Roberto Almeida da Silva e Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva). Para outros, essas ações serão vistas como uma forma de calar a oposição e os adversários políticos, mantendo o poder do chefe local na região (opinião de Pedro Lúcio Rocha).

O poder de Elísio Maia irá decair apenas com o fim da Ditadura Militar e a redemocratização do Estado brasileiro, pois, segundo Pedro Lúcio Rocha,

Depois que Elísio Maia perdeu a eleição, aí a ditadura caiu, Fernando Collor ganhou a eleição pra (sic) governador, ele começou a enfraquecer [...] Mas quando começou a enfraquecer, aí ele parou de reagir. Quando ele sabia que a barra era pesada, aí ele não enfrentava, ele recuava. [...] Fernando Collor também não aceitou a aliança dele, aí ele enfraqueceu até que perdeu a eleição de uma vez por todas e terminou o mando do coronel (2019).

E embora tenha conseguido um mandato de deputado estadual (1991-1994), após o fim do regime militar, o seu poder e influência não permaneceu mais o mesmo, vivendo politicamente apenas do nome que construiu em seus tempos áureos em Pão de Açúcar.

Como revelado pelos entrevistados, Elísio Maia possuía a característica de ser um homem bondoso e caridoso. Mesmo aqueles que se consideravam contrários ao mando do coronel reconheciam o caráter clientelista de sua política. Além das concessões e troca de favores com seu eleitorado e aliados, ou inimigos, conforme discutido, outras características foram importantes para que a confiança em seu chefe local e a empatia coletiva fosse gerada: liderança, tradição e situação econômica.

O coronelismo de Elísio Maia é, antes de tudo, resultado de sua própria decadência, tendo em vista que ao lutar pelo poder político, o chefe local entra num complexo de auto sabotagem, pois se ilude com o prestígio desse mesmo poder que é conquistado através da submissão política, já o pequeno proprietário de terras se engana com a mesquinha atenção concedida pelos chefes locais (LEAL, 1997, p. 77-78).

Segundo Victor Nunes Leal (1997, p.78), a sacrificada autonomia municipal é alimento vital para o coronelismo e, por isso, indica que os coronéis são provenientes, não de sua vitalidade política, mas de sua própria decadência. Com isso, Elísio Maia aproximou-se de sua decadência, após longos anos áureos de coronelismo, em um sistema que possuía prazo de validade para se encerrar, que, no caso de Pão de Açúcar, encontrou seu fim com o acesso maior aos meios de transporte, de informação e educação, conforme a luta relatada pela oposição de Pedro Lúcio Rocha (2019) e com a retomada do Estado democrático, dando fim ao regime militar que tanto contribuiu para a autonomia na política coronelista de Elísio Maia no alto sertão alagoano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, como vimos, a discutir a lógica coronelista presente na cidade de Pão de Açúcar/AL a partir de teóricos já consolidados na historiografia brasileira. Para tal foi necessário traçar o contexto histórico do coronelismo, buscando encontrar suas raízes que vêm desde o período colonial no Brasil, perpassando o Brasil imperial, a República Velha e encontrando seu fim já na segunda metade do século passado.

A ideia defendida por PANG (1979), de que o coronelismo encontrou seu declínio apenas a partir da década de 1970 se encaixou perfeitamente com o objeto de estudo pesquisado, tendo em vista que as práticas coronelistas de Elísio Maia vieram a decair apenas a partir da segunda metade do século XX. A decadência da política de Elísio Maia, conforme discutido durante a pesquisa, encontrou-se com o fim do regime militar que tanto alimentou seu coronelismo no alto sertão alagoano, já que o mesmo passou a não mais possuir a carta branca delegada pelo Estado ao chefe local, minando seu poderio regional.

Para chegarmos às vias de fato da pesquisa (demonstrar as práticas coronelistas de Elísio da Silva Maia), foi preciso discutir conceitos fundamentais para a compreensão de tal sistema, tais como o clientelismo, mandonismo e o próprio coronelismo. Como visto, as práticas coronelistas estavam muito enraizadas nas ações políticas de Elísio Maia, já que o mesmo criara um complexo emaranhado de relações políticas entre ele e o poder estatal, em que a troca de favores e interesses era recíproca, fortalecendo a manutenção do poder tanto a nível estadual, quanto a nível municipal.

O clientelismo, como vimos, não é algo que necessariamente faça parte do coronelismo, mas ajuda a manter a força do mesmo, visto que serve para manter as relações entre o chefe local e seus eleitores, pois ao mesmo tempo que Elísio Maia concedia seus favores e beneficiava seu curral eleitoral, o eleitorado dele era mantido, facilitando a manutenção do poder do coronel a partir do voto.

A história de Pão de Açúcar nos serviu para descrever como a sociedade da região se desenvolveu, proporcionando uma maior compreensão de sua tradição e cultura. Após a discussão histórica da cidade, outro fator se fez necessário para compreender como a mentalidade social da população e do próprio coronel da região: a breve biografia dos antecessores de Elísio Maia. Conforme discutido, percebemos que a política de Elísio Maia

nada mais foi que um reflexo – desenvolvido com o tempo – de seus antecedentes. Sua família, já presente no seio político pãodeaçucarense, lhe permitiu uma ascensão um pouco menos dificultosa na vida política da sociedade local.

As entrevistas realizadas nos permitiram perceber que essa ascensão política de Elísio Maia se deu em muito, não apenas pela tradição política familiar, mas igualmente ao fato de amizades importantes que favoreceram ao futuro coronel chegar a tal condição política. Como discutido, sua mãe lhe deu uma força e tanto ao pedir ao grande político regional da época, Augusto Machado, que ajudasse seu filho a sair das “confusões” diárias que o mesmo estava envolvido na cidade. A decisão de torna-lo delegado e os acontecimentos que se seguiram a partir de então, somado a descendência política de sua família, lhe favoreceu enquanto aspirante à vida política na região.

A política de Elísio Maia, que se estendeu por quatro décadas, fora marcada pela concessão de benefícios ao povo da região, e pela violência estrutural própria do coronelismo. Os benefícios cedidos a “seu povo” lhe garantiram o caráter de grande líder e herói da cidade de Pão de Açúcar e regiões adjacentes. O aumento do prestígio lhe garantia, a partir das benesses imediatas aos cidadãos pãodeaçucarenses, uma maior governabilidade e uma conseqüente longevidade no governo.

Mesmo quando não se encontrava em algum cargo político, possuía a capacidade de indicações políticas em municípios vizinhos, como São José da Tapera e Batalha, por exemplo, numa demonstração clara da extensão de seu poder político. Além disso, a acumulação de riquezas, como latifúndios e importantes fábricas na região, conforme discutimos a partir dos depoimentos, lhe garantiram um maior monopólio sobre as terras regionais, proporcionando uma maior concentração de poder em suas mãos.

É evidente que Elísio Maia recebia muito elogio e admiração por seus feitos generosos para com o povo, pois o alívio imediato da sofrida condição existencial do povo de Pão de Açúcar lhe proporcionava um nível de empatia coletiva importante para sua governabilidade.

Dessa forma, com o passe livre do povo para governar à sua maneira, Elísio Maia poderia realizar atos arbitrários e violentos da forma e na intensidade que bem entendesse. Julgando-se o grande “amigo do povo”, e o povo concordando com a suposta característica do coronel, crimes de pistolagem foram cometidos aos montes, conforme discutido, e sempre encontravam uma gama importante de indivíduos para defender suas atitudes, mesmo que a opressão se encontrasse escancarada e presente na dinâmica social pãodeaçucarense, seja por

limitar o acesso da população a melhores meios de comunicação e informação – como a escola, ou o meio de transporte para tal - ou mesmo pelos assassinatos de inimigos políticos.

A defesa de “Seu Elísio” fica clara quando aqueles afirmam já ter sido muitas vezes ajudado pelo coronel, como vimos no decorrer da pesquisa. Entretanto, para os que sofreram certa perseguição ou obtiveram certa desavença com o chefe local, o tom de defesa clientelista assume o plano de fundo e cede espaço para que a característica da violência e do autoritarismo assumam o papel central da discussão.

Conforme discutido, pudemos perceber, por fim, que Elísio Maia encontrou sua decadência em um sistema que já estava fadado ao seu próprio fracasso, tendo em vista a evolução natural da sociedade brasileira, como o acesso maior aos meios de comunicação, informação e discussão, encontrando sua maior representação no papel da escola na sociedade. Além disso, especificamente, Elísio Maia encontrou dificuldades em manter seu sistema coronelista - que encontrou enorme facilidade de governabilidade, sobretudo, durante o regime militar - com a volta do Estado democrático que passou a não mais fechar os olhos para as ações clientelistas, coronelistas, autoritárias e violentas do chefe local pãodeaçucarense, minando, aos poucos, o poder de Elísio Maia, pondo um ponto final ao monopólio do poder coronelista na região, embora ainda tenha conseguido conquistar o cargo de deputado estadual na década de 1990.

Portanto, não há dúvidas que, frente às questões apresentadas e discussões realizadas, Elísio da Silva Maia fora um tradicional coronel proprietário de terras – conforme discutido por Pang (1979) –, classe típica que possui suas raízes no sistema colonial brasileiro, marcado pela exploração do povo através da escravidão e do caráter patriarcal de suas ações.

REFERÊNCIAS

BURZSTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual**. Vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro: Editora Dados, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 4. ed. São Paulo, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **O coronelismo e a imagem do coronel: O município e o regime representativo no Brasil**. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MENDONÇA, Aldemar de. **Pão de Açúcar: História e Efemérides**. Pão de Açúcar, 1974.

NETO, Jonas José de Matos. **A influência da trajetória política de Elísio Maia na concepção atual de Política de Pão de Açúcar – AL**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012.

NETO, Jonas José de Matos. **Concepções e práticas políticas no município de Pão de Açúcar-AL**. Dissertação de mestrado em São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: A Bahia na Primeira República brasileira**. Editora Civilização Brasileira, 1979.

VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**, 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Entrevistas

ROCHA, Pedro Lúcio. 81 anos. Entrevistador: Taynnan Robert de Oliveira Barros. Pão de Açúcar, Alagoas. 29 de junho de 2019.

SILVA, Giuseppe Gomes Ribeiro da. 63 anos. Entrevistador: Taynnan Robert de Oliveira Barros. Pão de Açúcar, Alagoas. 09 de fevereiro de 2019.

SILVA, José Roberto Almeida da. 75 anos. Entrevistador: Taynnan Robert de Oliveira Barros. Pão de Açúcar, Alagoas. 23 de dezembro de 2018.

Fonte eletrônicas

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pao-de-acucar/panorama>> acessado em 18 de junho de 2019.

<<http://blogdobob.blogspot.com/2013/03/16/121/>> acessado em 08 de agosto de 2019.

<<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=317245>> acessado em 08 de agosto de 2019.

<<https://correionoticia.com.br/noticia/politica/chacina-de-tapera-que-vitimou-wellington-fontes-completa-33-anos-e-segue-esquecida/4/16041>> acessado em 10 de agosto de 2019.

<<https://www.historiadealagoas.com.br/o-medo-de-morrer-com-barriga-cheia.html>> acessado em 19 de agosto de 2019.

ANEXOS

As três entrevistas realizadas seguiram os questionamentos citados abaixo.

1. Para início de conversa, qual o nome do senhor completo, idade, de onde o senhor é natural, sempre residiu aqui na região?
2. De onde Elísio Maia era natural, qual a origem dele? Pertencia a família rica, humilde?
3. Como era Elísio Maia antes dele entrar na política? Como ele conseguiu ser político?
4. Como e qual era a relação do senhor com Elísio Maia?
5. Enquanto político, de que forma Elísio Maia atuava? Sempre estava na região ou era ausente?
6. O que Elísio Maia era para o senhor?
7. Em seu ponto de vista, como era a relação dele com o povo? Era uma relação amistosa, agressiva, violenta, protetora...?
8. Na visão do senhor, o que o povo em geral achava de Elísio Maia? Um homem bom, caridoso? Um homem que colocava medo na população por conta de seus atos? Quais as impressões que o povo tinha, na época, em relação a ele?
9. De qual forma Elísio Maia atuava como político? Ajudava o povo? Tinha envolvimento com atos violentos? Realizava obras públicas importantes para a região?
10. O senhor tem conhecimento de algum processo judicial movido contra Elísio Maia na época? Qual e como foi esse episódio?

Transcrição da entrevista realizada com José Roberto Almeida da Silva em 23 de dezembro de 2018 na cidade de Pão de Açúcar/AL, com o objetivo de contribuir para a pesquisa do TCC do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão.

T.B – Boa tarde.

J.S – Boa tarde.

T.B – Vamos iniciar aqui a entrevista relativa a Elísio Maia. É... (sic) e pra início de conversa, como é o nome do senhor completo?

J.S – José Roberto Almeida da Silva.

T.B – Pronto, qual a idade do senhor?

J.S – 75 anos.

T.B – De onde o senhor é natural? O senhor sempre residiu aqui mesmo?

J.S – Eu sou natural aqui de Pão de Açúcar. Nasci no povoado Meirus, que é município ainda hoje de Pão de Açúcar.

T.B – Mas sempre residiu por aqui...

J.S – Mas sempre resido (sic). A nossa cidade é aqui em Pão de Açúcar mesmo.

T.B – Pronto...

J.S – Agora, eu fui nascido no (sic) Meirus, naquela época o povo “num” nascia na cidade como hoje nasce em hospital. Eu nasci no (sic) Meirus mesmo, porque era através das parteira (sic), um negócio particular, num era, num era (sic) médico, nem era nada.

T.B – É... (sic) E em relação já a Elísio Maia, ele era origem de onde (sic), a origem dele, de onde ele era natural?

J.S – A origem de Elísio Maia...

T.B – “Ram”...

J.S – É pãodeaçucarense também, nascido ali na fazenda “Belo Horizonte”, né... (sic) Que inclusive eu tive (sic) fazendo um livro dele, pesquisei alguma coisa, ele nasceu na fazenda “Belo Horizonte”

T.B – “Urum”...

J.S – É aquela ao lado do poente aqui de Pão de Açúcar, fazenda “Belo Horizonte”. Ele é nascido lá e criado aqui na região de Pão de Açúcar.

T.B – Pronto, e ele era... (sic) Ele pertencia a família rica, família mais humilde...?

J.S – Bom, a família dele era uma família rica. Naquela época era um proprietário, era fazendeiros, a família toda... Rodrigo Maia, era... Era (sic) uns nomes aí, mas era família rica. Agora, humilde, porque era gente que tinha contato direto com a pobreza, vivia em estado de pobreza mesmo, não tinha muito, naquele tempo não tinha muito recurso... E ele era um rico humilde.

T.B – Pronto, era um rico humilde. Ele tinha os recursos dele, mas ele gostava de, de... (sic) ter contato com o povo.

J.S – Com o povo. Era vaqueiro, era isso, era aquilo.

T.B – Pronto, como ele era antes de entrar na política? E... (sic) como ele conseguiu ser político? O senhor sabe informar?

J.S – Sim, ele, ele (sic) conseguiu ser político mais ou menos através da família, que era a família de maior poder aqui da região...

T.B – “Hum”...

J.S – Né... (sic) E... (sic) inclusive, se não me falha a memória, um deles, dos tios dele foi (sic), ainda foi prefeito da cidade, entendeu?

T.B – “Urum”...

J.S – Parece que era Lamego (?) Maia, eu tenho bem.. Não, era Lamego (?) Maia mesmo. Era tio dele, não (sic)... Era (sic)... Agora me deixou uma dúvida (sic), não me lembro se Lamego (?) Maia era o pai dele... Sei que era dessa família, de Elísio Maia.

T.B – Mas a família dele tinha influência política...

J.S – É, e eles era político (sic), é... Já tinha uns que foi prefeito (sic). Lamego (?) Maia era o pai dele. Aí teve um da família, não sei se foi Lamego (?) Maia...

T.B – “Aram”...

J.S - Ou se foi um dos tio dele (sic), foi prefeito ainda no período e eles era quem predominava na região, era eles mesmo (sic).

T.B – “Urum”...

J.S – Era a família mais forte da região, era eles (sic).

T.B – A família dele já era, era uma, era uma (sic) espécie de liderança local já na época...

J.S – Local, e era tudo gente daqui de Pão de Açúcar mesmo. Nascido e criado aqui.

T.B – Pronto, e assim, como era essa relação dele com, com (sic) o senhor na época? Porque o senhor já foi vereador...

J.S – Fui vereador, tive os primeiros mandatos, eu era contra ele...

T.B – “Rum”... Era oposição...

J.S – Eu era oposição, mas depois eu fiquei no lado de Seu Elísio, e a minha relação com ele era muito importante, nós era muito amigos (sic), eu viajava com ele, ele me ajudava ne (sic) alguma coisa, a relação muito ótima (sic) de Seu Elísio.

T.B – Vocês eram próximos...

J.S – Era. Bem próximo...

T.B – É... (sic) E, e (sic) enquanto político, né (sic), de que forma ele atuava? Ele sempre tava (sic) aqui pela região ou ele era uma pessoa mais ausente, que dificilmente você via ele?

J.S – Não, ele atuava local, aqui dentro do local.

T.B – “Ram”...

J.S – Ele “num” morava, ele nunca morou fora. Ele tinha casa ne (sic) Maceió...

T.B – “Urum”...

J.S - E tinha a fazenda nos “Torrões”, mas era pãodeaçucarense, tava (sic) todas as noites aqui em Pão de Açúcar, viu? Muito dedicado ao trabalho dele, num é... (sic), a noite ele andava por (sic) a rua olhando se tinha alguma luz apagada, se tinha algum poste apagado, e ele vivia por aqui mesmo.

T.B – Ele era bem prestativo.

J.S – Bem prestativo.

T.B – Sempre foi presente, né (sic)...

J.S – É.

T.B – E assim, o que, o que (sic) ele era pra (sic) o senhor? Elísio Maia.

J.S – Pra (sic) mim ele era um grande amigo...

T.B – Um grande amigo...

J.S – Né, como eu disse aí anteriormente, me ajudou em algumas coisas, sempre teve (sic) do meu lado. Eu passei por algumas dificuldades, e ele sempre me ajudou.

T.B – Chegava junto, ajudava às vezes com recurso, com alguma coisa, tal... (sic)

J.S – É, é. Ele... acrescentando aí, ele (sic) foi um político que tava (sic) junto com todo mundo, porque o pessoal da oposição, que era oposição a ele radical mesmo...

T.B – “Ram”...

J.S – Que sempre, você sabe que ninguém é líder todo, sempre tem a oposição (sic).

T.B – Sempre, é.

J.S – E aquelas pessoas que ficava contra ele, que criticava, que protestava mesmo (sic), quando entrava numa dificuldade, que procurava a turma que combinava com eles na oposição, aí eles fechava os olhos pra (sic) pessoa, dizia que não tinha condições, que não queria se envolver nem com isso e nem com aquilo, aí a família ia a procura de Elísio Maia, assujeitava a quebrar a aqueles, aqueles (sic) tabus antigos de adversários e a solução era ele, aí procurava ele. Aí ele resolvia o problema, e então aquelas pessoas se mudavam pra (sic) ele.

T.B – “Urum”...

J.S – Era assim.

T.B – Ele ajudava todo mundo...

J.S – É, e aí as pessoa se mudava (sic), achava que num (sic) tinha futuro fazer oposição a ele.

T.B – Fazer oposição, aí se juntava com ele. E ele tinha esse negócio não, ajudava mesmo...

J.S – Ajudava mesmo, e entrava ne (sic) qualquer problema.

T.B – Qualquer pessoa ele ajudava, né (sic), não queria saber se era inimigo dele antes, agora vira (sic) amigo mesmo.

J.S – É, venha pra (sic) cá, tinha esse negócio não.

T.B – E aí como era essa, essa, essa (sic) relação dele com, com, com o povo né? Era uma relação mais amistosa, mais agressiva? Era mais protetora...?

J.S – Era, era (sic) amistosa e protetora. A relação dele com o povo era protetora, era justamente isso que eu acabei de dizer. O cara fazia crítica a ele, fazia tudo, mas ele era quem chegava. Era... a pobreza, a pobreza (sic) de Pão de Açúcar, quando ele passava pra (sic) prefeitura, acompanhava aquela procissão, viu?

T.B – “Ram”...

J.S – E ele atendia a todo mundo com a maior delicadeza, maior paciência. Ele, determinados momento (sic), ele até que era um pouco agressivo...

T.B – Em que sentido?

J.S – A família dele, num (sic) era família assim... mansa não, era um povo que queria ser respeitado, né (sic). Ele tinha outras posição (sic), mas na política, com o povo pobre, ele tinha o maior respeito com o povo, com o pobre.

T.B – Mas a família dele era violenta em que sentido?

J.S – “Am”?

T.B – Essa família dele, ela era violenta em que sentido?

J.S – Eram vingativo (sic), se o cara desmoralizasse um eles se vingavam.

T.B – Se vingava no sentido de mandar matar mesmo?

J.S – É.

T.B – Matava, tinha os capangas dele, “né”?

J.S – Matava, o que ele pudesse fazer.

T.B – Ele tinha os capangas dele também, “né”?

J.S – Tinha.

T.B – Tinha, né.

J.S – Tinha, porque era a segurança dele, era essa. Mas ele num (sic) andava agredindo a ninguém. Era, tinha o segurança porque eles tinham os adversário (sic) e ele era o grande líder, também tinha grandes pessoas despeitadas também, e ele (sic) num podia ficar só, porque se não ele era pego também.

T.B – Entendi.

J.S – Naquele tempo quem era família agressiva num (sic) era só a dele. Naquele tempo, os homens tinha (sic) aquele, aquele, aquele, aquele, aquela, aquele (sic) negócio de ser, aquele (sic) orgulho, “né”, de ser valente, de, de, de (sic) ser respeitado, né? Então ele num (sic) era maluco pra (sic) ficar também, né, sem segurança.

T.B – É, e aí, na sua visão, o que é que o, o, o (sic) povo assim de forma geral, achava de Elísio Maia na época? O que é que, que, que (sic) o senhor ouvia falar na época? Era uma pessoa boa, tinham medo dele...

J.S – É, o povo achava que... Primeiro que o povo achava era que Elísio Maia era a solução dos problemas...

T.B – “Urum”...

J.S – O proprietário fazia uma cerca, o outro achava de querer (sic) invadir a área dele um pouco, derrubava aquela cerca, um exemplo que tô (sic) dando...

T.B – “Aram”...

J.S – Aí era negócio para se acabarem na bala do, do, de qualquer jeito (sic). É isso que eu disse a você, tinha muitas família valente (sic) naquela época. Aí era se acabar na bala (sic), ou de qualquer jeito porque o caba (sic) derrubou minha certa, me desmoralizou, aí alguém da família que tinha mais experiência, né? Falava com Seu Elísio, Seu Elísio mandava chamar os dois. Seu Elísio aqui era delegado era, era, era governador, era tudo.

T.B – O que ele dissesse tava (sic) dito.

J.S – Tava (sic) dito. Aí, o, o, os dois proprietário (sic) se achava naquele convite...

T.B – “Urum”...

J.S – E ele conseguia controlar aquela confusão. “Você conta comigo”, aí o cara (sic) só em contar com Seu Elísio pra ele já era alguma coisa (sic).

T.B – “Aram”...

J.S – Você vai contar comigo, você vai ceder, e você vai cedendo de um lado, o outro do outro, aí o caba (sic) dizia: “E a cerca que ele derrubou, como é?”. Aí seu Elísio, né: “Eu conserto, eu conserto”...

T.B – Pronto, aí já resolvia.

J.S – “Agora quero que vocês saiam daqui abraçados, que um vizinho é irmão do outro e um depende do outro e num (sic) pode ser assim não”. Aí controlava os ânimos.

T.B – “Aram”...

J.S – E acabava com aquela intriga todinha. É por isso que eu digo que o povo tinha ele como salvador da região. Salvador da pátria.

T.B – Questão de emprego também ele arrumava...

J.S – Emprego! Pronto, ele era governador, o governo respeitava ele porque ele era a liderança, o governador respeitava. Então ele, (sic) os empregos daqui de Pão de Açúcar, pelo menos daqui, e ele ajudava de qualquer região, num (sic) tinha essa...

T.B – “Aram”...

J.S – Mas, ói (sic), empregava fiscal de renda, é um exemplo que eu tô dando (sic)...

T.B – “Aram”...

J.S – Fiscal de renda do estado, a região dele, o, a (sic) quem ele ajudava a cidade, os prefeitos era ele que (sic) indicava...

T.B – “Urum”...

J.S – Era ele que indicava os prefeito (sic) da região. Teve daqui até juiz de direito que foi ele que nomeou, arranjou, (inaudível) mas ele conseguiu, porque era família e o cara merecia, então ele conseguia.

T.B – Tinha a mão dele, né...

J.S – Tinha a mão dele. Até isso ele fazia. Aqui quem mandava era Seu Elísio mesmo. Era por isso que ele tinha também muito inimigo, porque os contrário (sic) também botava pra “arrombar”, então ele tinha inimizade, é claro.

T.B – É, queriam derrubar ele, ele também tinha que...

J.S - É também tinha que se virar, né?

T.B – “Urum”... É... (sic), ele fazia muitas obras públicas aqui na época? O senhor sabe se ele fazia, ajudava mesmo a cidade e tal (sic)...

J.S – Fazia, fazia muitas obras públicas.

T.B – Ele não só ajudava as pessoas, mas ele também fazia essa questão da cidade, fazer ela crescer...

J.S – Crescer, e outra coisa...

T.B – “Ram”...

J.S – Você vê os prefeito de hoje num (sic) tem aquele, aquela, aquela disposição que ele tinha. Os prefeito (sic) hoje são tudo moroso (sic), num quer arrumar a questão (sic). Ele, ajeitava, agradava, mas ele não se importava também de arrumar a questão pra (sic) fazer o que era certo.

T.B – “Urum”...

J.S – A gente tinha aqui em Pão de Açúcar o, a (sic) escola por nome de “Bráulio Cavalcante”. Nessa escola se formou muita gente aqui na época, nessa escola. Escola

estadual, e a primeira escola de Pão de Açúcar, cada um (inaudível) de advogado, do estado e de um bocado de autoridade, mas ela muito mal localizada, bem na curva da avenida “Bráulio Cavalcante”. Ela, o cara fazia a curva, já fazia na calçada da escola, os aluno num podia (sic) sair na porta da escola que era estrada. Era a maior escola daqui, mas muito mal localizada. Seu Elísio resolveu fazer a escola em outro local, tava (sic) mal localizada. Os alunos, antigos alunos fizeram aqui uma caravana e foram falar com o governador em Maceió, porque eles queria (sic) manter a tradição deles, da escola...

T.B – “Urum”...

J.S – Aí, foram a Maceió. Viajaram pra impedir que Seu Elísio derrubasse a escola. Mas, ele tava (sic) certo, num (sic) era possível a escola ali.

T.B – “Urum”...

J.S – Porque ela foi feita antigamente quando a cidade era pequena, quando tinha movimento, não tinha nada e ela passou a um ponto que não podia ficar localizada ali.

T.B – Queria tirar ela pra (sic) colocar em outro lugar...

J.S – Como realmente ele fez. Pegou uma propriedade lá e fez uma escola linda pra (sic) substituir. Mas aí, foram denunciar... Aí, chegou as pessoas (sic) lá na prefeitura. “Seu Elísio” – aqueles caras que fica (sic) levando e trazendo -...

T.B – “Aram”...

J.S – “Seu Elísio saiu uma equipe daqui pra (sic) Maceió, pra (sic) denunciar a escola, pra num (sic) tirar a escola”. A escola já tava (sic) até desocupada. Aí, Elísio: “foi?” “Foi”. “Manda chamar Zé de ‘Sivirino’ ali”, que era secretário dele. Aí: “Sivirino, junte os trabalhador agora mesmo e derrube a escola” (Risada). Quer dizer, era um homem assim, que ele tinha ação.

T.B – Tinha ação...

J.S - Quer dizer, eles foram denunciar e ele pra (sic) num ficar com aquela conversinha proibindo a obra... Ele derrubou logo.

T.B – Derrubou logo e pronto.

J.S – Derrubou logo, quando os caras chegaram aqui a escola num (sic) existia mais (Risada). Era um cara desse jeito, rapaz.

T.B – Então era um cara presente e de ação...

J.S – De ação, de ação.

T.B – “Urum”... É... (sic), o senhor falou que como ele era um cara de, de (sic) ação, querendo ou não, às vezes ele podia desagradar algum outro grupo, né?

J.S – Ah, desagradava.

T.B – Então, mas assim... O senhor sabe de algum processo judicial que foi movido contra ele na época? Como foi esse episódio?

J.S – Eu, eu num (sic) posso dizer bem como era o processo, que eu não assisti.

T.B – “Aram”... Mas, o senhor ouviu falar na época...

J.S – Mas eu ouvi um comentário, num é (sic)?

T.B – “Aram”...

J.S – Que ele tava (sic) sendo processado pela morte de um Wellington na “Tapera”; João de Mércia, que era vereador. - Wellington era vereador também... Era, era (sic) - , e outro cara lá. E ele foi acusado, o comentário é que foi ele, né...

T.B – “Aram”...

J.S – Aí, houve esse movimento aí, mas... sim, e desse mesmo coisa aí (sic), também morreu dois parente meu, dois primo meu (sic) ali no Meirus...

T.B – “Ram”...

J.S – Também disseram que era proveniente dessa questão da “Tapera”, porque esses primo (sic) meu era primo de Wellington, como eu também era.

T.B – “Aram”...

J.S - E, então, eles também morreram dois, apareceu dois mortos (sic), também disseram que foi Seu Elísio. Agora...

T.B – A mando dele...

J.S – Teve esses dois e esse outro que... (sic) Wellington e esse João de Mércia. Esses eu ouvi falar que foi por ele.

T.B – “Aram”...

J.S – Mas, eu num (sic) sei se... quem foi. Aí, também – foi só um comentário, né -, e também num (sic) houve nenhuma providência que provasse que foi ele.

T.B – Não teve nenhuma investigação, ficou por isso mesmo...

J.S – É, ficou assim mesmo. Agora, o processo ainda rolou.

T.B – O pessoal morreu e tal (sic), mas também nunca deu em nada.

J.S – Mas num (sic) deu em nada.

T.B – Num (sic) deu em nada, né? Mas, o povo na época num (sic) tinha esse negócio de medo, nada como ele não, né? Porque ele tinha os capanga (sic) dele, tinha os caras lá que...

J.S – Não, era. Mas esses capanga (sic) dele...

T.B – “Ram”...

J.S – Era segurança dele.

T.B – “Aram”...

J.S – E se houve falar muito pessoas que desejaria matá-lo.

T.B – Matar o próprio Elísio...

J.S – O Seu Elísio, né...

T.B – É.

J.S – E ele tinha que tá (sic) prevenido, que aí eu posso dizer a você que o “Aniceto”, coronel “Aniceto” era amigo de “Joaquim Rezende”, de “Luiz Rezende”. Sim, inclusive o “Joaquim Rezende” também foi... houve processo dele, sobre a morte de “Joaquim Rezende”.

T.B – Que foi ele que mandou matar...

J.S – Assim, que dizem que foi ele que matou pessoalmente.

T.B – Pessoalmente.

J.S – É, exatamente. Porque “Tapera” era município aqui de Pão de Açúcar, e houve um episódio lá que Seu Elísio matou “Joaquim Rezende”. Isso aí eu num (sic) posso... Eu posso dizer que aconteceu...

T.B – “Urum”...

J.S – Porque muita gente viu que tava (sic) presente. Num (sic) foi Seu Elísio mesmo que matou, mas a questão... Ele tava (sic) dentro, né?

T.B – “Aram”...

J.S – Aí tava (sic) Seu Luiz Maia, que era irmão dele, (inaudível) coragem, e outros mataram Joaquim Rezende, que era oposição dele aqui em Pão de Açúcar.

T.B – Oposição.

J.S – A mais forte que tinha.

T.B – Isso aí foi logo no comecinho...

J.S – Era isso que eu tava (sic) me lembrando. Teve esse aí foi processo que ele passou uns tempo (sic) fora, depois veio pra (sic) cá, ficou preso na cadeia de Pão de Açúcar, Seu Elísio.

T.B – Ficou preso aí?

J.S – Foi... Eu nem me lembrava. Ele foi preso, ficou preso aqui como, pelo... (sic) assassinato de Joaquim Rezende.

T.B – Mas ele já era prefeito na época, o Maia?

J.S – Era o prefeito!

T.B – Ele já era prefeito.

J.S – Ele era prefeito.

T.B – E os cara (sic) prenderam ele.

J.S – Joaquim Rezende era delegado. Naquela época o delegado num (sic) era assim não né...
Joaquim Rezende era o delegado.

T.B – “Ram”...

J.S – E esse “Luiz Rezende”, que era filho de Joaquim Rezende, era adversário de Elísio, né?

T.B – “Aram”...

J.S – Na realidade, você vê que ele tinha várias questão (sic) aqui nesse município, pois bem...
Em um dia o coronel Aniceto, que era amigo de Luiz Rezende, passou na porta de Seu Elísio e disparou vários tiros, ameaçando querendo matar... (inaudível). Esse Aniceto, né? Coronel Aniceto. Que foi o Aniceto, foi o que é... pode-se dizer que eliminou Lampião.

T.B – Foi?

J.S – Foi, que teve, teve a, a, a (sic) perseguição de Lampião e o chefe da, da, da, da polícia, da polícia (sic), esqueci o nome, então ele quis abrir da beira do rio, quando foi pra atravessar (sic) do lado do rio pra (sic) pegar Lampião, lá na, na, na região do Sergipe, ali em frente a Piranhas, no, no (sic) “Entre Montes”, por ali, esqueci o nome do lugar que mataram Lampião...

T.B – Angicos...

J.S – “Ram”?

T.B – Angicos...

J.S – Angicos! Pois bem, quando foi pra trevessar (sic) o chefe da polícia abriu, nós num vamo (sic) não, de noite nós leva (sic) a mal. Aí Aniceto, esse que atirou na casa de Seu Elísio, foi ele que disse: “Não, eu vou”.

T.B – Ele era daqui, é? Esse Aniceto.

J.S – Não. Era de Palmares, esses lugares...

T.B – Sei.

J.S – Aí, “eu vou”, esse Aniceto. Ele passou na porta de Elísio Maia e atirou. Agora, um exemplo, pra (sic) você vê porque é que Elísio Maia findou morrendo na cama. Porque queriam matar ele, mas ele tinha as amizade (sic), pelos bem que ele fazia, tá entendendo?

T.B – Tô entendendo (sic).

J.S – Ele morreu na cama. Então, cê vê (sic), aí Aniceto atirou e correu. Chegou na “Santa Cruz”, que é daqui a três quilômetros, se escondeu lá nos mato (sic), mais outro rapaz de Maceió. Aí foi passando um cidadão com o nome de “Zé Pintado” – pra (sic) que eu conto historinha, né? (risada) -, aí o “Zé Pintado” vai passando de lá pra (sic) Pão de Açúcar...

T.B – “Ram”...

J.S – Aí Aniceto se apresentou: “O senhor conhece Luiz Rezende?”. Ele disse: “Conheço”. “Então o senhor diga a ele que eu tô (sic) aqui na “Santa Cruz”, ele mande um carro vim me apanhar aqui”. Ele atirou e correu (inaudível)... Aí, “diga a Luiz Rezende que venha me apanhar aqui”. Aí Zé Pintado: “Perfeitamente”. Quando chegou aqui em vez de dar o recado a Luiz Rezende, deu a Seu Elísio, disse: “Seu Elísio, o homi (sic) que atirou aqui na sua porta mandou um recado por mim pra (sic) dar a Luiz Rezende”. Aí Seu Elísio Mandou chamar Luiz Maia e a turma dele invadiram (sic) a “Santa Quitéria” (?), um tiroteio danado, Aniceto correu de pé por dentro dos mato (sic), passou em “Lagoa de Pedra”, aqueles lugar tudo (sic), todo rasgado... (inaudível) “da peste”; o rapaz que andava mais (sic) ele amanheceu dentro de uma poça d’água, baleado, e assim sucessivamente. Cê (sic) vê que ele tinha intrigas pesadas...

T.B – E tinha influência, né...

J.S – Influência! É...

T.B – Que foi esse cara, ao invés de dedurar ele, já foi avisar pra (sic) ele. “Ói (sic) tem um cara lá que ”...

J.S – Tá vendo, pra (sic) você vê que amizade dele...

T.B – Tinha muita amizade com o pessoal...

J.S – Era grande...

T.B – O pessoal gostava bastante dele.

J.S – Era, o cara que podia (inaudível), tinha que ter cuidado, num (sic) podia tá (sic) conversando besteira, como muitos conversaram aí e se deram mal.

T.B – É.

J.S – Viu?

T.B – Se conversasse besteira, ele mandava matar mesmo...

J.S – Pronto, aí... Ele passou ao ponto de ter que ser valente mesmo...

T.B – “Urum”...

J.S – Porque se não... Como era? “Ram”? Os caras procurava (sic) muito ele. Agora, só tem uma coisa, quando Seu Elísio existia aqui, dizia quando morria um, dizia que foi ele, num (sic) sei o quê; “a gangue de Elísio Maia”. Agora, morria um, quando morria uma pessoa no ano aqui era muito...

T.B – A criminalidade era bem baixinha...

J.S – Todo mundo respeitava.

T.B – Respeitava, né...

J.S - O povo de fora, o, o (sic) bandido de fora, caba sem vergonho (sic), num (sic) andava aqui não, tinha medo de andar de noite aqui, e a cidade era tranquila, o povo dormia nas calçada (sic)...

T.B – Num (sic) tinha crime, num (sic) tinha roubo...

J.S – Num tinha crime, num tinha roubo, num tinha nada! (sic) Foi quando a cidade aqui teve paz. Foi quando Seu Elísio vivia aqui, né, o, o, os adversário (sic) dizem que ele era cheio de pistoleiro, era bandido, era num (sic) sei o quê; mas a cidade a cidade só teve paz quando Seu Elísio predominava. Então, a cidade, podia dormir na calçada, num (sic) tinha problema, hoje Seu Elísio num (sic) existe mais e os pistoleiros, como muita gente diz, né?

T.B – Não existe mais também...

J.S – E o povo morre aqui, toda semana morre gente agora. Toda semana! Morre gente aqui em Pão de Açúcar. Maconheiro e “a peste”, matam gente até de (sic) dentro de casa, dormindo.

T.B – “Urum”...

J.S – Morre gente toda semana aqui.

T.B – Então ele, na época, não botava medo em ninguém não, só era respeitado...

J.S – Era respeitado! Ele num (sic) provocava ninguém e insultava ninguém. Agora, era respeitado, e aqueles que era (sic) adversário, é claro, queriam derrubar, né? Eu posso dizer, sei dizer, é tão provado que eu... Na minha entrevista eu falo bem dele, mas eu também digo uma coisa (inaudível) culpavam ele, né?

T.B – É, “aram”... Pronto, é isso Seu José Roberto, muito obrigado...

J.S – (Risada)...

T.B – Muito obrigado, sua entrevista foi muito boa.

T.B – Sim... Mas porque é que, que (sic) o senhor mudou de lado? Porque o senhor falou que era oposição e aí depois o senhor passou pra o lado dele...

J.S – Foi aquele exemplo que eu disse, que as oposições a Seu Elísio, quando elas num (sic) tinha ne (sic) que se ajeitar, aí corria pra (sic) ele. Eu não corri, porque meu pai era radical contra ele, meu tio “Zuza Ourives” da “Palestina”, e esses meninos da “Tapera” também era meus parente (sic), e os de Meirus, então eu era desse grupo da família, né...

T.B – “Ram”...

J.S – Mais aí depois me acusaram de determinado problema, quiseram me envolver, né? Quiseram me envolver nesse negócio. “João de Mariave” que era meu primo, também, era

muito ligado a Seu Elísio, só era da família da gente, quem era (sic) do lado de Elísio Maia era “João de Mariave”, mas aí... Pegaram a me perseguir, tinha noite que cercavam até minha casa, ficavam arrodando lá no Meirus, minha casa.

T.B – Ameaçava de morte mesmo, o senhor...

J.S – Aí, “João de Mariave” foi quem disse a Seu Elísio. Eu num (sic) ia falar com Seu Elísio, porque eu num (sic) me dava com ele.

T.B – “Aram”... O senhor era oposição...

J.S – Disse: “Seu Elísio, estão querendo acusar “Beto” de umas coisas aí, inclusive até, como ele teja (sic)... tenha beneficiado o seu lado, um negócio aí, e eles estão arrodando, tão (sic) perseguindo Beto, então ele pode até perder a vida com esse negócio, porque estão arrodando a casa dele, então tem problema lá”. Aí, Seu Elísio chegou, mandou me chamar, eu informei os negócio (sic) que tavam (sic) arrodando lá, e Seu Elísio mandou a polícia dormir na minha casa, em Meirus, todas as noites.

T.B – Foi mesmo?

J.S – Foi. A polícia se deslocava de Pão de Açúcar... Ficava sem polícia pra (sic) ir me proteger lá no (sic) Meirus, e então aí eu não tive como negar o apoio a um homem desse, porque se os outros queria (sic) me dar fim e ele me protegeu, eu não podia negar...

T.B – “Urum”...

J.S – Aí eu vi que a realidade era ficar do lado de Seu Elísio, foi por isso que eu passei pra (sic) o lado dele.

T.B – Pra (sic) o lado dele, entendi.

Transcrição da entrevista realizada com Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva em 09 de fevereiro de 2019 na cidade de Pão de Açúcar/AL, com o objetivo de contribuir para a pesquisa do TCC do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão.

T.B – Bom dia. Bom dia, senhor Giuseppe. Para início de conversa, o senhor poderia dizer como é seu nome completo, a idade, de onde o senhor é natural?

G.S – Certo. Giuseppe Gomes Ribeiro da Silva, sou natural aqui de Pão de Açúcar, hoje tenho 63 anos.

T.B – 63 anos. O senhor sempre residiu aqui?

G.S – Sempre. Passei um tempo fora estudando, né? (sic) Morei em Maceió, acho que 25 anos, trabalhando também. Fui pra (sic) Maceió novo, 15 anos, e lá comecei a trabalhar com 18 e fui ficando, ficando, depois em oitenta e nove voltei pra cá (sic). Voltei praqui (sic).

T.B – Unhum. Qual é a profissão do senhor?

G.S – Sou Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

T.B – Tribunal de Justiça, tá (sic).

T.B – E assim, agora voltado pra o objeto de pesquisa que é o próprio Elísio Maia, né (sic). O senhor sabe de onde ele era natural? Ele era daqui mesmo?

G.S – Era natural aqui de Pão de Açúcar, né, do interior de Pão de Açúcar, é... (sic) E viveu aqui a vida toda, nunca saiu daqui para viver em lugar nenhum.

T.B – Unrum. Ele era assim, qual era a origem dele? Era de família rica, família mais humilde?

G.S – Não, não, não. Eu até ontem conversava com um colega sobre isso.

T.B – Rum.

G.S - Dois cidadãos aqui que foram proeminentes aqui (sic) na região: Elísio da Silva Maia e o Maia (?) Amaral, era de Batalha. Né? (sic) Foram dois homens que começaram assim de origem humilde, e terminaram sendo homens que acumularam grandes fortunas.

T.B – Rum, homens poderosos, né?

G.S – É, homens que foram poderosos. O Maia (?) Amaral na, ne, (sic) não ingressou na política, assim pessoalmente, né? (sic) Ele dava apoio a candidatos, a Governador, a Deputados. E seu Elísio entrou na política mais diretamente, sendo inclusive exercido vários mandatos.

T.B – Como prefeito, deputado...

G.S – Como prefeito, deputado...

T.B – Mas a família dele já era desse meio político também?

G.S – Não, não era não. O avô dele foi prefeito daqui.

T.B – Ram.

G.S – O avô dele havia sido prefeito daqui. Seu Janjão Maia.

T.B – Janjão Maia.

G.S – É, havia sido prefeito daqui. Mas ele, assim, (sic) ele começou a família dele não tinha, depois seu Janjão a família dele.. Alguns acontecimentos familiares, né? (sic) Eles afastaram-se da política. Depois seu Elísio foi quem assumiu esse papel.

T,B – Que assumiu, né? Mas antes de ser prefeito ele não tinha sido nenhum outro cargo, ele já conseguiu ser vereador?

G.S – Não.

T.B – O primeiro foi, foi, foi (sic) prefeito mesmo, e depois ele conseguiu ser deputado...

G.S – Foi prefeito. É.

T.B – É... Então, mas assim, como ele conseguir ser, ser (sic) político, a família dele aqui na região tinha uma certa influência? O pessoal... Ele era conhecido, o pai dele?

G.S – Não, não, veja bem, eu desconheço.

T.B – Desconhece essa parte, né?

G.S – Desconheço essa parte aí.

T.B – Pronto.

G.S – Na minha concepção em relação a figura de Elísio Maia, a política começou com ele.

T.B – Com ele... (sic)

G.S – Na minha concepção.

T.B – Tá.

G.S – Aí esses outros fatos que você perguntou a gente teria que fazer um estudo mais aprofundado de biografia. Eu sei que ele teve, não sei se o pai dele chegou a ser político, não lembro. Sei que o avô dele sim, Janjão Maia foi prefeito daqui de Pão de Açúcar.

T.B – É... (sic) assim, como era a relação do senhor com o próprio Elísio Maia? Tanto do senhor, quanto da sua família.

G.S – Olhe, veja bem, é um fato interessante, né... (sic) Aliás, são fatos interessantes. O meu pai sempre combateu a política de Elísio Maia, meu pai sempre foi oposição a política dele. Tinha um grupo aqui de pessoas também que fazia parte desse, desse... mesmo pensamento, dessa mesma corrente. Meu pai, inclusive, chegou, por duas vezes, a enfrentar candidatos indicados por ele, perdendo a eleição.

T.B – Unrum.

G.S – Né, (sic) por poucos votos.

T.B – Era oposição, né. (sic)

G.S – Meu pai era oposição. O meu pai foi vereador daqui quase trinta anos e fazia oposição a ele. Pois bem, Meu pai depois foi vice-prefeito por um oposição política que foi arquitetada pelo então governador Nivaldo Foragi (?). Meu pai se tornou vice-prefeito. Por sugestão do, do... (sic) Pedro Lúcio, Pedro Lúcio Rocha. Pedro Lúcio encontrou comigo na rua, eu nunca pensei assim, em entrar em política, e aí o Pedro Lúcio encontrou comigo e disse: olhe Giuseppe, seu pai está saindo da política e vai ficar esse lugar vago aí, e você tem que assumir essa vaga de vereador. “Pedro, mas eu nunca pensei nisso”. “Não, mas você tem o perfil, gosta de trabalhar com as pessoas, num sei o que, tal” (sic). E terminou me convencendo, mesmo contra a vontade do meu pai eu fui candidato.

T.B – Unrum.

G.S – Quer dizer, me propus ser candidato, né? (sic) E aí houve uma grande composição política, e o candidato a prefeito foi exatamente seu Elísio e eu fazia parte do mesmo grupo político dele, porque o partido que eu fazia parte, que era na época o PFL, aliás o PDS.

T.B – PDS.

G.S – PDS. Se aliou a ele, nessa grande composição. Né (sic), e aí eu não tive como fugir disso, e tive que partir pra (sic) o lado dele pra ser candidato.

T.B – Unrum. Mesmo o seu pai ter sido oposição dele.

G.S – Mesmo meu pai tendo sido oposição anteriormente. Eles se respeitavam, nunca houve nenhum entrave maior.

T.B – Não teve conflito...

G.S – Não, nunca teve conflito. Minha família nunca foi essa de conflito.

T.B – Unrum.

G.S – Né? (sic) E a partir daí, da minha eleição pra (sic) vereador eu fui eleito também no, no primeiro momento presidente da câmara de vereadores e tive que ter um contato com ele mais direto. Então, em função da presidência da câmara, ter algumas demandas com o chefe do poder executivo. Isso é um processo comum, e a partir daí eu comecei a iniciar com ele um processo diferente, que foi um processo de aproximação política e que depois se tornou uma

grande amizade. Né? Ele passou a me respeitar como pessoa, como político e eu também, passei a ver nele é... (sic) um perfil que até então eu não tinha visualizado. O ser humano que se escondia por trás daquela pessoa que todo mundo falava.

T.B – Então o senhor conhece Elísio Maia é... Ser humano, né.. (sic)

G.S – Ser humano.

T.B – Por trás da figura política dele.

G.S – Isso.

T.B – É... (sic) como era o nome do, do o nome do, do, do (sic) pai do senhor?

G.S – Jurandir Gomes.

T.B – Jurandir Gomes, né? (sic)

G.S – É.

T.B – Pronto. É... E assim, é... (sic) enquanto político, Elísio Maia ele atuava, assim era de... de... que forma? (sic) Ele sempre tava (sic) aqui na região, era presente? Ou era um cara ausente? Porque hoje em dia a gente vê, tem muito político, né? (sic) que às vezes se elege fora da cidade, só aparece vez ou outra. Como era, assim, (sic) que ele atuava na região? A gente conseguia ver ele?

G.S – Seu Elísio só saía de Pão de Açúcar quando tinha uma necessidade. Ele gostava de estar aqui. Ele estava presente, quando ele não tava (sic) na sede da cidade aqui...

T.B – Ram...

G.S – Ele tava (sic) na fazenda, fazenda torrões, que se tornava uma extensão do gabinete dele, porque todo mundo poderia ir pra (sic) lá, e ele recebia todo mundo.

T.B – Recebia lá também...

G.S – Né... Ele num (sic) tinha... negócio de gabinete pra (sic) ele era só formalidade. Ele atendia o povo onde ele tivesse. Né? (sic) E não gostava de estar fora daqui. Ele gostava de estar aqui na cidade.

T.B – Aqui na cidade né? (sic)

G.S – É, ele saía porque prefeito tem outros compromissos, governo e essas todas e tal (sic). Mas ele gostava de estar na cidade. Ele era muito presente.

T.B – Unrum, e o que Elísio Maia era para o senhor? Assim, o senhor falou que ele tem o lado político e tem o lado ser humano que o senhor conhecia bem.

G.S – Isso.

T.B – O que ele era para o senhor? O que ele significava?

G.S – Rapaz, ele pra (sic) mim foi uma grande liderança política, né? (sic) E um homem, assim, que eu aprendi a respeitar e a seguir alguns exemplos dele no trato com as pessoas, inclusive. Seu Elísio tinha uma característica marcante. Ele, ele... (sic) se ele soubesse que você era inimigo político dele...

T.B – Rum...

G.S – Né... Ele fazia de tudo pra (sic) lhe atender. Se você tivesse uma necessidade, se você tivesse um pedido, ele fazia de tudo pra (sic) atender primeiro, até primeiro, privilegiava o, os (sic) adversários políticos, vamos dizer assim né? (sic) Como uma forma de trazer essas pessoas pra (sic) lado dele. Então, eu acho que essa característica dele, é... outra coisa, ele num é... (sic) um homem assim... Apesar de ter um patrimônio muito grande, mas ele nunca

se preocupou em ser rico, ele distribuía muita coisa para as pessoas. Era muito difícil a pessoa procurar seu Elísio pra (sic) atender uma necessidade pra (sic) ele dar um não. Né? (sic), eu acho que... eu pelo menos nunca vi ele dar um não a ninguém.

T.B – Só se tivesse fora do...

G.S – Só se tivesse uma coisa completamente impossível, né?

T.B – Unrum. O que era bastante difícil na época pra (sic) ele...

G.S – É, verdade.

T.B – É... e, assim, em seu ponto de, de vista como era essa relação dele com o, com o (sic) próprio povo, né? Era uma relação mais amistosa, mais agressiva, mais violenta, mais protetora?

G.S – Não. Protetora e amistosa.

T.B – E amistosa, nera. (sic)

G.S – Era, seu Elísio tinha muito respeito pelas pessoas, né?

T.B – Unrum.

G.S – Podia ser quem fosse, podia ser rico, podia ser pobre, preto, branco, ele não distinguia ninguém. Ele tinha o respeito muito grande pelas pessoas porque ele dizia assim: eu nasci pobre, hoje tenho que tenho, né? (sic) e muita coisa que eu tenho hoje foi o povo que me deu, então eu tenho que retribuir isso.

T.B – Unrum.

G.S – Ele tinha uma relação amistosa demais com as pessoas. Alguns fatos, né? De violência, de algum tipo de violência, eu nunca presenciei.

T.B - Rum...

G.S – Nunca presenciei, né? Assim, dele determinar que alguém fosse espancado, que alguém fosse morto, que fosse isso, que fosse aquilo, não. A única coisa que eu tenho notícia, não vi partir da boca dele, né? Foi um episódio que teve uma das filhas dele que foi sequestrada em Maceió, no Shopping, e sofreu torturas violentíssimas, e comenta-se, né? Que ele, é, é (sic) determinou algumas retaliações contra aquele pessoal, que fez aquele pessoal, (sic), parece que foram três ou quatro, não me lembro bem.

T.B – Urum.

G.S – Mas são comentários. Eu nunca ouvi isso da boca dele.

T.B – Sei. Então, no geral ele era sempre uma pessoa amistosa, protetora, só que se mexesse com ele...

G.S – Sim.

T.B – Podia acontecer alguma coisa.

G.S – Podia acontecer alguma coisa.

T.B – Entendi.

G.S – Como era normal na política da época.

T.B – Anram.

G.S – Né? (sic) A gente tá falando, hoje, em 2019...

T.B – Sim.

G.S – A política do seu Elísio começou em 1955, o ano que eu nasci...

T.B – Anram.

G.S – Né? (sic) Então a gente não podia esperar um comportamento de um chefe político daquela época, né? Que vinha com aquela política tradicional que fosse nos moldes de hoje, que ainda vê hoje muita coisa, né?

T.B – Unrum.

G.S – Em busca, essa busca pelo poder leva o político a situações que a gente às vezes nem imagina.

T.B - Inclusive, também, até os próprios opositores né? (sic) podiam querer fazer força a ele de forma violenta, e ele... de forma a se proteger...

G.S – Isso! Isso, isso. Teve alguns fatos assim interessantes porque naquela época o, o movimento político de oposição, é... (sic) o Brasil vivia no pluri, é... no bipartidarismo, né?

T.B - Unrum.

G.S – Depois passou pra (sic) o pluripartidarismo e aí aconteciam uns fatos interessantes aqui, por exemplo: os grandes comícios de Pão de Açúcar eram realizados ali no coreto, em frente da Igreja Matriz e fica praticamente em frente a casa dele...

T.B – Unrum...

G.S – E aí essa turma toda que fazia oposição a ele: Renan, é, é... (sic) Eduardo Ribeiro. É, é... (sic) Edbetícia Neli (?), é... (sic) José Costa, deixe eu ver quem mais... Ronaldo Lessa, Heloísa Helena, é esse pessoal vinha pra (sic) Pão de Açúcar e descia o mar nele, e ele fica ali na varanda assistindo.

T.B - Assistindo.

G.S – Sem nenhum problema.

T.B – Anram.

G.S – Tá (sic) entendendo?

T.B – Tô (sic) entendendo.

G.S – Tem até um fato narrador num livro, eu não sei quem... agora não me lembro agora (sic) quem é o autor, que um desses políticos daí fala o seguinte que durante um desses comícios desabou um temporal, né? E eles estavam procurando abrigo e tal, e entraram em uma casa sem saber de quem era, procurando abrigo e depois foram ver que tavam (sic) na casa de Elísio Maia, e ele recebeu todo mundo.

T.B – E ele recebeu...

G.S – Né? (sic) providenciou café, providenciou tudo e tal, aí os caras ficaram assim... estupefatos, né? (sic)

T.B – Unrum.

G.S – Porque a casa dele tinha duas saídas, tinha a principal pela, pela (sic) avenida e tinha outra que dá pra (inaudível) da rua Brandão, e os caras entraram justamente na garagem da casa dele. (Risos)

T.B – (Risos) E, assim, em relação a criminalidade na época, era comum ter crime?

G.S – Era.

T.B – Era?

G.S – Era, era.

T.B – Ram, mas assim... por parte dele não, era por parte de outros?

G.S – Olhe, veja bem, é como eu disse a você, eu nunca ouvi dele, né? Uma ordem nesse sentido, uma conversa nesse sentido, nunca ouvi. Os comentários que haviam aqui em Pão de Açúcar era que alguns tentavam mata-lo e ele tentava matar alguns, né? Alguns crimes foram cometidos em função disso. A fama dele se espalhou também em função disso, né? Mas eu nunca ouvi, eu pessoalmente, nunca ouvi da boca dele uma determinação, ou um comentário nesse sentido: “ah, tem que matar fulano”. Nunca ouvi, eu nunca ouvi.

T.B – Urum. Entendi. É... (sic) então ele era um, um (sic) político que ajudava o povo como o senhor falou, mas ele ajudava de que forma, assim, mais especificamente? Ele ajudava com recursos, é... (sic) sei lá, talvez algum emprego público...

G.S – Veja bem. Aqui em Pão de Açúcar, é... (sic) tem “N” pessoas que são funcionárias do Estado, pessoas que são funcionárias de repartições públicas federais, em diversos setores. Né? (sic) naquela época os concursos públicos eram raríssimos...

T.B – Urum.

G.S – Mas eu acredito que boa parte da população de Pão de Açúcar foi empregada por ele. Seu Elísio era um homem assim, ele tinha poder, ele tinha consciência do poder que tinha, poder político, e ele usava esse poder, né? (sic) Pra você ter uma ideia, na época eram, se não me engano sete desembargadores aqui em Alagoas e cinco dos desembargadores do Estado de Alagoas tinham sido nomeados por influência direta dele, né? (sic) Então ele tinha esse poder, tinha conhecimento desse poder, ele usava desse poder. Ele não aceitava um “não” como resposta pra (sic) quando ele via uma pessoa em, em, em (sic) situação complicada. Por exemplo, junto ao governo do Estado, um servidor que era demitido, que era transferido ele, imediatamente, ia pra (sic) Maceió ia à palácio e só saía de lá com uma resposta positiva. Ele não era homem de, de, de (sic) chegar aqui e dizer: “não, o governador não atendeu”, de jeito nenhum. Ele só voltava quando ele tava com a solução na mão.

T.B - Urum.

G.S – Então, muitas famílias aqui em Pão de Açúcar foram, foram (sic) beneficiadas por ele, por empregos trazidos por ele, junto ao governo do Estado, junto ao governo federal, são muitos, muitos, muitos (sic) casos.

T.B - Aram.

G.S – Eu, um dia desses conversando com um dos filhos dele, com o Hermes, e eu disse assim: “Hermes, do jeito que a situação política está hoje no, no (sic) Brasil, né? Com toda essa, essa (sic), esse processo investigatório em cima do, do, dos (sic) políticos, como seria seu pai hoje prefeito?” Aí Hermes deu uma risada e disse: “Com três meses ele seria preso porque naquela época não tinha essa, essa (sic) questão dessas contas específicas de projetos que as prefeituras hoje administram, né? (sic) Os estados administram, e seu Elísio pegava o dinheiro do mercado, do supermercado que ele tinha, dava ao povo, pegava dinheiro da Educação, gastava na Saúde, pegava da Saúde, gastava no transporte...

T.B – Sei.

G.S – Ele fazia a máquina funcionar, né? (sic) Com essa inteligência, com essa visão política que ele tinha e a coisa funcionava, só que hoje não seria possível, né? (sic)

T.B – Urum.

G.S – Se administrar uma cidade da forma como ele administrava, mas as coisas funcionavam, e ele conseguia fazer obras, inclusive algumas, alguns marcos aqui em Pão de Açúcar, uma cidade que hoje está defasada, né? Nessa, nessa (sic) questão urbanística, vamos dizer assim, e alguns traços de urbanismo você ainda hoje vê na cidade, foram deixados por ele.

T.B – Então na época dele Pão de Açúcar teve um grande crescimento...

G.S – Teve!

T.B – Urbano.

G.S – Urbano.

T.B – Teve, né? (sic) na questão da saúde, educação...

G.S – Ele era, ele era (sic) muito preocupado com isso.

T.B – Era muito preocupado, nera? (sic)

G.S – Era, muito preocupado com isso.

T.B – É... E o senhor tem conhecimento de algum, é porque o senhor mesmo já, já (sic) falou, mas não sei se o senhor já ouviu falar, se tem algum conhecimento sobre algum processo judicial que foi movido contra ele na época? Sobre alguma coisa...

G.S – Tenho, tenho sim.

T.B – O senhor poderia comentar como foi esse episódio?

G.S – Inclusive quando aconteceu aquela chacina, a famosa chacina de Tapera, né? (sic) Ele foi indiciado nesse processo, porque o, as (sic) pessoas que foram vítimas eram adversárias políticas lá em São José da Tapera, um município onde tinha também grande influência política. E lembro bem que num (sic) dia de Segunda-Feira, eu ainda era presidente da câmara, e um dia de Segunda-Feira ele mandou me chamar no gabinete e me disse assim, ele me chamava de “menino”, às vezes esquecia meu nome e me chamava de “menino”, filho de Jurandir, o menino de Jurandir, ô menino de Jurandir, e mandou me chamar lá na câmara, na, no (sic) gabinete, eu fui lá e ele disse “ói (sic)”, as sessões da câmara naquela época eram Segunda-Feira à noite, “hoje vai ter sessão da câmara e eu quero que você leve esse requerimento pra (sic) ser lido, eu vou me afastar, né? Do, do, do (sic) cargo de prefeito porque eu vou ser preso temporariamente, em uma prisão pre, em função desse negócio, desse crime de Tapera que tão (sic) me acusando. A câmara aprovou e dias depois ele, ele (sic) realmente passou uns dias recolhido, sessenta dias se não me engano, recolhido (sic), o vice-prefeito assumiu, mas depois nunca se provou que ele tivesse esse tipo de envolvimento...

T.B – Urum.

G.S – Né? (sic) E é um dos casos aí sem solução, ninguém nunca...

T.B – Ele foi absolvido, então, no caso, né? (sic)

G.S – É.

T.B – Depois que passou um tempo foi absolvido.

G.S – É.

T.B – Pronto, seu Giuseppe, no mais, eu acho que é isso, é... respondeu todas as questões que eu vinha pra (sic) perguntar ao senhor, agradeço, né? (sic) o senhor pela receptividade e muito obrigado, e é isso.

OBS: Após o fim da entrevista, o entrevistado continuou falando mais sobre o objeto de estudo, e mais alguns minutos de entrevista foram aproveitados e serão, também, transcritos abaixo. Um outro morador da cidade de Pão de Açúcar, um terceiro indivíduo, também participou desse momento, tendo em vista que o momento havia se tornado um encontro mais informal, cuja identificação se dará por I.A (indivíduo anônimo).

G.S – Nunca vi ele se referir a, a, a (sic) ninguém assim pra (sic) dizer vou mandar matar aquele cara, vou mandar dar uma pisa, nunca, nunca ouvi. Eu tive um tio aqui que foi assassinado, ali na frente do posto de gasolina (inaudível), sexta-feira, e ele não estava aqui na cidade no dia desse (inaudível), aí na Segunda-Feira eu tava (sic) ali, na frente ali da loja onde era... (sic) de frente a prefeitura e vi um carro parado na porta lá de casa. Quando cheguei em casa tava (sic) lá o carro na frente, tava (sic) com os faróis acesos. Aí eu fui lá ver, quando cheguei lá era a caminhote (sic) dele, ele tava (sic) conversando com minha mãe, aí eu disse: “eu vim aqui falar com você, tinha até mandado um menino te procurar aí na rua”, aí eu digo: “eu tava (sic) lá na frente da prefeitura”. Aí ele disse: (inaudível) “deixe eu ter uma conversa particular com ele aqui”. Aí a gente sentou, aí ele disse: “ói (sic), eu soube o que aconteceu com seu tio, soube, mandei apurar, já tô sabendo até quem foi, quem mandou e quem fez. Você anda armado? Aí eu disse: “Nunca andei”. Ele disse: “faz bem, agora eu vim aqui lhe dizer uma coisa, se você quiser eu mando pegar o caba (sic), todos os dois, o que mandou e o que fez, boto ele na fazenda, num canto que tem lá e você vai lá, e você é quem vai matar eles dois, agora vou lhe dizer uma coisa, se lembre disso, sua família é pequena, só tem você de homem e seu sobrinho que tá (sic) estudando direito, que era Durval, né? Se você matar esses dois camaradas você vai perder o seu sossego pro (sic) resto da vida, e aí você vai ter que pegar o seu dinheiro, que você tem e você vai vender tudo que você tem pra (sic) andar com o pistoleiro de lado, e no dia que você não tiver dinheiro pra (sic) pagar os pistoleiros eles passam pra (sic) o outro lado e te matam. Eu disse: “Não, seu Elísio, isso nunca me passou pela cabeça não”. Ele disse: “tô (sic) fazendo isso porque eu gosto de você, gosto de sua tia, gosto de sua mãe, seu pai era meu adversário político, mas a gente se respeitava e eu não posso admitir que aconteça uma coisa dessa com a família que é amiga minha sem que eu tome uma providência. Eu já sei quem foi que fez e já sei quem mandou”.

T.B – No caso, ele também tinha os pistoleiros dele, né? (sic)

G.S – Tinha. Uma vez eu perguntei a ele assim: “Seu Elísio, porque tem as festas e o senhor não vai? O senhor faz as festas, pagas as festas e não vai?” Ele disse: “Meu filho, eu não posso andar em festa, diante da situação que eu vivo, que eu tenho que andar com esses cabas (sic) do meu lado, num (sic) fica bem eu tá (sic) numa festa, ir pa (sic) uma festa com minha mulher, sentar numa mesa do baile e ter dois pistoleiros sentado (sic) na mesa do lado, num (sic) fica bem, porque se por coincidência...” Veja bem, repare a visão que ele tinha, “se por coincidência por (tosse), por uma coisa ou outra passa um menino desse aí, um adversário desse meu aí, dá uma topada ali, cai por cima de mim com um copo na mão, alguma coisa, o pistoleiro num (sic) quer saber nem o que é, vai atirar, ói (sic) a bagaceira feita numa festa. Esses homi (sic) tem raciocínio? Num (sic) tem, esses homens são bruto (sic). Então eu não vou, eu não vou, eu prefiro num (sic) ir, prefiro ficar recluso, no meu canto, eu num (sic) vou, se é pra (sic) colocar a sociedade em risco, eu não vou. Quer dizer, veja o pensamento que ele

tinha, né? (sic) E eu sou obrigado andar com esse povo, sou obrigado, porque eu vivo ameaçado de morte. Agora, tinha uma coisa, se ele desse a palavra a você (falou enquanto batia na mesa), podia chover canivete, ele não queria nem saber, ele passava por cima de tudo. Quando ele foi deputado, depois ele foi cassado, ele (sic), o governador era Muniz Falcão...

T.B – Ele foi cassado porque?

G.S – Aquele negócio da, da, da, do (sic) ato institucional número cinco.

T.B – Ah, do AI-5, né?

G.S – É, o AI-5. Ele era muito amigo de Lamenha Filho, que era deputado também, e era amigo do governador que era Muniz Falcão. E Muniz Falcão era inimigo político de Lamenha. E Seu Elísio soube que, que (sic) o governador ia mandar matar Lamenha. Lamenha ele num (sic) morava em Maceió, ele morava num engenho, Engenho Corona (?) se eu não me engano, lá em São Luiz do Quitunda (?), aí Seu Elísio também não disse nada a Lamenha, foi lá no palácio e disse: “ói, Muniz, tô sabendo assim, assim, assim e assim, que você quer mandar matar Lamenha, só que tem uma coisa, a partir de hoje, se você mandar os pistoleiros que você tem atirar em Lamenha, vão me matar também, porque agora todo dia eu vou levar Lamenha lá no Engenho e vou buscar, todo dia”. E ele, terminava a sessão da assembleia, terminava de resolver as coisas direito, pegava Lamenha lá no carro dele e levava no Engenho. De manhãzinha ia buscar (Risos).

T.B – Naquele tempo tinha muito aquele negócio: palavra de homem, né? Tem que honrar.

G.S – É. Por isso, aí depois, quando a eleição pra (sic) governador era indireta, né? Muniz morreu, e aí o candidato natural seria esse João de Adálio que era daqui de Pão de Açúcar, filho de seu coisinha (?) ali, né? Só que deram um golpe em Sigimundo (?), por isso Sigimundo(?) saiu da política. Sigimundo (?) era deputado federal com várias legislaturas e queria ser governador, e ficou tudo certo pra (sic) ele ser o governador por via indireta, e Sigimundo foi dormir governador, no outro dia, quando acordou, o governador era Lamenha, deram um golpe em Sigimundo. Talvez até Seu Elísio tenha participado disso porque ele era inimigo político dos Andrade, né? Inimigo não, era adversário político. Eles nunca tiveram problema não, mas era um fazendo política pra (sic) um lado e o outro pra (sic) o outro. E aí Lamenha dizia a todo mundo: “eu sou governador de Alagoas, agora o governador do sertão é Elísio Maia”, porque ele tinha essa dívida com ele.

T.B – Hum.

G.S – Né? Lamenha sabia disso. Seu Elísio disse a ele: “Assim, assim, assim... Quem vai te levar em casa agora todo dia sou eu”, e ia. Isso durou uns seis meses até Muniz morrer, ele morreu doente, mas enquanto Muniz era vivo Seu Elísio ia levar ele em casa, todo dia. Então ele era um cara assim, ele era disposto e, como eu disse, ele usava o poder que ele tinha, sabe? Ele num (sic) era de mandar recado pra (sic) governador não. Tivesse problema com você e você pedisse socorro dele, ele pegava o carro agora aqui: “bora pra (sic) Maceió”, e ia pra (sic) Maceió, podia ser sábado, domingo, feriado, de noite, meia-noite, uma hora da manhã, ele batia no palácio: diga que Elísio Maia quer falar com o governador”, “mas ele tá (sic) dormindo”, “não, quando ele foi pedir voto lá em casa também eu tava dormindo e me acordei, chame ele” (Risos). Entendeu? Ele era assim, ele tinha poder, ele usava o poder pra favorecer as pessoas, ele num (sic) queria saber não.

T.B – Os políticos também quando ganhavam era muito por influência dele, né? Quando ele era governador, ô (sic), deputado...

G.S – Sim, não, mesmo antes, mesmo quando ele foi cassado e ficou sem mandato, ficou inelegível, os vários prefeitos daqui, inclusive dois que derrotaram meu pai em eleições, dois que derrotaram meu pai em duas eleições eram apoiados por ele. Ele não podia se eleger, mas ele indicava alguém, meu candidato é Marquinho e pronto, tinha esse negócio não. Agora, é como eu disse a você, é uma prática política que hoje talvez não mais...

I.A – Ele mesmo teve quantos mandatos?

G.S – De prefeito? Três.

I.A – E Deputado?

G.S – Deputado, dois.

T.B – Foram cinco, não?

G.S – Cinco!

I.A – Cinco mandatos. Ele era mais deputado do que prefeito.

G.S – É.

I.A – Ele foi cinco vezes?

G.S – Foi quatro vezes na época dos anos 60 pra (sic) lá... Porque assim, ele era o prefeito daqui, quando houve o tiro (sic) de Joaquim Rezende, que é tio de Cacalo, né?

T.B – Foi o de Tapera.

G.S – Sim, aquele (sic) que houve lá em Tapera, que foi também gerado por fuxico, né? Uma vez ele me contou essa história e ele era, ele era Prefeito e Joaquim Rezende, ele era... delegado, e queria ser Prefeito, ou ele era delegado e Joaquim era Prefeito, não lembro, eu sei que havia essa relação deles dois aí, de poder.

T.B - Joaquim aqui na época ele era delegado daqui da região.

G.S – Né? Da Região.

T.B – Arnon de Melo tinha colocado ele como delegado da região.

G.S – Né? Pronto, e Arnon de Melo era inimigo de Seu Elísio.

T.B – Era inimigo dele, é.

G.S – Aí, já colocou é, é (sic) Joaquim Rezende como delegado pra (sic) afrontar Seu Elísio, né? Aí, as entregas de títulos era feita (sic) pelos políticos, político era quem entregava o título ao eleitor, sabe? O cartório fazia, chamava os prefeitos, o prefeito era quem entregava. E aí disseram a Seu Elísio que, no Sábado, que era o dia da feira ali em Tapera, ainda é hoje, né? Disseram que, a Seu Elísio, Joaquim Rezende havia comentado na rua que se Seu Elísio fosse lá entregar os títulos, ia morrer lá, que não ia admitir que Seu Elísio entregasse os títulos de Eleitor, e Seu Elísio foi, e chegou primeiro que Joaquim, ele tava (sic) lá na mesa entregando os títulos, na porta do cartório e quando Joaquim Rezende desceu do, do (sic) Jipe da Polícia, naquele tempo todo mundo, praticamente todo mundo usava palitó, né? Aí quando Joaquim Rezende desceu do, do Jipe, foi ajeitar a camisa, ou foi a calça, eu não sei, e o seu Antônio Maia entendeu o recado que ele ia puxar a arma pra (sic) atirar em Seu Elísio, aí atirou nele, aí ele se foragiu, passou uns tempos morando em Goiás, renunciou aqui o mandato e foi embora.

I.A – Ele era o que aqui?

G.S – Prefeito.

I.A – Não, o que atirou.

G.S – Nada, era irmão dele.

I.A – Irmão. Mas num tinha, não era politico não?

G.S – Não.

T.B – Como é o nome do Irmão dele?

G.S – Antônio Maia.

T.B – Antônio Maia. Num (sic) era João Maia não?

G.S – Não, era Antônio Maia. Seu Antônio eu conversava muito com ele, gostava muito dele, conversava muito com ele, mas ele nunca me contou essa história. Seu Elísio é que uma vez me contou, mas ele nunca me contou não.

T.B – Aram.

G.S – Antônio Maia nunca me contou não.

T.B – Elísio Morreu em dois mil e pouquinho num (sic) foi?

G.S – Foi. Não, dois mil não, acho que foi antes. Elísio Morreu em noventa e seis, noventa e oito, por aí.

I.A – Ele passou até no fantástico num (sic) foi?

G.S – Foi.

T.B – Morreu na cama num (sic) foi? Ninguém foi matar ele...

G.S – Foi. Não, não.

T.B – É.

G.S – Hoje, hoje, veja bem é, é...

I.A – Ele morreu de quê?

G.S – Seu Elísio? De velhice mesmo.

I.A – Quantos anos?

G.S – Ninguém sabe.

I.A – Oxente (sic).

G.S – Eu perguntava a idade dele, toda vez ele dizia que tinha 76, mas eu dizia: “Seu Elísio, eu te pego já” (Risos)

T.B – (Risos)

G.S – Daqui a uns dias eu tô (sic) igual ao senhor (Risos)

T.B – (Risos)

I.A – (Risos)

G.S – Ele nunca passava disso, 74 por aí... E tem alguns fatos interessantes assim que eu, que eu (sic) vivi com ele e sem ele. Teve um amigo nosso aqui, que trabalhava no Banco do Brasil, Wilson Lucena (?), Wilson trabalhava aqui no Banco do Brasil, Wilson era de Penedo, e fez muita amizade aqui em Pão de Açúcar e tal, (inaudível) inclusive alguns clubes de serviços pra (sic) atender assim a comunidade, e Wilson foi casar lá em Penedo, e aí a gente juntou a turma toda aqui pra (sic) ir pra (sic) Penedo. Naquele tempo num (sic) tinha essas van (sic), ninguém tinha carro grande, ninguém nem tinha nada, aí a prefeitura tinha uma veraneio...

T.B – Posso continuar gravando né?

G.S – Pode. A gente tá (sic) conversando aqui coisas que realmente aconteceram.

T.B – Urum.

G.S – Aí nós juntamos a turma e fomos pra (sic) Penedo, pedimos aquela veraneio a ele e ele deu, e eu fui dirigindo a veraneio, aí quando chegamos ali no entroncamento de São Sebastião, que tem um posto da polícia rodoviária federal agora ali assim, tinha um pessoal da polícia rodoviária que pediu pra (sic) gente encostar a veraneio. Encostei, “cadê a habilitação, documento do carro?” Falei: “Rapaz, tem não”. O cara foi lá pra (sic) trás, “rapaz, não tem nem placa esse carro?”, “Tem não”, “de onde é esse carro?”, “da prefeitura de pão de açúcar”, ah, vamos lá pra (sic) o posto policial, aí posto rodoviário, né? A gente voltou pro (sic) posto e ele foi lá pra (sic) dentro conversar com, não sei se era superior dele, acho que era o cara que tava (sic) chefiando ali aquela, aquele (sic) plantão, e aí o cara veio, né? Aí: “Bom dia”, “bom dia”, “Rapaz, vocês estão vindo de onde?”, aí eu: “Rapaz, a gente tá (sic) vindo do casamento de, de (sic) um amigo nosso em Penedo e foi o único carro que tinha lá disponível da prefeitura e o prefeito deu pra gente vim, né? A gente num (sic) se atinou pra (sic) esse negócio de documento, nem placa de carro, a gente queria fazer a viagem pra ir pra (sic) o casamento”. “E esse carro da prefeitura é de onde?”, “Rapaz, é da prefeitura de Pão de Açúcar”. “Rapaz, da prefeitura de Pão de Açúcar?”, aí eu digo: “É”. “Quem é o prefeito de lá?”, eu digo: “Elísio Maia”. Aí o caba virou-se assim um pra (sic) o outro: “Rapaz, ói, deixe os meninos irem pra (sic) Penedo e amanhã, quando a gente sair do Plantão, me lembre de avisar aos outros que vão ficar aqui pra (sic) não prender esse carro, porque eu devo um favor tão grande a Seu Elísio que ele nem sabe mais, mas eu devo esse favor a ele, vou prender esse carro não, pode ir”. (Risos) Então ele tinha esse, esse, essa coisa espalhada, né? E às vezes ele fazia favor a pessoas que ele nem sabia quem era, a pessoa vinha de outro lugares pedir favor a ele e tal, e ele, na medida do possível ele dava mesmo, se esforçava muito pra (sic) cumprir o que ele prometia. Era uma pessoa assim, era (sic), eu convivi com ele nessa fase.

T.B – Urum.

G.S – Nessa fase. Tive com ele uma fase muito boa, assim, foi uma pessoa que me ensinou muito, né? A ver essa, essa relação assim com as pessoas, e eu passei a ter por ele um

respeito que eu não tinha, porque as histórias que me chegavam antes de eu ter essa relação política e depois de amizade com ele eram histórias ruins, só se falava dele do mal, do ruim, né? Meu pai não, meu pai nunca falou isso, meu sempre respeitou a, a, a, o (sic) modo dele de ser, né? Eram adversários político (sic), mas papai nunca foi disso. E teve outra história interessante, essa é cômica, né? Quando houve esse episódio lá de São José da Tapera e uma repórter da, da (sic) TV Globo veio fazer uma matéria com ele aí, nos Torrões. Gravar a matéria, né? Pra (sic) passar no fantástico. Não me lembro se foi essa Sandra Passarinha, uma dessas repórter (sic) famosa da globo, e aí no domingo ficou aquela expectativa de todo mundo assistir essa, essa (sic) matéria do fantástico, meu pai tava (sic) doente, em casa, papai tinha problema de cirrose hepática, sem beber, quero ater deixar registrado que ele não bebia, foi provocado por (inaudível), meu pai tava (sic) em casa, aí doutor Átila, que era o juiz de direito daqui, foi lá visitar papai, no domingo a noite, depois da missa, né? Foi lá em casa e tal. E a gente ficou conversando lá na sala, aguardando a matéria do fantástico, e dedeu, meu sobrinho, que não sei se você conhece, dedeu era pequeno, tinha seus cinco anos, por aí, morava em frente a casa de doutor Átila e tinha uma certa intimidade com ele, porque brincava muito com os filhos dele lá e tal, tinha uma certa amizade com ele também. E aí conversa, conversa (sic), de vez em quando dá aquele branco, né? Fica todo mundo calado. Aí dedeu disse assim: “Doutor Átila, posso te fazer uma pergunta?”, aí doutor Átila: “pode, pode fazer”. Ele disse: “É verdade que Seu Elísio vai preso?” Aí doutor Átila disse: Ói, dedeu, quem vai dizer isso não sou eu, quem vai dizer é a lei, se a lei determinar que ele tem que ser preso, ele vai ser preso, eu tenho que determinar que ele seja preso, mas você tá (sic) perguntando isso porquê? Você é um menino tão pequeno e tá (sic) me perguntando isso”. Ele disse: “Não, porque o povo na rua tá dizendo que o senhor não tem coragem de prender ele não” (Risos).

T.B – (Risos).

I.A – (Risos).

G.S – Pense o clima que ficou dentro de casa, né? Porque, claro que, pra (sic) ele que era juiz de direito, que era a autoridade maior do município ele deve ter entendido que a gente é que tinha comentado isso dentro de casa, só que a gente nunca comentou, né? A gente num, num (sic) falava nem nesses assunto (sic). Mas, você imagine o clima que ficou dentro de casa depois de uma coisa dessa (Risos).

T.B – E ele, ele (sic) se incomodava de ser chamado de coronel?

G.S – Ele não gostava.

T.B – Não gostava, né.

G.S – Inclusive, no dia dessa entrevista eu estava lá do lado e a menina fazendo a entrevista: “Você é o último coronel?”, ele disse: “Não, não me chame disso que eu não gosto, eu não sou coronel, eu nunca fui polícia, nem comprei patente, eu não sou coronel, eu sou amigo do

povo, eu gosto do povo, eu não sou, não sou (sic) coronel, sou político, sou uma autoridade e quero respeitar e ser respeitado como autoridade política que eu sou, agora coronel eu não sou não”. Ele não gostava não desse, desse (sic)...

T.B – Não gostava não, né?

G.S – Gostava não. Aí tem algumas histórias dele assim, sabe? Eu vivi muitas histórias dele nesse aspecto assim, ele gostava de ser respeitado, gostava, claro. Naquele tempo o homem, como ele dizia: “o homem veste calças compridas tem que ser respeitado”, né? Mas eu nunca vi assim cenas de, de (sic) violência dele de, de (sic)... Não, nunca vi não. Vi, às vezes, ele com raiva, né? Por conta dessas coisas de, de (sic) conversa, fuxico, disso, daquilo outro, mas cenas de violência da parte dele nunca vi não.

T.B – Ele tinha muitas terras na época?

G.S – Tinha. Tinha a fazenda Torrões que era das grandes fazendas aqui do interior e tinha outra aqui no Buqueirão, né? Aqui nas margens do rio.

T.B – Tinha duas fazendas ele...

G.S – Era, duas fazendas grandes.

T.B – Por aí devia ter mais alguma coisa, né? No Estado.

G.S – Não, fora daqui não. Tinha uma casa em Maceió que era normal, mas depois essa casa ele vendeu e terminou comprando até um apartamento, mas ele nunca foi um homem assim de ostentar muitos bens, muita coisa. Tinha uma fábrica de algodão (tosse), uma indústria de beneficiamento de algodão aqui, que depois terminou fechando, que o algodão infelizmente desapareceu da região, né, e as fábricas de algodão, aqui tinham três funcionando na época, eu alcancei todas as três fábricas funcionando e terminaram fechando, porque não tinha mais algodão pra (sic) produzir nada. E uma das fábricas das grandes, das maiores que tinha aqui, era dele. Mas Seu Elísio nunca foi assim um preocupado em ostentar essas coisas, se vestia de modo simples, nunca procurou ostentar riqueza, nem essas coisas não.

T.B – Urum. E os filhos dele seguiram carreira política também? Algum deles...

G.S – Seguiram, todos os dois, né? Dois.

T.B – Ele teve Hermes e...

G.S – Elísio Sávio. Homem, né? E umas quatro ou cinco mulheres.

T.B – Nenhuma seguiu carreira política, né?

G.S – Não, as mulheres não, só os homens. Seu Elísio Sávio foi prefeito aqui, foi deputado, né? E Hermes foi prefeito acho que umas duas vezes ou três em São José da Tapera.

T.B – Tapera, né?

G.S – É.

I.A – Hermes foi deputado?

G.S – Han? Não.

T.B – Só Sávio, né?

G.S – Ele foi prefeito, Elísio Sávio é que foi, foi (sic) deputado.

Transcrição da entrevista realizada com Pedro Lúcio Rocha em 29 de junho de 2019 na cidade de Pão de Açúcar/AL, com o objetivo de contribuir para a pesquisa do TCC do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão.

T.B – Boa tarde, seu Pedro Lúcio. É... Pra (sic) início de conversa o senhor podia falar pra (sic) mim qual é o seu nome completo, a idade e de onde o senhor é natural?

P.R – Mas fale mais alto um pouco que eu tenho um problema de audição.

T.B – O senhor poderia falar qual é o seu nome completo, a sua idade e de onde o senhor é natural?

P.R – Sim, a minha idade é oitenta e um anos e eu sou natural de Pão de Açúcar.

T.B – Daqui mesmo né... E qual o nome do senhor completo?

P.R – Pedro Lúcio Rocha.

T.B – E assim, então, voltado já pra (sic) o meu objeto de estudo, né? Que é sobre Elísio Maia. É... antes dele entrar na política, o senhor sabe como ele era antes, como ele conseguiu ser político?

P.R – Olha, é... Como ele era antes, segundo pessoal da (inaudível), o pessoa que era mais velho que eu, antes ele era vaqueiro, era agricultor, era bom de farra e namorador. (Risos)

T.B – (Risos)

T.B - Mas o senhor sabe como ele conseguiu ser político?

P.R – Olha, essa é uma história que eu conheci de perto. É... a mãe dele me contava, isso era a mãe dele, que ele era muito farrista e gostava muito de festa, gostava de muita zuada (sic), andava com muita gente violenta, aquele negócio. E um certo dia, ela, a mãe dele, procurou Augusto Machado que era político aqui e tinha (inaudível), e disse a ele ó (sic): “queria que você desse um jeito que Elísio tá muito perverso, arruma confusão”, aí Augusto Machado disse “ói Maroquinha eu, eu (sic) tenho um jeito pra (sic) ele. Eu vou botar ele pra ser delegado de polícia”, aí ela disse: “Delegado de polícia?”, “Sim.” “E ele conhece disso?”, aí ele falou: “Deixe, deixe que eu cuido dele”. Aí chamou ele. Augusto Machado convidou ele e disse: “Elísio, você vai ser delegado de polícia”. Ele disse: “Eu? Mas como que eu vou ser delegado de polícia?” Porque ele era um cara que criava muitos problemas. Ele brigava que só

o troço, né? Aí o Augusto Machado foi e convidou ele, indicou o nome dele, foi nomeado, ele muito jovem, aí quando ele foi nomeado aí o governador disse óia (sic): “Quem vai passar as ordens pra (sic) o senhor é Augusto Machado, seu governador é ele”. Ele quando chegou em Augusto Machado, disse óia (sic): “Você agora é o delegado, tem um bocado de pessoa (sic) confusão mais você, mas de agora por diante você é o delegado e vai acabar com essa zuada (sic), não quero mais confusão e você vai trabalhar desarmado, não quero você como delegado armado.” Ele baixou a cabeça, foi embora. Aí quando ele começou a trabalhar, aí o pessoal que criava confusão era os próprios colegas dele, né? Aí todo mundo ficou meio receoso, aí quando havia confusão ele chamava as pessoas e dizia: “óia (sic), você tá fazendo confusão, se você repetir eu mando lhe prender”, aí quando o cara repetia ele chamava o cara e “ói, vá lá no quartel é... e se entregue e fique preso lá até quando eu mandar soltar”, e o caba (sic) ia, não precisava polícia, e com essa imagem que foi fazendo, é... não praticava violência com a população e (inaudível) religiosamente. Aí com isso ele foi criando prestígio, foi crescendo no centro da sociedade e quando terminou o mandato de delegado, ele já era um cara completamente transformado, deixou de fazer baderna, passou a ser um cara respeitado, aí quando ele deixou de ser delegado, aí o Augusto Machado botou ele pra (sic) ser candidato a vereador. Ele foi vereador e como vereador ele era o cara mais votado na época e daí ele começou a... Era um cara que fazia favor, ajudava a população e se tornou um cara descente e foi criando um nome, era um cara respeitador e, quando havia problema, era um cara forte, ele ia em cima, resolvia o problema de qualquer forma, e aí dentro dessa caminhada ele se tornou um cara extremamente respeitado, aí botou um tio dele pra (sic) ser... Ele era, aí foi vereador e era presidente da câmara, e o tio dele, se chamava João Maia, foi candidato a prefeito, um véio (sic) broco (sic), não sabia de porcaria nenhuma, mas o povo elegeu o véio (sic) por causa dele, depois o véio (sic) morreu, quando o véio morreu, ele era o presidente da câmara, aí tinha que ter eleição, aí ninguém quis, aí ele teve que terminar o mandato do, do (sic) tio. Até aí um cara bom. Aí dessa forma ele fez uma gestão razoável e começou trabalhando bem. Começou trabalhando no comércio, é... comprando e vendendo algodão, arroz, essa coisa toda. Em seguida, veio um colega, um cidadão, de Gararu, trabalhar com ele no comércio e desse trabalho que ele tava (sic) é... chegou, veio a disputa de governador e dessa disputa de governo do Estado, o candidato dele perdeu que era Silvestre (?) Peres, ganhou a eleição Arnon de Melo que era pai do, hoje senador, Fernando Collor. Aí quando Arnon de Melo ganhou a eleição, aí chamou ele pra (sic) deixar o partido, Silvestre (?) Peres, e ficar no partido de Arnon de Melo, ele não aceitou porque ele era do partido de Augusto Machado que tinha botado ele na política, não aceitou. E Arnon de Melo era aquele cara meio, meio (sic) intransigente, aí exigiu que ele botasse um nome, aí ele também não quis indicar nome, aí o governador chamou o colega dele, Joaquim Rezende, e disse: “ói (sic) a partir de agora quem vai mandar em Pão de Açúcar é você, o prefeito vai mandar mais em nada”, porque naquele tempo era assim.

T.B – Urum.

P.R – Quando o cara perdia a eleição de governador, é quem mandava era a pessoa, o governador (sic), e nessa conversa o Joaquim ficou (inaudível), começou a se exhibir, aí veio aquela fuxicada que aqui o pessoal (?) não gostou, e com essa fuxicada um certo dia, período

de eleição, lá em São José da Tapera é... Avisaram a ele, Elísio Maia, que o Joaquim ia matar ele, ninguém sabia se era ou não verdade, mas aquela fuxicada que o povo gosta, né? E com essa história ele foi pra (sic) Tapera mais o irmão e chegando na Tapera e se aproximando do lugar onde estava Joaquim, que era o delegado, né? Aí se aproximaram, aí quando o juiz foi entregar o título ao eleitor, que era o eleitor que se dizia que era eleitor dele, de Elísio Maia, né? Aí Joaquim pediu o título, quando Joaquim pediu o título (inaudível), aí o Luís Maia, o Luís Maia (sic) atirou nele, Luís Maia atirou, ele saiu tombando, o Joaquim saiu tombando, caiu até em cima de uma, de uma (sic), lá no lugar onde tava (sic) cozinhando comida e aí o finado Amábílio que vinha com Elísio, era valente era... (sic) foi lá e sangrou Joaquim com uma punhalada, né? Bem, aí o Arnon de Melo, governador, é... mandou prender Elísio, ele correu, ficou em Goiás, depois voltou, entrou em júri, foi livre, até aí o crime dele foi só esse, mas quando ele assumiu, voltou pra (sic) casa, aí começou a eleger prefeito, vereador, e aquela coisa toda, e a partir daí (?) começou a matar gente, dar surra, e aí ele não mandava, mas apoiava.

T.B – Hum.

P.R – E aí ele foi crescendo, foi deputado, o pessoal (?) cercava ele, mataram muita gente. Aí ele se cercou de pistoleiro, e cercado de pistoleiro ele se tornou mandão na região, era o cara que dava uma ordem o outro obedecia e chegou a um ponto que quando o cara ia disputar uma eleição com ele, aí quando o cara tentava disputar, que ele percebia que o cara era forte, os capanga (sic) dele matava. Aí ele entrou pra (sic) o lado da violência, (inaudível) matava. Aí nessa matança eles mataram Manoel Severo, que era do Machado, era um pré-candidato a, a (sic) prefeito, aí mataram o finado Wellington, que é parente de Beto de Meirus, mataram o finado Wellington, mataram o João de Mércia que era colega dele, dois vereadores, e outro que tava (sic) com eles (?).

T.B – Era tudo oposição a ele...

P.R – Em?

T.B – Era tudo oposição a ele?

P.R – Não, Wellington era advogado.

T.B – Ah.

P.R – Era um cara inteligente, e começou a fazer oposição contra a violência, contra o crime. E aí quando Wellington começou a crescer pra (sic) querer ser político, aí veio de novo outra fuxicada, da Tapera, e nessa fuxicada aí o Elísio Maia mandou, através do Hermes (?) Maia, e os capangas, mataram Wellington, e mataram João de Mércia, que era vereador que fazia oposição, e daí começou a governar pelo crime, era violento, sempre ele soube... aí deixou... Quando o governador, é... ganhava a eleição, ele podia ficar contra, mas quando ganhava a eleição ele ficava do lado do governador que era pra (sic) ser protegido, né?

T.B – Rum.

P.R – Era protegido e nessas caminhadas ele acabou matando muita gente, né? Agora também era um cara caridoso, sabe? Era aquele cara... e ele tinha uma postura interessante, em que os caba (sic) bebia, fazia zuada (sic), a polícia prendia, aí o político (?) pedia a ele e ele soltava, quem mandava na polícia era ele. E teve um determinado tempo que até os capangas dele mandava mais do que a polícia.

T.B – Rum.

P.R – Era o cara, o capanga (sic) chegava lá “pega fulano, solta fulano”, e aí os capangas dominaram o tempo de mando dele, chegou até que em um determinado tempo nós fizemos um movimento, né? Que éramos outro grupo político, e ganhamos a eleição pra (sic) ele, perdemos na primeira eleição, ganhamos a segunda, inclusive eu fui quem comandi esse processo.

T.B – Urum.

P.R – Fui muito perseguido pelos capangas dele, mas ele tinha um negócio, quando o caba (sic) era poderoso ele num (sic) matava não, ele matava político fraco. O político que tinha muito peso... Porque ele matou Wellington? Wellington era advogado, era um cara que tinha muita pretensão de crescer, mas a família de Wellington era uma família pobre, não tinha ninguém que vingasse, né? Aí ele matou Wellington e matou é, é... (sic) matou João de Mércia, né? Aí tinha um cara chamado (?) José Pinóia, que era lá de, de Meirus, era aquele cara que, que (sic), conversador, né? E tinha Décio Pinóia que, que era irmão de Zé Pinóia, e o Décio era um cara valente, né? Mas caiu na besteira, veio de Sergipe pra cá, de dizer que ia vingar a morte do parente, né? Aí ele mandou matar Décio, os caba (sic) se juntaram, mataram Décio e mataram Zé Pinóia que era irmão do Décio, né? Aí nesse período foi que transformou (inaudível) o Meirus por conta da matança deles. É... Lá em Tapera também mataram Fungadi (?), diversas pessoas foram assassinadas. Agora, também ele era aquele cara que dava, pagava... O povo era pobre naquele tempo, muito pobre, e caixão, “me dê o caixão pra (sic) eu enterrar o meu filho, pra (sic) eu enterrar o meu parente”, isso ele fazia, né?

T.B – Urum.

P.R – Que adoecia, ele dava o medicamento, é... O camarada naquele tempo não tinha muita aprovação de professor, ele nomeava, é... alguma moça professora, bastava ter o curso primário naquela época, né? Ele nomeava e se tornou um cara extremamente forte, até que pegou o apelido de coronel, e ele não gostava de ser chamado de coronel. Uma vez o cara disse “coronel Elísio”, ele num (sic) gostava não, era um cara caridoso, mas também começou a matar um monte de gente. Agora, um cara forte que ele matou foi o Joaquim Rezende, e como escapou, aí pensava que o que ele matava por aqui não tinha nada.

T.B – Ele chegou a ser preso?

P.R – Ele foi uma vez, mas quando foi pra (sic) júri, foi livre, de imediato, né?

T.B – Ram.

P.R – É, aí quando ele manteu Wellington, Wellington (sic) mais o João de Mércia, ele teve preso um dia, o governador era do lado dele, aí, mas aí vinha a pressão da oposição e aí o governador mandou decretar a prisão dele domiciliar, em casa, aí a polícia veio fazer a guarda na casa dele, né?

T.B – Urum.

P.R – Mas ele ficou foi mais famoso, né? Aí com a eleição do Cacalo, mais o Jorge Dantas, ganharam a eleição, foi quando veio o Estado Democrático, a ditadura acabou...

T.B – Urum...

P.R - Que ele foi influenciado muito pela ditadura militar.

T.B – Sei.

P.R – A ditadura militar foi quem deu muito suporte a ele. Ele tinha voto, elegeu aqui, Pão de Açúcar, Tapera, é... Essa região toda. Ele elegia vereador, ele elegia o prefeito, ele elegia quem ele queria, e aí a ditadura deu suporte a ele, de modo que ele mandava mesmo, ele mandava, ele matava, então ele fazia tudo. Agora, ele tanto matava, como, às vezes mandava matar o pessoal, aí, os capanga (sic), aí puxava e dizia: Seu Elísio mataram meu marido, meu irmão, aquela coisa toda. Aí ele, “Esse povo, é povo desgraçado, eu não admito isso”, aí ele mesmo mandava pagar o enterro. Então ele tinha muito isso. A história dele eu sei de cor e salteado, mas ele terminou morrendo na cama, ninguém matou ele, mas não matavam ele porque ele não enfrentava gente pesada, né? É tanto que tinha uns caras ali em Batalha, que era Zé Miguel (?), e uns outros, e fizeram oposição a ele e ele não matou porque ele matava mais quando o cara era fraco, né? Quando o cara tinha condição de enfrentar, ele, ele (sic) recolhia, e mandava conciliar (inaudível). Mandava muito na polícia, e o governador dava toda a autoridade a ele, só teve um aqui no sertão, aqui ele tirava delegado, botava, fazia o que queria, só teve um, um (sic) delegado de Santana do Ipanema que chamava Major Antônio Delmiro (?), que prendeu o cara do Caboclo, que a polícia prendia, o cara saía, imediatamente já soltava, né? Aí com Major Antônio Delmiro (?), Major Antônio Delmiro (?) era um cara novo, tinha feito direito, era advogado, né? Era uma cabeça diferente e os caras bagunçavam no Caboclo, aí intimou o cara, aí o cara recebeu a intimação, mas não foi e veio aqui: “Seu Elísio, óia, fizeram (inaudível), me denunciaram e o Major Delmiro (?) me intimou”, aí seu Elísio: “Pronto, vou mandar um bilhete pra (sic) ele”. Mandou um bilhete pra (sic) ele, pra (sic) ele não mexer com ele. Aí quando ele chegou lá, aí Delmiro diz: “Você foi fazer o que onde tá Elísio?” Aí ele: não, é porque...”, “você praticou crime lá no Caboclo e agora eu vou lhe prender que é pra (sic) você aprender a respeitar, você praticou crime no Caboclo e agora vai pedir, Elísio tá (sic) mandando pedir pra (sic) não prender, mas eu vou lhe prender”, aí prendeu o cara, deu-lhe uma surra, aí (inaudível) Delmiro (?) veio aqui, aí Seu Elísio foi lá: “(inaudível) Delmiro (?), que falta de respeito é essa?”, ele disse: “não, eu não faltei com respeito, intimei, ele me desrespeitou. Como o senhor mandou uma ordem pra (sic) eu não prender ele, eu prendi ele, dei-lhe uma surra, e se o senhor tiver coragem me prenda”, e ele abriu no pau. (Risos)

T.B – (Risos).

P.R – Então são essas coisas que... Então seu Delmiro (?) marcou, depois foi coronel e era um cara muito forte, aí daí ele começou a perder a força, sabe? Já com um novo governo, e ele deixou de fazer besteira.

T.B – Urum.

P.R – Aí perdeu a política...

T.B – Isso mais, acho que na década de oitenta, né? Por aí...

P.R – Em?

T.B – Essa história que o senhor tá (sic) contando é mais ou menos na década de oitenta, eu acho, né?

P.R – Bem, é...

T.B – Quando ele perdeu essa força.

P.R – É, a morte do menino de Tapera foi na década de oitenta, né?

T.B – Quando acabou a ditadura, ele foi perdendo mais força.

P.R – É, toda a força dele foi no tempo da ditadura.

T.B – Aram.

P.R – Que ele não era tão violento, mas com a ditadura militar ele se tornou mais forte, ele matou muita gente. O cara era pequeno, tem gente que é conversador, né? Conversava alguma coisa, ele ia lá e mandava matar, o povo dele, ele num (sic) ia não, mandava matar, e daqui foi Zé Pinóia, foi Manoel Severo, foi Sugadi (?) lá em Tapera, muitos outros. Era um cara, também era caridoso, naquele tempo não tinha as ajuda (sic) que tem hoje, o cara morria, ele dava um caixão.

T.B – Urum.

P.R – O cara queria se mudar ele dava um caminhão pra (sic) levar as mudas.

T.B – Queria algum emprego, ele dava...

P.R – Em?

T.B – Queria algum emprego, ele dava...

P.R – Queria emprego, ele dava. Era.

T.B – Indicação política também era forte.

P.R - Também era forte, ele só vem, é... fracassar depois, quando (sic) a ditadura militar caiu.

T.B – Aí ele foi perdendo mais força.

P.R – Foi, eu acho até que levou mais ele a ser violento foi a própria ditadura.

T.B – Aram.

P.R – Porque de início ele era contra, mas quando ele foi do lado da ditadura, que ele era oposição da ditadura...

T.B – Ram.

P.R – Mas quando a ditadura chamou ele, ele que sabia dos crimes que eles praticavam, é, e pressionou ele, aí disse; “olha, você só fica com prestígio em Pão de Açúcar se você ficar do lado da ‘Revolução’, aí ele ficou”. E daí eu lembro, cheguei a perguntar a ele, aí ele: “Essa peste”, é... cassaram inclusive o mandato dele, teve uma hora que cassaram o deputado, aí quando ele foi cassado o mandato de deputado, aí o governador tinha sido indicado pelo General Luís Filho (?) da ditadura: “Seu Elísio, ói, eu gosto de você e você só tem um caminho, se você não se aliar a ‘Revolução’, você vai ser preso em Fernando de Noronha”.

T.B – Rum.

P.R – “Vai ter que fugir, ou então vai ter que fugir, um deles vai ser fugir”, aí ele: “eu não vou fugir porque lá fora eu num (sic), eu não sei ler, o que eu vou arrumar pra lá? (?), no exterior... Eu não sei, também não quero ir pra (sic) Fernando de Noronha, aí aceitou participar do governo da ditadura e quando entrou no governo da ditadura militar, aí eles mataram, enterraram, desenterravam, fazia o que bem entendia e ficava, ficou (sic) por isso mesmo.

T.B – Aram.

P.R – Então eu acho até que a, o (sic) que levou a essa violência foi a própria ditadura militar. Então é essa a história que eu conheço dele, né?

T.B – Mas como era essa, essa (sic) relação do senhor com ele? O senhor era próximo dele?

P.R – Bem, é o seguinte, é que ele era um cara que, até ele tinha uma certa inteligência, ele tinha visão política.

T.B – Urum.

P.R – Quando ele, eu... vim do interior praqui (sic) na década de sessenta e três. A igreja católica começou a trabalhar com as ações do sindicato e aqui ninguém conhecia o que era sindicato. Eu tinha vindo do Rio de Janeiro, e tinha boa ideia, e aí eu fiquei aqui, criando o sindicato, em sessenta e três, aí o padre que me ajudou a criar o sindicato, é, foi embora, houve um problema, aí quando o padre foi embora, aí eu fiquei sem condições, né? De, de (sic) trabalho. Eu tinha ajuda do padre. Ele era um coronel forte, mas num (sic) tinha ligação com ele, aí um dia ele mandou me chamar, aí disse: “o padre foi embora?”, “foi.” “E o sindicato?” Eu digo: “Rapaz, agora eu não vou ter mais condições não porque a situação é muito difícil”. Ele disse: “você não vai embora não, você vai ficar por aqui que eu vou lhe proteger”. Eu precisava, não tinha pra (sic) onde ir, aí fiquei com ele, fiquei trabalhando com ele muito tempo. Aí depois o sindicato que eu havia fundado, é... deu uma parada, aí eu fui vereador, e tinha uma boa relação com ele, que era violento, mas ele me respeitava, ele me tratava muito bem. Aí o que aconteceu, aí quando foi desse crime de Tapera, do Wellington, do João.

T.B – Ram.

P.R – É, a imprensa batendo muito forte nele, e um dia ele me chamou, ó, ele me chamava de nego: “nego, a imprensa tá batendo muito forte em mim, o que é que você diz?” Eu digo: “olha, só há uma saída”, porque eu sabia que tinha sido Hermes que tinha matado, “não, só há uma saída, o senhor manda chamar a polícia, recolhe Hermes numa prisão lá no quartel, (inaudível) o crime, e aí é uma saída pra (sic) o senhor porque (inaudível) já tá enfraquecendo, ele já tava (sic) sendo pressionado pela oposição, e nessa situação se o senhor não fizer isso o caminho é a queda”. Aí ele chamou Elísio Sávio, que era deputado, ele disse: “olha, bote o nego pra (sic) lhe ajudar porque ele tá (sic) querendo fazer uma mudança”, aí Elísio Sávio não aceitou, aí daí eu terminei saindo do grupo dele.

T.B – Urum.

P.R – Fundei outro grupo e tocamos o barco.

T.B – Aí foi fazer oposição a ele, depois disso daí?

P.R – É, aí eu passei a oposição a ele.

T.B – Ah, certo.

P.R – Mas eu fazia uma oposição qualificada, eu num (sic) ficava, eu já conhecia ele e aí eu sabia como...

T.B – O senhor já conhecia ele, né? Sabia como fazer...

P.R – É que, é como é você, o seu pai é policial e sabe muito bem disso... Que quando você vai enfrentar o bandido, você conhece a estratégia do bandido, aí como você conhece a estratégia do bandido, é difícil o bandido lhe pegar, foi o que acontecia comigo, eu conheci a estratégia dele, aí como eu conhecia a estratégia dele, ele não me pegava, porque ele mesmo não vinha, mas mandava os capangas, os cabas dizia... Eu sabia da, da, das (sic) voltas (?) dele (inaudível). Teve uma vez que ele ia dar uma festinha aqui, ia chegar aqui (inaudível),

aquele negócio todo, até Lizete discutiu com eles, só essa vez, mas fora disso, eles andavam muito aqui (?), chegavam a dormir nas casas, “meu Deus”...

T.B – Urum.

P.R – Mas foi assim, depois que ele perdeu a eleição, aí a ditadura caiu, Fernando Collor ganhou a eleição pra (sic) governador, ele começou a enfraquecer.

T.B – Urum.

P.R – Mas quando começou a enfraquecer, aí ele parou de reagir. Quando ele sabia que a barra era pesada, aí ele não enfrentava, ele recuava. Aí (inaudível), Fernando Collor, mas Fernando Collor também não aceitou a aliança dele, aí ele enfraqueceu até que perdeu a eleição de uma vez por todas e terminou o mando do coronel. Foi assim, mas eu acho até que quem levou essa violência foi a ditadura militar.

T.B – Urum.

P.R – Essa é a história que eu conheço dele. A parte boa dele é o que eu acabei de dizer, é ajudar um enterro de um, dar remédio pra (sic) outro, soltar quem tava (sic) preso, e naquele tempo o povo ignorante, né? Ele se tornou famoso.

T.B – Urum.

P.R – Mas foi assim.

T.B – E aí com isso ele conseguia muito eleitor pra (sic) ele também, né?

P.R – Em?

T,B – Ajudando assim, o povo, ele conseguia muito eleitor pra (sic) ele...

P.R – Era.

T.B – Nera (sic), muito apoio político.

P.R – Era, ele elegia quem ele queria.

T.B – Aram.

P.R – Aí a ditadura queria se manter, mas aqui perdia, aqui, Tapera, é... Batalha, essa região toda onde ele mandava, os candidatos da ditadura nunca ganhava (sic) a eleição, aí a ditadura o jeito que achou foi ameaçar, ou você vem pra (sic) o lado da ditadura...

T.B – Ram.

P.R – Ou você vai ser preso. Aí ele aderiu à ditadura. Eu até lembro, e ele já cassado, como político, eu lembro que ele disse assim: “Eu vou ter que assinar a ficha dessa peste, vou ter, porque se não preso num (sic) tenho mais jeito”. Aí, é, bom, ficou dessa forma, assinou a ficha, tornou-se aliado do comando militar.

T.B – Urum.

P.R – Ele era quem mandava em sargento, tenente, capitão, quem mandava em tudo era ele. Ele fazia o que queria, é...

T.B – Isso aí deve ter sido década de setenta, final da década de sessenta, por aí...

P.R - É, isso começou, o mando dele, foi na década de sessenta e seis, sessenta e sete, ele tava (sic) cassado.

T.B – Rum.

P.R – Mas aí na década de sessenta e nove, setenta, ou setenta e nove, oitenta, ele começou a pisar, e ir pra (sic) o lado da violência.

T.B – Urum.

P.R – Na década de oitenta, aí veio essa mudança de regime, com a mudança de regime ele também não se segurou, porque a oposição batia nele pesado. Aí foi assim o que eu conheci dele.

T.B – Urum.

P.R – E as coisas boas, como eu já lhe disse, fazia caridade, dava emprego, mas também era violento.

T.B – Com isso também, ele devia ter muitos bens, né? muitas terras ele tinha...

P.R – É, tinha. Muitas delas tomadas.

T.B – Tomadas mesmo?

P.R – É. Eu lembro que ele, naquele tempo ele tinha as terras, que chamava terra do Estado, aí o cara, ele chegava e ele ficava dos Torrões até Tapera. E todo, pessoas que tinha propriedade pequena ele tomou tudo. Ele dizia: “ó, eu vou pegar aqui, mas você pode ficar trabalhando e não paga nada”, então ele... Aí quando fala dos sem-terra, ah, o sem-terra invade terra, não, não é bem por aí, porque quem começou a invadir foram os coronéis.

T.B – Urum.

P.R – Os sem-terra, busca a terra dele que, que (sic), como essas terras foram griladas pelos coronéis, aí os sem-terra precisava de cabeça, porque aí você vê os sem-terra aqueles cara (sic) de coisinha, mas por trás deles tem muita cabeça pensante.

T.B – Urum.

P.R – É, professor universitário, cientista político, é muita gente por trás deles. Ele faz as coisas, aí o cara se apossou daquela terra, mas a terra era do Estado, vão fazer essa posse lá, aí forjavam documento de mentira, documento forjado, os sem-terra invade e entram lá e ganham a terra, aí o povo diz: “mas o cara tomou”, ele não tomou a terra, quem tomou o cara foi o cara antes, o cara antes já havia tomada essa propriedade do pobre. (inaudível), aí os caras foram lá, enfrentaram e ficaram com a propriedade, né? Essa briga de terras pelo poder, né?

T.B – Aram.

P.R – Foi assim, o que eu conheci dele, é, foi dessa fase dele delegado, prefeito, vereador, chefe político, deputado. Ele foi deputado e foi cassado, quando ele foi cassado ainda era contra a ditadura, mas aí a ditadura cassou ele. Só isso que eu conheço da história dele.

T.B – Mas, até quando ele perdia algum mandato, ele ainda tinha muito poder aqui na, na (sic) região?

P.R – Tinha.

T.B – Capacidade de poder indicar, alguma coisa...

P.R – Tinha, ele tinha poder porque ele tinha votos.

T.B – Aram.

P.R – Ele tinha votos, como ele tinha votos, aí qualquer deputado que queria voto daqui, aí ele não fazia, porque tava (sic) cassado o mandato, mas ele pedia ao deputado e o deputado fazia, os caras protegiam ele, até mesmo pra (sic) (inaudível), porque ele tinha voto, né? É por isso que às vezes viam que... É, outra coisa que acontece no nosso país, a culpa ainda é da sociedade porque quem mantém um deputado, senador, o prefeito é o voto do povo, aí eles se utilizam do poder do voto pra (sic) fazer a vontade dele (?), e no meio da política... vou votar

em fulano porque ele me deu emprego, porque ele me fez um favor, porque ele me deu ambulância, porque ele, aquela coisa de, porque ele me arranhou é no passado perto de São Paulo (?), foi com a, com a (sic) volta do Estado democrático, aí acabou mais isso, porque foi quando veio o governo do PT, que antigamente se fazia o seguinte, você tem muita terra, aí você pegava e dava as terra pra (sic) o povo trabalhar, dizia que era de graça, você não vai pagar nada na terra e o cara ia trabalhar, botasse roçado, aquela coisa toda e tudo bem, mas não tinha direito a terra, quem tinha direito era ele, pra (sic) eles, é, e com o regime democrático, já depois no governo Lula, aí o governo Lula baixou a lei que você, um agricultor tirava dinheiro de banco e não precisava de aval de fazendeiro, bastava que o sindicato com o EMATER desse uma declaração que ele trabalhava, que você e o banco ia e tirava o dinheiro, aí começou a enfraquecer os caras que tinham poder da terra, os políticos começaram a perder o peso por aí, aí já foi depois do governo Lula.

T.B – Urum.

P.R – O cara era grande ladrão (?) de fazenda, porque aquele que trabalhava naquela terra de graça, mas tinha que votar no dono da terra, porque ele mandava, aí quando perderam essa, essa, esse (sic) espaço de garantir o... (sic) tirar o dinheiro do banco, os caras chegavam no banco, eles entravam e saiam com a pasta cheia de dinheiro e aí era desse dinheiro que ele dava ao povo, que ele fazia o que ele entendia. Então, com a construção do Estado democrático, aí perdeu esse espaço.

T.B – Urum.

P.R – Porque o cara partia pra (sic) tirar dinheiro do banco e não precisava dele.

T.B – Sei.

P.R – Né? Então, foi essa coisa que o governo do PT fez que abriu mais a liberdade democrática, os coronéis perderam o peso.

T.B – E assim, em relação a obras públicas, a questão da infraestrutura, é, aqui da região...

P.R – Eu não entendi bem.

T.B – Em, em (sic) relação a infraestrutura daqui da cidade ele mexia muito com isso, ele sempre foi um, um, é, um (sic) bom prefeito nesse sentido? Ou não?

P.R – É. obras?

T.B – Obras públicas.

P.R – Obras públicas. Ele fazia algumas obras públicas. Aqui tinha um cemitério que ele fez aqui, o cemitério ele dava pouca atenção, era mais na área urbana. O, o (sic) interior passou a ter atenção depois que ele começou a perder poder, que aí a gente começou a criar muito sindicato, associação, aquela coisa toda, e aí o interior passou a ter espaço. É tanto que a, a (sic) primeira escola do interior, a maioria foi eu que consegui, eu era vereador, eu conseguia, eu era presidente do sindicato também conseguia, é... Aí ele começou a enfraquecer.

T.B – Sei.

P.R – O único lugar aqui que tinha escola no interior era, no interior (sic) só tinha Meirus, que lá tinha um vereador que se chamava Paulo João da Rua, que era irmão do avô de Flavinho, João da Rua era seresteiro, bom de violão e ele conseguiu ser o primeiro vereador do interior a se eleger, aí conseguiu a construção da primeira escola do interior, foi Meirus.

T.B – Urum.

P.R – Mas antes o professor ia lá e ensinava em uma escolinha de fazenda, né?

T.B – Urum.

P.R – Fazia uma sala e a professora ia pra (sic) lá, e ainda ficava devendo favor a ele, né?

T.B – Hum.

P.R – Mas aí acabou, essa coisa morreu por aí.

T.B – O senhor se aliou a algum partido de oposição a ele na época?

P.R – Eu fui, eu me aliei na época, eu me aliei ao partido do Renan Calheiros.

T.B – Ram.

P.R – Era, o partido de Renan Calheiros era contra a ditadura militar.

T.B – Sei.

P.R – E, o partido comunista do Brasil que era o PCB e o PCdoB, aí como era proibido partido comunista, eles se entrosavam dentro do MDB na época.

T.B – Sei.

P.R – E quem cuidava do MDB aqui era Renan Calheiros, era Zé Coca, era Zé Moura, era oposição a ele.

T.B – Urum.

P.R – Aí eu me aliei ao MDB, inclusive tive mandato de vereador, já fazendo, já dentro do contexto da oposição (inaudível). Eu sempre trabalhei muito, é... no trabalho de apoio do governo da juventude, a gente é, puxava pra (sic) dentro do campo, abria espaço pra (sic) eles estudar, que eles não tinham. Naquele tempo só quem estudava era filho de grande fazendeiro, filho de pobre não estudava, aí a gente começou a puxar os filhos dos agricultores pra (sic) estudar na cidade que eles não estudavam, né? Não tinha direito, aí já a gente da oposição começou a fazer isso, né?

T.B – Urum.

P.R – Os primeiros transportes que começou a trazer alunos pra (sic) escola, pra (sic) estudar na cidade foi projeto meu, é. Então, a gente teve muito avanço, fez muita coisa, é, uma das coisas que eu não, uma das vez (sic) eu fui procurado pra me dar dinheiro, pra mim (sic) ficar na minha, mas nunca quis.

T.B – Urum.

P.R – Por isso às vezes, eu tenho um filho que é Clayton, meu filho, “é, o senhor era pra (sic) ser rico”, sim, mas não adianta de nada ter tanta riqueza porque aquilo que eu fazia, eu fazia pelo ideal. É igual aquela: se você gosta de vaquejada, então às vezes você não tem nem lucro (?), procura o que fazer pra (sic) o bem da comunidade ou fazer pelo ideal de vida, e assim quem queria me dar dinheiro era os político (?), queria me dar dinheiro, eu não aceitava. Falava que não queria dinheiro não. Vou fazer meu trabalho político, certo, sem dinheiro, até porque a gente entende que ainda hoje o, eu (sic) conversei com Jorge Dantas inclusive sobre aquelas coisas, porque eles também começaram a usar a mesma prática política de dinheiro.

T.B – Urum.

P.R – E quando a gente elege um prefeito, um vereador, um deputado, um senador, um governador, ele é o gerente de políticas públicas, pra (sic) trabalhar para o povo, você não deve favor pra (sic) prefeito, isso é piada. Eu posso chegar onde tá (sic) você: “me arranje um dinheiro que você me deve”, aí é favor, eu e você, mas se é prefeitura, ou o governo do

Estado, ou deputado, aí não é favor, é obrigação dele, porque ele é eleito pelo povo, ganha dinheiro do povo e é pago pra (sic) isso. Agora, o que eu tenho dito às vezes é o seguinte, se tem o prefeito que o cara que trabalha bem, faz uma administração boa, é igual você ter uma propriedade e ter um bom gerente, se o cara é um bom empregado dá pra (sic) você manter o empregado permanente, se não presta tira, a mesma coisa é o prefeito. Se o cara é bom prefeito, que se reeleja de novo, se não quer então vá pra (sic) rua, porque ele não é... Mas o povo ainda hoje tem muita gente, eu fico até puto da vida, uma professora, mesmo, “ah, vou votar no fulano, porque fulano me deu um emprego”, cabeça de... cabeça frágil. Bem, é o que eu conheço da história é essa.

T.B – Urum.

P.R – viu?

T.B – Pronto, seu Pedro Lúcio, muito obrigado, tô (sic) satisfeito, sua entrevista foi muito boa, muito obrigado, o senhor vai ajudar bastante no meu trabalho, é isso.

ACERVO DE JOSÉ ROBERTO ALMEIDA DA SILVA

Elísio Maia e três pistoleiros ficam fora de julgamento

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, pela segunda vez, por unanimidade de votos, três a zero, despronunciou o fazendeiro Elísio da Silva Maia e os pistoleiros Antônio José dos Santos, o "Toinho da Barra", Orlando de Almeida Carvalho e Sérgio Caetano da Silva. Eles estão indiciados como autores da chacina ocorrida no dia de janeiro de 1984 em São José da Tapera, da qual foram vítimas fatais o advogado João Alves da Silva, vereador Wellington Fontes Pinto e Givaldo Ferreira dos Santos, e o vereador José Fernandes

Pereira de Melo, Gilberto Soares e o menor José Cícero Medeiros dos Santos.

A sessão realizada ontem no Tribunal de Justiça durou mais de cinco horas, e a Câmara Criminal composta pelos desembargadores José Marçal Cavalcante, que foi o relator, Jairon Maia Fernandes e Benedito Barreto Aciolly reuniu-se para julgar o recurso interposto pelo advogado Joe Fernando de Lima Souza, que funciona na defesa dos acusados contra a decisão do juiz Aderbal Mariano da Silva Comarca de Olho D'Água. O juiz decidiu levar os indícios

Notícia do Jornal de Alagoas em relação aos crimes de Elísio Maia e seus capangas (Anexo 4).

Elísio condena nomeações ilegais de mil servidores

Foto de José Ronaldo

"É vergonhoso". A frase foi dita ontem pelo deputado Elísio Maia (PFL) ao comentar as cerca de mil contratações ilegais feitas pela maioria dos deputados e denunciada na última segunda-feira pelo Sindicato dos Trabalhadores no Poder Legislativo de Alagoas. Elísio, que teve o seu nome excluído entre os favorecidos nos entendimentos explicou que "não sou homem para isso, tenho respeito pela minha pessoa e pela coisa pública".

Deputado estadual em segundo mandato ex-prefeito de Pão de Açúcar, Elísio Maia não quer mais disputar mandato eletivo. Entre as pessoas que o conhece bem as informações sobre ele são as melhores possíveis na conduta parlamentar. Apesar da idade avançada apostam que ninguém tem coragem de lhe propor tirar licença médica sem estar doente, para permitir a posse de suplente, ou de outras irregularidades, como nomear pessoas para cargos inexistentes na Assembleia Legislativa.

"Antigamente não existia essa bandalheira de hoje", acrescentou o parlamentar, reconhecido pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Legislativo de Alagoas, Luciano Aguiar como um parlamentar sério. Elísio num comparativo do seu primeiro mandato com o atual - mais de 20 anos - lembra que antigamente as bancadas de governo e oposição discutiam mas se respeitavam. "Hoje, é um deputado agredindo moralmente o outro mas depois estão abraçados, como se não tivesse acontecido nada na tribuna".

O deputado Elísio Maia falou sobre as denúncias relativas a ameaça de um grupo de parlamentares em destituir o deputado Benedito de Lira da presidência da Assembleia Legislativa, acha haver exagero. Ele até ri ao ser perguntado e responde com outra indagação: "eles não têm poderes para isso. Existe, afinal, a lei e ela deve ser cumprida". Elísio Maia esteve na Assembleia Legislativa na parte da manhã, onde trabalhou no seu gabinete.



Elísio Maia: "Vergonhoso"

Carta de Alagoas 4-11-93

Notícia do Gazeta de Alagoas - 04 de novembro de 1993 (Anexo 5).

Elísio
D. Mario
Optim. Recambiando
para este Hospital
esta finalidade que
deixa fazer um
lixo de Elísio
7 no caso se for
necessário

Elísio
14-9-88

Bilhete escrito por Elísio Maia para ser entregue ao médico de Pão de Açúcar, conhecido por Doutor Mario (Anexo 6).

Maia
Quero uma
reservista a Beto

14-9-88

Bilhete escrito por Elísio Maia pedindo para ser entregue uma reservista a José Roberto Almeida da Silva, conhecido como Beto, em 14 de setembro de 1988 (Anexo 7).

Presidente	Barros
Vice	Dea José Roberto
1 ^o	Secretari Geral
2 ^o	Secretari Dea
3 ^o	Suplente Secretari Geral
4 ^o	Suplente José Roberto

Indicações políticas de Elísio Maia (Anexo 8).

ACERVO DE JUSSÁRIO BARROS PEREIRA



Os capangas de Elísio Maia (Anexo 9).

ACERVO DE MARCOS DE ASSIS MENDONÇA

MEU AMIGO:

Não estou indo ao seu encontro simplesmente para dizer-lhe que sou candidato a Deputado Estadual, pelo Partido da Frente Liberal - P F L -. E se o faço, dita-me a consciência que a acolhida do meu nome, em seu recinto familiar, emanará com o entusiasmo muito natural dado o reconhecimento das suas estimas pessoais, vivido na base de um relacionamento desinteressado, mas sincero e acolhedor.

Deputado Estadual e Prefeito deste Município, ambos cargos eletivos a que me submeti, por mais de uma vez, ao julgamento dos meus concidadãos, obtive, com muita satisfação e regozijo, os veredictums, que guardados nas urnas, em vários sufrágios eleitorais, proporcionaram-me conseguir representar e administrar essa gente compreensível e cordata, com o melhor apoio que um homem público possa conquistar.

DIUS sabe o quanto me rejubilo em poder voltar a representar a nossa terra, que foi também a dos meus ancestrais e de tantos outros homens sábios que, imbuídos num só pensamento, o de SERVIR, conquistaram a glória tão natural imbuídos da sinceridade e do amor ao próximo.

O meu nome, a minha vida pública e a convicção de que vocês sempre se vão dirigir fizeram com que, com sua permissão, inclusive, com muita galhardia, o seu voto em julgamento a essa nossa pretensão.

Seu sincero - confio e respeito, sobretudo, o direito na sua capacidade de votar. Se me proponho ao sufrágio das urnas move-me o afã em tentar aquietar, no que nos for possível, os anseios e as pretensões de que cada um de nós traremos, conosco, à par de melhorar mais esta encantadora Jaciobá que nos serve de berço natal.

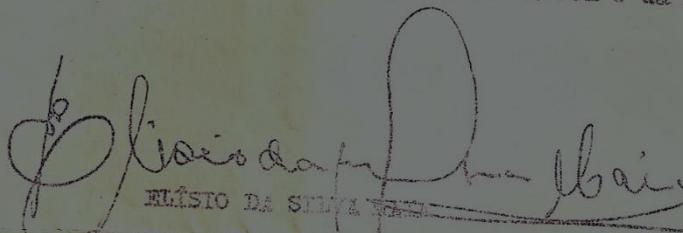
Outros candidatos com o mesmo direito que nos cabe, por certo baterão as suas portas reivindicando-lhes a mesma gentileza levados pelas razões eleitorais. Vocês saberão separar o joio do trigo - agora, neste instante eleitoral, conhecem-lhes como íntimos amigos. Preferimos não alimentar esta distinção; o direito de preferir é incomensurável. Só nos cabe acolhê

10.

Primeira página da carta datilografada por Elísio Maia que possuía como objetivo pedir votos a seus eleitores para o cargo de deputado estadual (Anexo 10).

As nossas metas de trabalho se, com suas complacências chegar a ocupar
uma cadeira no "Tavares Bastos", todo povo Fátimaense já o sabe - ara-
tar suas reivindicações e propagar por uma Fão de Ações mais Feliz, mais
cuidável e muito menos carente de assistências advensem as nossas possibili-
dades.

Ficam-lhe-oi muito agradecido, seu caro amigo eleito, se você ler o
nosso manifesto, venha a meditar um pouco, e nas urnas eleitorais de 3 de
outubro próximo, lembre-se que ELÍSIO DA SILVA MAIA, seu conterrâneo e ami-
go, nunca deixará de lhe servir, ainda que independa de sua decisão pessoal.
Um abraço sincero, e até ao Dia 10 que será também o da nossa VITÓRIA



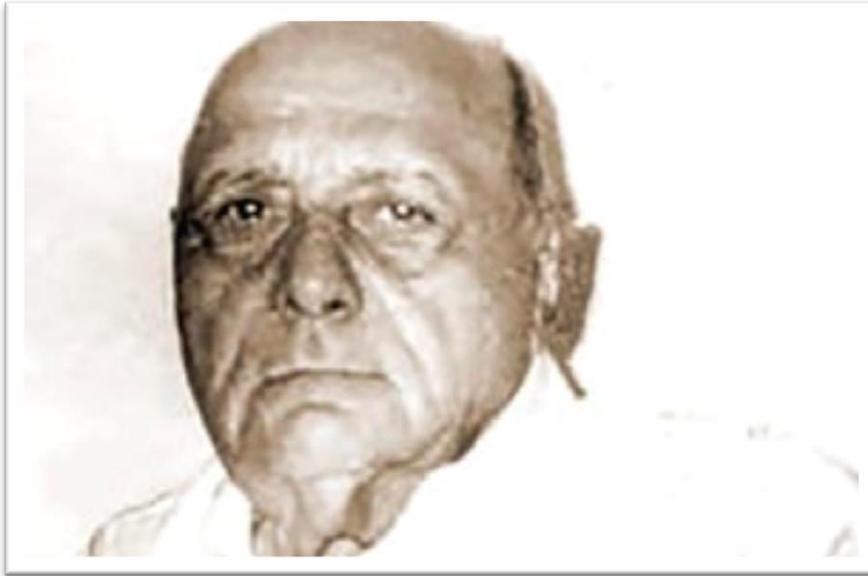
ELÍSIO DA SILVA MAIA

Candidato a Deputado Estadual

Pelo Partido da Frente Liberal - P F L

Nº 29222

Segunda página da carta datilografada por Elísio Maia que possuía como objetivo pedir votos a seus eleitores para o cargo de deputado estadual (Anexo 11).



Elísio da Silva Maia (Fonte: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-medo-de-morrer-com-barriga-cheia.html>) (Anexo 12)